



CADERNOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE

ISSN 2525-6904

Vol 02, N. 01, Jan. - Jul., 2016

2





CADERNOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE

ISSN 2525-6904

2



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.



Por uma versão em audiodescrição da capa da revista, por favor siga o link <https://youtu.be/eGwJ_nhYi0Q>.



A **Cadernos de Gênero e Diversidade** é uma publicação semestral dedicada a divulgar resultados de pesquisas e intervenções de interesse dos Estudos de Gênero, Estudos Étnico-Raciais, Estudos de Sexualidade e outros campos envolvidos com questões de diversidade.

Editores

Felipe Bruno Martins Fernandes
Mariângela Moreira Nascimento
Caterina Alessandra Rea

Secretaria Executiva

Ana Catarina Benfica Barbosa
Vilma Lima de Almeida

Foto da Capa

Sara Raquel Nacif Baião (Parque Vigeland/Noruega)

Diagramação

Felipe Bruno Martins Fernandes

Conselho Editorial

Ângela Figueiredo - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Bruna Andrade Irineu - Universidade Federal do Tocantins

Fátima Lima - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Giuseppe Mario Cocco - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Luma Nogueira de Andrade - Universidade Federal da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira

MH/Sam Bourcier - Université Charles de Gaulle, Lille 3

Miriam Pillar Grossi - Universidade Federal de Santa Catarina

Oswaldo Francisco Ribas Lobos Fernandez - Universidade do Estado da Bahia

Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa - Instituto Federal de Sergipe

Paula Regina Costa Ribeiro - Universidade Federal do Rio Grande

Rozeli Maria Porto - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Simone Brandão Souza - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Suely Messeder - Universidade do Estado da Bahia

Talita Tibola - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Comitê de Avaliadores 2016

Anahi Guedes de Mello; Anna Carolina Horstmann Amorim; Anne Alencar; Arthur Leonardo Costa Novo; Bárbara Maisonnave Arisi; Carlindo Fausto Antônio; Cláudia Pons; Cláudia Regina Nichnig; Cléber Lambert da Silva; Cristiane Santos Souza; Dafne M. de Almeida Campos; Florita Cuhanga Antônio Telo; Izaura Cruz; Laila Borges; Lindamir Salete Casagrande; Magali Almeida; Margarida Paredes; Maria Cláudia Ferreira; Mariana Meriqui Rodrigues; Maycon Lopes; Melissa Barbieri; Patricia Valim; Salete Maria da Silva; Suely Messeder; Tânia Welter; Virgínia de Santana C. Nunes.

Indexadores

ICAP - Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos

Repositório Institucional da UFBA

Apoio



Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Cadernos de Gênero e Diversidade: CadGenDiv / Universidade Federal da Bahia, UFBA / Universidade Federal da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB: Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação, GIRA, UFBA; Grupo de Pesquisa Pós-Colonialidade, Feminismos e Epistemologias Anti-Hegemônicas, FEMPOS, UNILAB. vol. 1, n. 1 (2015)- . - Salvador/São Francisco do Conde: UFBA/UNILAB: GIRA/FEMPOS, 2015-

v. il. : 26cm

Semestral, 2016-

Anual (2015)

ISSN 2525-6904

1. Estudos de Gênero - Periódicos. 2. Diversidade - Periódicos.

I. Universidade Federal da Bahia. Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação, GIRA, UFBA. II. Universidade Federal da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira. Grupo de Pesquisa Pós-Colonialidade, Feminismos e Epistemologias Anti-Hegemônicas, FEMPOS, UNILAB. III. Título: Cadernos de Gênero e Diversidade: CadGenDiv.



SUMÁRIO

Apresentação, 04

Felipe Bruno Martins Fernandes, Mariângela Moreira Nascimento, Caterina Alessandra Rea

ARTIGOS

As implicações do sexismo benévolo na afirmação de estereótipos femininos, 05

Jéssica Horácio de Souza

Gênero, infância e periferia, 11

João Rodrigo Vedovato Martins

Sexo e as Negas: Empoderamento ou Reforço dos Estereótipos das Mulheres Negras na Mídia, 20

Camila Pereira Maia, Roberto Jardim da Silva

Execução Penal e População de Travestis e Mulheres Transexuais: o caso do presídio central de Porto Alegre, 26

Bruna Caldieraro de Souza, Guilherme Gomes Ferreira

ENTREVISTAS

A Participação de Pessoas com Deficiência na Política: entrevista com Cristina Gonçalves, 36

Felipe Bruno Martins Fernandes, Bárbara Silva da Fonseca, Shirlei Santos de Jesus Silva

La Discapacidad en el Marco del Pensamiento Intelectual Latinoamericano: entrevista con Anahi Guedes de Mello, 41

María Belén Arvili, Victoria María Novelli, María Victoria Tiseyra, Mario Martin Pecheny

DIÁRIOS DE CAMPO

Adolescentes travestis e transexuais em conflito com a lei: a emergência de novas reivindicações, 46

Camila Silva Nicácio, Júlia Silva Vidal

RESENHAS

Gênero: uma perspectiva global, de Raewyn Connell e Rebecca Pearse, 49

Bárbara Elcimar dos Reis Alves

New Queer Cinema – cinema, sexualidade e política, de Lucas Murari e Mateus Nagime, 52

Izaura Maria Carvalho da Graça Furtado



APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que fazemos chegar a toda a comunidade o Volume 02, Número 01 de nossa Revista *Cadernos de Gênero e Diversidade*, uma publicação dos grupos de pesquisa *GIRA: Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação* (UFBA) e *FEMPOS: Pós-Colonialidade, Feminismos e Epistemologias Anti-Hegemônicas* (UNILAB). Como uma revista acadêmica vinculada a dois grupos de pesquisa de universidades federais diferentes e com projetos político-pedagógicos específicos, logo interinstitucional, afirmamos publicamente o nosso desejo de compartilhar os mais diversos tipos de reflexões acadêmicas e militantes, de pesquisas da iniciação científica, mestrado, doutorado a resultados de investigações de pesquisadoras e pesquisadores júnior e sênior, além de reflexões coletivas de grupos de pesquisa como os nossos.

A partir de importante consultoria com o Núcleo Científico e de Extensão do Sistema de Bibliotecas da UFBA optamos por abandonar o projeto inicial da revista, do qual resultou o primeiro volume, e ampliamos o foco e o escopo da revista para acolher reflexões acadêmicas as mais plurais, desde que em diálogo com o campo de Estudos de Gênero e Diversidade. Decidimos também que a nossa periodicidade será semestral, com vistas a, quem sabe, nos tornarmos quadrimestrais ou mesmo trimestrais no futuro.

Visando a excelência acadêmica, construímos um novo projeto gráfico para a revista que dialoga com a nossa mudança de perfil. Somos editoras ambiciosas e queremos que a nossa revista, o quanto antes, se consolide como mais um importante canal de diálogo acadêmico não-sexista, não-racista, não-LGBTfóbico, não-capacitista e voltado para as lutas por melhoria da qualidade de vida e justiça social em nosso país.

Como um projeto novo, ainda engatinhando, temos o dever de agradecer a todas as autoras e autores que apostaram nesse projeto. A manutenção de canais de diálogo acadêmico não tem sido fácil em um momento de crise política e econômica, ainda mais um veículo novo que tem por objetivo contribuir para o diálogo entre pesquisadoras e pesquisadores e ativistas dos movimentos sociais, valorizando assim as diferentes formas de produção do conhecimento, disciplinares e interdisciplinares.

A imagem da capa, uma fotografia de Sara Raquel Nacif Baião, é da escultura do artista Gustav Vigeland intitulada *Menino e menina cavalgam as costas de uma mulher* (1916) e compõe o maior parque de esculturas assinadas por um único artista no mundo - o Parque Vigeland, em Oslo, na Noruega. A obra compõe uma coleção do parque intitulada *Monólito*, composta por 36 grupos de figuras que representam o ciclo da vida. Escolhemos essa imagem pelas múltiplas interpretações possíveis da imagem no campo feminista e *queer* que variam desde uma representação da opressão da mulher ao livre exercício de sua sexualidade.

Na seção de Artigos apresentamos quatro textos inéditos que apontam eixos de investigação centrais no campo dos Estudos de Gênero e Diversidade. O primeiro deles é *As implicações do sexismo benévolo na afirmação de estereótipos femininos*, de Jéssica Horácio de Souza. Nesse texto, a autora buscou compreender o fenômeno do sexismo a partir da reificação de estereótipos, particularmente por meio de atitudes cavalheirescas que foram denominadas de “sexismo benévolo”. Já João Rodrigo Vedovato Martins, em *Gênero, Infância e Periferia*, analisa a performatividade de gênero de

crianças em uma escola infantil para refletir sobre a constituição de feminilidades e masculinidades em grupos populares, interseccionalizando marcadores de gênero, geração e classe. Em *Sexo e as Negras: Empoderamento ou Reforço dos Estereótipos das Mulheres Negras na Mídia*, Camila Pereira Maia e Roberto Jardim da Silva apontam como a minissérie que dá título ao artigo, transmitida pela Rede Globo, não rompeu com os estereótipos que envolvem as mulheres negras e tampouco posicionou essas personagens como protagonistas, reproduzindo os papéis tradicionais impostos às mulheres negras em nossa sociedade. Por fim, o último artigo desse número, assinado por Bruna Caldieraro de Souza e Guilherme Gomes Ferreira, intitulado *Execução Penal e População de Travestis e Mulheres Transexuais: o caso do presídio central de Porto Alegre*, reflete sobre os preconceitos contra pessoas trans* encarceradas e analisa as condições destas sujeitas na prisão, principalmente as ofensas aos princípios constitucionais da igualdade e da dignidade da pessoa humana.

Uma novidade desse número é a publicação de duas entrevistas com a mesma temática: a deficiência. Na primeira, Cristina Gonçalves, ativista, atriz e cientista social, destaca a importância da participação de pessoas com deficiência em espaços de poder e decisão, conclamando a solidariedade grupal como forma de superação do capacitismo. Já na segunda entrevista, Anahi Guedes de Mello aborda o status da deficiência como categoria analítica no pensamento social latinoamericano e conclama pesquisadoras e pesquisadores feministas e *queer* a repensarem a forma como lidam com a deficiência em um cenário corponormatizado.

Publicamos também um diário de campo que apresenta os impactos gerados pelo acautelamento de uma jovem travesti em um centro de internação para adolescentes do gênero feminino. Para as autoras, Camila Silva Nicácio e Júlia Silva Vidal, o reconhecimento da identidade de gênero no âmbito do sistema socioeducativo, aponta para a emergência e consolidação de direitos antes não reconhecidos no Brasil.

Na seção de resenhas, Izaura Maria Carvalho da Graça Furtado apresenta o livro *New Queer Cinema - cinema, sexualidade e política* (2015), organizado por Lucas Murari e Mateus Nagime. Já Bárbara Elcimar dos Reis Alves resenha a obra *Gênero: uma perspectiva global* (2015), de Raewyn Connell e Rebecca Pearse. Ambas sugerem a leitura dos livros que contribuem, cada um à sua maneira, com as reflexões feministas e *queer* nos campos acadêmico, artístico e militante contemporâneos.

Com essa multiplicidade de temáticas e abordagens analíticas, desejamos uma boa leitura a todas e todos e contamos com a colaboração na difusão de nossa revista, para que recebamos cada vez mais trabalhos em forma de artigos, ensaios, diários de campo e resenhas.

Felipe Bruno Martins Fernandes
Mariângela Moreira Nascimento
Caterina Alessandra Rea



AS IMPLICAÇÕES DO SEXISMO BENÉVOLO NA AFIRMAÇÃO DE ESTEREÓTIPOS FEMININOS

Jéssica Horácio de Souza

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

PALAVRAS-CHAVE. Mulheres. Estereótipos. Sexismo. Gênero. Liberdade.

RESUMO: Perceber e considerar as diferenças de papéis sociais que homens e mulheres representam é o início do processo para compreender o sexismo enquanto afirmação de estereótipos em relação ao gênero. A partir de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa e de cunho exploratório tornou-se possível compreender a afirmação dos estereótipos femininos expressa através de atitudes cavalheirescas. Problematizar os pensamentos e as intenções por trás do sexismo benévolo é importante para possibilitar a liberdade das mulheres se construírem do modo que elas desejarem e portanto, escolherem, evitando que vivenciem os estereótipos de gênero como um destino fixo e imutável.

INTRODUÇÃO

Homens e mulheres possuem características específicas que os diferem, sendo elas originadas do sexo e do gênero. Sendo assim, o sexo corresponde as características biológicas, anatômicas, fisiológicas, de código genético e de produção hormonal. Já o gênero é considerado uma construção social que recebe influência da cultura e que é representado através de papéis sociais. Logo, os papéis sociais constituem a forma que cada indivíduo se apresenta ao mundo, e eles são embasados na cultura de cada sociedade como também nos resquícios históricos referente a sobrevivência do ser humano em cada época.

A reprodução recorrente de papéis sociais em relação aos sexos e ao gênero pode originar os estereótipos de gênero. Esses correspondem a um processo de formação de impressão referente ao masculino e ao feminino, e como são pressupostos, podem velar preconceitos em relação ao gênero considerado inferior, dando origem ao sexismo.

Neste sentido, é considerando a supremacia de um gênero sobre o outro que o sexismo se instaura, perpetuando, como consequência, as opressões entre indivíduos por se diferenciarem a partir de seu aparato sexual. O sexismo, então, pode ser manifesto inferiorizando tanto o sexo feminino quanto o sexo masculino. Embasado em uma sociedade fundamentada em resquícios de uma cultura de modelo patriarcal - sistema de organização social e econômico que delegou aos homens o poder econômico e o controle social - é corrente a manifestação do preconceito com relação as mulheres.

Assim, denomina-se machismo o comportamento construído pelo modelo patriarcal, o qual se baseia na crença da superioridade do gênero masculino sobre o feminino, e, sua ação se expressa através da adoção de comportamentos que subjagam as mulheres. Uma vez que o sexismo corresponde aos privilégios dados a um determinando sexo em detrimento do outro, compreende-se que, desta forma, o machismo corresponde à expressão ou ao efeito do sexismo, e age de forma discriminatória essencialmente contra as mulheres. Nessa perspectiva, a mulher é considerada o sexo frágil em relação ao homem. E, embora o rigor dessa consideração tenha se modificado, as ideias que permeiam o conceito de mulher ainda se estruturam no modelo de outrora. Através de atitudes machistas criam-se ideias pré-concebidas em relação ao

gênero inferiorizado, colaborando negativamente para o fortalecimento de padrões referentes à conduta do sexo oposto. A mulher, devido influências religiosas e culturais, é apresentada como um ser frágil, vulnerável, sensual e, portanto, subjugada ao homem. Ainda hoje lhe são atribuídas tais características em contraposição às características dos homens que, por fim, legitimam sua superioridade e força decorrentes do seu sexo masculino.

A replicação de estereótipos não considera a descoberta e atualização de informações quanto ao sexo e ao gênero de cada indivíduo, ela, ao invés disso, permanece na inércia do pensamento patriarcal, segundo o qual é norma geral uma sociedade se manter governada por homens, e que esses dominem a razão, contribuindo para a economia da nação, e as mulheres sejam emocionais e cuidadoras do lar e da família.

Esses pré-conceitos encontram-se enraizados na cultura, e atualmente ainda percebe-se a influência deles no cotidiano. Eles replicam padrões comportamentais femininos e masculinos, impossibilitam a equidade de gênero e originam manifestações violentas relacionadas até mesmo à misoginia, que corresponde ao ódio pela mulher. Mas, existe ainda outra forma de expressão da crença da inferioridade feminina, porém, de uma forma sutil; é deste modo que o sexismo ganha um sentido benévolo, e não mais hostil. Assim, a partir de comportamentos cavalheirescos, os homens reprimem as mulheres e reforçam a fragilidade feminina, considerando-as sensíveis e frágeis.

Quando um indivíduo aceita e também reproduz os estereótipos de gênero devido à alienação de sua liberdade, aceita automaticamente que o outro lhe estabeleça normas sociais a serem seguidas e, nesse sentido, a sua liberdade de se escolher é convertida na autonomia que este dá ao outro de dizer quem ele deve ser a partir de modelos pré-estabelecidos, embora essa atitude não exclua a responsabilidade de sua escolha. Mas quando este indivíduo percebe as expectativas da sociedade perante o seu gênero e considera que não existe um desejo real da sua parte em reproduzir os papéis esperados, uma de suas possibilidades é a de realizar um movimento de resistência, em que age de forma diferente do que se espera dele, defendendo sua liberdade de ser quem desejar, para além de normas e expectativas quanto ao seu gênero.

Devido a alienação da liberdade, homens e mulheres podem então desconhecer as possibilidades de escolha para o seu



projeto de ser, ou seja, para como desejarem ser, e assim, acabarem reproduzindo comportamentos que não lhes agradam devido as limitações que os papéis sociais referentes ao gênero ao qual pertencem possuem. As estereótipos de gênero encontram-se enraizadas na cultura de cada povo e, mesmo que implícitas nas formas de expressão do sexismo, podem influenciar os comportamentos dos indivíduos determinando padrões comportamentais femininos e masculinos, além de limitarem a conquista pela equidade de gênero.

A partir da consideração dessa situação e partindo da contextualização da liberdade existencialista, a psicologia enquanto ciência que estuda o comportamento humano, pode compreender os conflitos existenciais devido à reprodução de estereótipos, como também as consequências oriundas das fugas às normas de gênero. Neste sentido, o presente artigo, a partir de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa e de cunho exploratório, compreende a importância de analisar como se configura a estereótipos feminina frente aos preconceitos que podem se ocultar em atitudes benévolas, assim como as limitações impostas por uma sociedade fundamentada essencialmente em um modelo patriarcal.

A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO

Joan Scott, historiadora estadunidense, em 1986 publicou originalmente em língua inglesa, o artigo "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". Com essa publicação a historiadora apresentou uma visão diferenciada sobre a concepção de gênero, desejando desconstruir a oposição entre os sexos que era até o momento investigada. Scott compreende que existem diferenças entre os sexos, contudo, para ela, a forma com que essas diferenças são apresentadas é produto de uma construção social para a manutenção do machismo e do padrão heteronormativo, ou seja, do poder dos homens sobre as mulheres e da homossexualidade como norma geral.

Nesse artigo Scott expõe que o termo gênero era tratado como sinônimo de mulheres e que na literatura da época, no caso, final do século XX, se substituiu o termo mulheres por gênero. E essa substituição se dava porque gênero [...] "tem uma conotação mais objetiva e neutra do que 'mulheres'". (SCOTT, 1995, p. 75). É importante salientar também que devido à neutralidade do termo, os estudos sobre o mesmo ganham uma conotação mais séria e legítima dentro das academias, contribuindo para os estudos feministas.

Judith Butler, filósofa estadunidense, dedica seus estudos às pesquisas sobre gênero, contudo, introduz ao tema questionamentos que diferem de Scott. Seus estudos surgem com o objetivo de desconstruir a materialidade do corpo, e questioná-lo como parte também de uma construção social e cultural. Para Butler, quando se pensa em sexo como algo imutável, fixo e estabelecido, automaticamente entende-se que existe uma essência, um "eu puro" que será submetido ao gênero, ou seja, um sexo que será transformado em papéis sociais. Contudo, a filósofa compreende que o sexo e, no caso, o corpo, também são construções, pois não existe uma determinação de que um homem sentirá desejo por uma mulher, para ela, sexo, gênero e desejo são construtos sociais. Seu objetivo é desmontar a obrigatoriedade desse sistema de relações. (RODRIGUES, 2003).

Butler apresenta o termo performance para se referir à forma com que as pessoas se manifestam a partir do seu sexo/gênero. A performatividade reforça a construção dos corpos masculinos e femininos e, como consequência, reproduz e fortalece os estereótipos de gênero. O corpo pode ser desconstruído, pois se ele é performático não existem comportamentos definidos por ele, mas sim, representados

nele, logo, qualquer gesto, comportamento e signo de ordem cultural pode ser incorporado e reproduzido pelo corpo.

A partir das diferentes análises dos estudos sobre gênero, a compreensão sobre o tema ganha novas problematizações, o que contribui para a tentativa de mudança dos padrões estabelecidos, os quais são limitados e/ou negativos para aqueles que os sofrem e também para os que o exercem, pois tanto oprimido quanto o opressor acabam se limitando dentro de estereótipos, não percebendo, às vezes, a possibilidade de resistir à elas.

Marina Castañeda, psicóloga e historiadora, também buscou analisar os estudos de gênero a fim de compreender o porquê de se considerar o sexo como determinante de comportamentos, e ainda o porquê de se buscar na biologia ou no sexo justificativas para os comportamentos estereotipados de gênero. Assim, em seu livro "O machismo Invisível", publicado em 2006, apresenta as formas de expressão do machismo como também, a partir de uma compreensão de teorias construtivista e essencialista, por ela apresentadas, expõe como a sociedade reproduz comportamentos de acordo com cada gênero.

Na teoria construtivista apresentada pela psicóloga, o indivíduo não nasce com as características masculinas ou femininas, mas sim ele se constrói a partir das suas relações, ou seja, a única diferenciação natural entre homens e mulheres é resultante dos aspectos biológicos, ou, do sexo, ademais, ele será aquilo que fizer de si, não existindo, neste sentido, a natureza biológica como fator determinante. Por outro lado, para a teoria essencialista, o indivíduo já nasceu com todos os caracteres comportamentais decorrentes do seu sexo, ou seja, ele possui um gênero específico em virtude do sexo, uma natureza masculina ou feminina, e será essa natureza que determinará sua personalidade e, claro, os papéis que ele irá desempenhar.

Ainda nessa linha de pensamento, para apropriar as mulheres ao espaço privado e com isso garantir aos homens controle sobre o espaço público, são determinadas algumas características de comportamento como naturais ao sexo feminino. A maternidade é compreendida, então, como atividade primeira de toda mulher, fruto da natureza biológica do seu sexo, ou seja, de acordo com a teoria essencialista, o desejo e a função de ser mãe é pertencente a todas as mulheres. "É assim que características biológicas - a maternidade inscrita no corpo feminino - passam a assumir um significado social". (COUTINHO, 1994, p. 36).

Nesta perspectiva, é a construção social que irá elaborar os conceitos de feminino e masculino, e não uma natureza humana proveniente da diferenciação dos órgãos reprodutores. Nesse sentido, não pode existir uma superioridade entre os sexos, pois a construção de si se dará para além dos caracteres biológicos. O ser humano, por ter a capacidade de pensar, diferentemente dos outros animais, se constrói para além de uma natureza, não nasce determinado a desempenhar papéis específicos, ter comportamentos e sentimentos de acordo com o seu sexo, mas sim, a partir da sua interação com o espaço em que se insere consegue significar o que vive.

Considerando os conceitos construtivistas de homem e mulher, sabe-se que o ser humano não se constrói apenas pelo seu aparato biológico, ele também é uma complexidade de comportamentos, emoções e sentimentos que moldam e definem a sua identidade para além do sexo que possui. De acordo com Belo et al., (2005, p. 8), "A natureza fornece a diferença, mas a leitura de tal diferença é construída e organizada socialmente por cada cultura, sugerindo uma variabilidade considerável na sua explicação". Pensar então que todos os componentes da personalidade de um indivíduo



são decorrentes da determinação do seu sexo é desconsiderar os fatores socioculturais que o cercam e, conseqüentemente, ignorar as mudanças históricas decorrentes de sua inserção no espaço.

Nessa perspectiva, a visão essencialista fortalece o sexismo ao considerar a superioridade de um gênero sobre o outro, além de conceber o sexo como determinante na construção da personalidade do indivíduo. A ideia da inferioridade feminina é reforçada também pela teoria dos instintos. Devido à sua capacidade biológica de gerar o bebê, a mulher tem o dever de se dedicar à gestação e ao cuidado da família para garantir, assim, a sobrevivência da espécie.

Assim, uma vez que se compreende que os conceitos de feminilidade são construídos, entende-se que a biologia não é um destino e que a identidade de um indivíduo se formará através do significado que ele der às suas vivências. Neste sentido, se questiona se é necessário que o indivíduo se identifique com o seu gênero para que apresente um funcionamento saudável, ou ainda, por que o indivíduo deve se apropriar dos estereótipos referentes ao gênero ao qual pertence para que seja considerado normal ou adequado à sociedade?

SEXISMO HOSTIL E BENÉVOLO

Uma vez que o sexismo corresponde a ideias de inferioridade e superioridade referentes ao sexo, ocorre a expressão a nível social de julgamentos referentes àqueles considerados inferiores, e o incentivo àqueles que são tidos como superiores. Assim, os aspectos femininos são, por vezes, ironizados, e os masculinos, como força e virilidade, são enaltecidos como sinais de superioridade.

A manifestação de julgamentos rudes contra a mulher é atualmente menos recorrente, uma vez que leis foram criadas para defendê-la das violências em virtude de sua história de subjugação ao homem. Contudo, o preconceito não é somente expresso dessa forma hostil, com ação discriminatória, ele também pode se manifestar de forma velada, incutido sutilmente nas formas de tratamento, causando tantos prejuízos quanto a primeira forma de manifestação do sexismo, porém, sendo encoberto por atitudes cavalheirescas, e nesse sentido, machistas.

É desse modo que Glick e Fiske (1996 apud FORMIGA et al., 2005) percebem a existência do sexismo ambivalente, no sentido de existirem duas modalidades na expressão do preconceito: o hostil, que limita as mulheres, lhes impedindo diretamente de realizar as mesmas atividades que os homens devido à crença na fragilidade do seu sexo; e de outro lado existe o sexismo benévolo que, através de comportamentos gentis e cavalheirescos, busca-se privilegiar as mulheres devido aos seus estereótipos de fraqueza e delicadeza, reforçados ao longo da história da humanidade, afirmando assim, os conceitos da submissão feminina.

O sexismo ambivalente compreende uma estrutura bidimensional, expressando um conjunto de estereótipos quanto à avaliação cognitiva, afetiva e atitudinal sobre o papel apropriado que cada indivíduo deve ocupar ou executar na sociedade, segundo o seu gênero (EXPOSITO, MOYA & GLICK, 1996 apud FORMIGA; GOLVEIA; SANTOS, 2002, p. 109).

O sexismo benévolo se caracteriza pelo tratamento às mulheres a partir de elogios em virtude de sua aparência física, devendo seguir os princípios da estereotípia feminina, e condutas de proteção que, devido à suposta fragilidade de seu sexo, precisa ser protegido pelos homens por esses serem o sexo forte.

Como as atitudes benévolas geram uma dualidade de sentimentos, ora pelas mulheres se sentirem cuidadas e protegidas e ora por se sentirem inferiores e dependentes dos homens, por vezes esta manifestação sexista é confundida com gentileza, não sendo identificado o seu verdadeiro objetivo, que é o de "[...] incentivar as mulheres a permanecerem em seus papéis convencionais". (GLICK e FISKE, 2001 apud BELO, 2005, p. 9).

Contudo, este tratamento pode ser afirmado também pelas próprias mulheres, ao aceitarem e reproduzirem os comportamentos machistas, ou aquele padrão comportamental definido para ser expresso pelo sexo feminino. Em suma, o sexismo benévolo corresponde a atitudes paternalistas protetoras, considerando as mulheres seres frágeis que requerem atenção e cuidados por parte do sexo masculino, e que, devido às suas características biológicas, devem ser vistas como sensíveis e românticas, tendo sua sexualidade suscetível aos desejos do sexo oposto.

Isso ocorre pela crença de que elas, por terem a função biológica da reprodução e por socialmente estar definido seus papéis de cuidadoras do lar e da família, precisam ser amadas e protegidas pelos homens. Nesse sentido, as mulheres ainda são consideradas como o sexo frágil e tal concepção é afirmada através dos estereótipos originados pela cultura patriarcal e fortalecida pelo sexismo benévolo. Um exemplo de sexismo benévolo é observado em um conselho dado a um futuro esposo por volta do século XII: "Poupe-a, trate-a com doçura e ternura, pela persuasão, lembrando sempre a invalidez do seu sexo". (BADINTER, 1980, p. 37).

Então, a diferença entre o sexismo hostil e o benévolo é que na forma hostil é evidente a discriminação para com as mulheres no sentido de limitá-las a exercerem atividades que competem somente aos homens segundo uma visão machista, ou seja, no sexismo hostil há o predomínio de comportamentos paternalistas dominadores; assim, a forma hostil é duramente rejeitada por algumas mulheres. Já no sexismo benévolo, a sociedade reforça os estereótipos femininos uma vez que eles surgem de forma sutil e velada, ou seja, sua expressão ocorre através de comportamentos paternalistas protetores, podendo ser expressos através de gestos cavalheirescos, como abrir a porta do carro para a mulher entrar, através de elogios à sua beleza ao invés de elogiar sua competência profissional, e ou de atitudes que as poupem de fazer esforços, não evidenciando assim o seu teor machista e preconceituoso.

Para Castañeda (2006), o cavalheirismo é entendido como toda forma de manifestação de gentileza que ocorre única e exclusivamente para com as mulheres. Ele se caracteriza por comportamentos e posturas cordiais em que os homens, ou até mesmo as mulheres, desejam beneficiar o sexo feminino devido à crença de que elas são sensíveis, frágeis, submissas e extremamente sensuais, diferentemente dos homens. Neste sentido, uma atitude cavalheiresca se difere de uma atitude gentil. No comportamento gentil, as atitudes de cordialidade são feitas para qualquer pessoa, independente do seu gênero. O intuito, neste caso, não é o de salientar as limitações de alguém ou de ser condescendente somente com o sexo feminino devido à crença em seus estereótipos, mas sim o de ser cordial e prestativo visando o bem estar do indivíduo, independente da sua identidade de gênero. Já nas atitudes cavalheirescas, se busca favorecer o sexo feminino em prol de um favorecimento próprio.

Quando a mulher aceita determinados privilégios devido à crença de que, por ser mulher, merece recebê-los, ela automaticamente contribui para reforçar os padrões sexistas, independente de eles serem benévolos ou hostis, admitindo a existência de um padrão de comportamentos que rege as



mulheres perante a sociedade e que deve ser seguido em virtude da sua natureza biológica.

Neste sentido entende-se que a manutenção dos estereótipos através de cordialidades que se exercem a partir do sexismo benévolo reforça o papel da mulher num contexto geral, independente de onde ela esteja inserida e, consequentemente, interfere na sua qualidade de vida, uma vez que tolhe seu desejo real ou espontâneo de ser.

A LIBERDADE DE TORNAR-SE

Beauvoir (1967) afirma que enquanto a criança vive somente para si, não pode identificar uma diferença entre ela e o outro, pois o outro, nesse caso, não existe para ela. Desta forma, quando vivencia seu processo de desenvolvimento voltado para si, tanto o menino quanto a menina sentem as mesmas sensações, descobrem seus corpos com o mesmo entusiasmo, vivem a situação de desmame com intensidades naturais de um bebê, porém, somente experienciam desta forma seu desenvolvimento porque ainda não foram integrados a uma sociedade determinada por papéis de gênero. Gênero esse que tais crianças recebem como forma de tratamento ainda no útero da mãe, mas que, por não compreenderem o esquema social, não lhes afetam.

De acordo com Rodrigues e Heilborn (2014), é na sala de exames, a partir da identificação do sexo, que se definirá o destino do feto. Chazan (2007 apud RODRIGUES; HEILBORN, 2014, p. 81) afirma que: "quando passa a ser possível estabelecer o sexo biológico, o feto vai ganhando identidade e se construindo como pessoa". Então, quando se apresenta à criança a diferença de comportamentos entre homens e mulheres em decorrência do seu sexo, se estabelece automaticamente que a estereotipia de gênero é decorrente da biologia e é ela quem os define. Nesse sentido, a partir dos elementos sugeridos, se estabelecerá o que é apropriado para os sexos, fortalecendo, assim, a separação dos indivíduos em função da sua biologia. No entanto, se um indivíduo estiver em um contexto social no qual lhe for possível burlar o padrão estabelecido, terá condições de se conduzir de forma também não padronizada, uma vez ser o social, e não o biológico, o que lhe possibilitará tal condução. Mesmo assim, esta forma de se conduzir em desacordo com seu sexo, como já visto, lhe amargará, possivelmente, um atributo de desviante.

A criança revela sua existência no mundo a partir do momento em que é imobilizada pelo olhar de alguém (BEAUVOIR, 1967). É no reconhecimento da existência do outro que os comportamentos serão comparados e distinções serão feitas. Contudo, a forma com que serão contextualizadas as diferenças é de fundamental importância para a formação da personalidade. Cabe ressaltar que existem diversas distinções entre indivíduos, quer sejam do mesmo sexo ou não, e essas diferenças se conferem às particularidades de cada um, às escolhas que cada sujeito fez e às influências socioculturais presentes na formação da personalidade de ambos.

Para Coutinho (1994), as diferenças psicológicas são amadurecidas a partir da vigência dos estereótipos, e isso resulta na desigualdade entre os sexos, um processo que inicia ainda na infância. "Basicamente, a socialização nos ensina o que nossa cultura considera maneiras corretas de pensar, comportar-se, falar, sentir, relacionar-se com os semelhantes e lidar com situações". (COUTINHO, 1994, p. 58). Poeschl; Múrias e Ribeiro (2003) reforçam esse pensamento, afirmando que as limitações vivenciadas pelas mulheres são resultado dos conceitos tradicionais os quais correspondem aos estereótipos, e o seu fortalecimento se dará a partir da difusão destes por parte da família enquanto núcleo privado e público.

Conforme Beauvoir (1970, p. 7), "todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade". Ou seja, como a feminilidade é construída a partir do gênero e esse através do sexo, nenhum indivíduo carregará desde o seu nascimento as características que pertencem à estereotipia do gênero, mas sim, poderá se apropriar do que já lhe foi estabelecido enquanto ainda estava no ventre materno, tendo embora o direito de recusar, quando se apropria de sua liberdade, os papéis que lhe foram atribuídos. Assim, uma vez que os estereótipos são frutos da criação de papéis de gênero, e esses são construídos de forma histórica e cultural, logo, não haverá uma norma natural ou um destino que determine o que é ser mulher. Deste modo, um indivíduo do sexo feminino é somente isso, alguém que possui o sexo feminino, não sendo necessariamente uma mulher, a não ser que ele execute os estereótipos que se consideram pertencentes ao seu sexo. "Embora certas mulheres se esforcem por encarná-lo, o modelo nunca foi registrado". (BEAUVOIR, 1970, p. 7).

Passos (2000, p. 46, grifos do original), ao apresentar a visão de Beauvoir sobre a construção da mulher, traz o seguinte pensamento como pertencente à feminista: "Nós não somos por causa do nosso sexo, mas nos tornamos pelo que nos é ensinado e cobrado, em decorrência do nosso sexo", ou, como a própria autora revelou, "ninguém nasce mulher: torna-se mulher" (BEAUVOIR, 1967, p. 9). A transformação, ou o "tornar-se", se refere às interferências da cultura, que ocorrem simultaneamente ao esforço individual por construir-se, por fazer-se. "A partir da ideia sartreana, o tornar-se significa escolher aquilo que se quer ser, de modo que a mulher será aquilo que se projetou ser". (PASSOS, 2000, p. 47). De acordo com Sartre (1970, p. 4): "o homem é tão-somente, não apenas como ele se concebe, mas também como ele se quer; como ele se concebe após a existência [...]. O homem nada mais é do que aquilo que ele faz de si mesmo".

Porém, é importante compreender que esse homem é influenciado pelos aspectos culturais e sociais, nesse caso, Simone de Beauvoir discorre ainda no existencialismo, mesma linha filosófica seguida por Jean-Paul Sartre, sobre uma liberdade circunstanciada. Para ela, a liberdade não é independente da cultura, mas sim será estruturada de acordo com cada situação, pois é essa que apresentará os recursos disponíveis de escolha. (SAFFIOTI, 2000).

Considerando esse discurso existencialista, logo, a construção de um "eu" será definida pelo próprio sujeito, e ele pode utilizar dos padrões vigentes para isso, como por exemplo, se apropriar dos estereótipos femininos, como pode também se distanciar deles, desejando ser alguém para além de determinismos e definições, efetivando a sua própria liberdade de se escolher. O fato de o indivíduo escolher pertencer aos estereótipos do seu gênero constitui também na liberdade que ele é, contudo, o que se torna fundamental, antes de modificar estereótipos, é que o sujeito reconheça que é livre para escolher sua vida e fazer sua realidade, e não que é fadado a um destino ou, nesse caso, aos papéis de gênero, pois a cultura modifica-se, e deste modo, serão possíveis mudanças na forma de identificar ou performatizar o gênero.

É interessante retomar a premissa do movimento feminista que no auge do seu estabelecimento pregava, conforme revelam Alves e Pitanguy (1989, p. 10), "que as diferenças entre os sexos não se traduzam em uma relação de poder [...]". Ou seja, que as diferenças oriundas dos sexos sejam consideradas como são, próprias, e que não ganhem interpretações quanto aos seus privilégios, pois partindo do pressuposto que o ser humano possui a capacidade de se escolher perante a sociedade, ele poderá modificar sua



realidade, tornando-a adequada e aprazível de ser vivida, e não destinada pela biologia.

Considerar um ideal para ser arraigado à sociedade é repetir novamente a existência de padrões, pois quando se define que existe um ideal, se anula qualquer singularidade que possa surgir fora dele. Entretanto, uma mudança social se torna necessária para possibilitar a reformulação de conceitos referentes aos sexos, e também aos papéis que cada um deve desempenhar. Através de uma reflexão pautada no respeito e na equidade entre os indivíduos se poderá promover a transformação na forma de perceber a mulher e o homem, esses não como o conceito de homens que é utilizado para se referir a ambos os sexos, mas como o conceito de indivíduos que, embora com aparatos sexuais diferentes, têm a liberdade de se construírem conforme queiram e desejam.

Então, nesse sentido, é importante que a educação das crianças nas escolas seja voltada para reflexões sobre a constituição da subjetividade de cada indivíduo, ao respeito das diferenças enquanto caráter social e também no desenvolvimento da criticidade frente aos estereótipos e modelos patriarcais, implicando em o indivíduo construir sua identidade ativamente. Em casa, no âmbito familiar, discutir as questões de gênero, e as limitações que os papéis sociais impõem, os desejos e necessidades mais genuínos dos filhos também pode contribuir para uma mudança do pensamento patriarcal, pois compreende-se que os valores são, por vezes, aprendidos a partir do discurso e exemplo dos familiares, e sua reprodução será um reflexo disso.

Promover a quebra de padrões enquanto determinantes para todo o indivíduo é essencial para o desenvolvimento dos desejos, interesses e escolhas de cada um. e, conforme se estimula a reflexão sobre as possibilidades para além dos padrões, se favorece a espontaneidade individual, evitando adequações dentro de normas estereotipadas. Quanto mais recursos ou possibilidades de o indivíduo se desenvolver o meio permitir, maior será a liberdade conquistada pelo sujeito, uma vez que ele não se desenvolverá somente dentro dos limites do que a sociedade julga adequado para o seu gênero, mas sim será aquilo que desejar ser. (BAUMAN 2005, apud MURTA; PRETTE; PRETTE, 2010).

É importante também que as crenças, religiosas ou não, sejam reformuladas e contextualizadas com as mudanças sociais através dos tempos, ou seja, que elas não se alienem no contexto em que surgiram, mas que se apliquem à realidade vigente. Os paradigmas e os mitos devem, nesse sentido, serem reavaliados a fim de questionar o porquê de sua reprodução, uma vez que, neste caso, funcionam para reforçar preconceitos.

O objetivo dessa mudança social, mas que, sobretudo, inicia com uma implicação individual, é permitir a reflexão sobre os papéis de gênero e, sobretudo, desejar que os indivíduos, independente do seu sexo, se tornem quem desejam ser. Assim, como escreveu Doroth Parker (apud BEAUVOIR, 1970, p. 8), "minha ideia é que todos, homens e mulheres, o que quer que sejamos, devemos ser considerados humanos".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre os padrões sociais torna-se importante para rever a origem de atitudes negativas a partir deles e também as implicações da reprodução de tais padrões. Embora as mulheres tenham conquistado direitos a seu favor, verificou-se que ainda não foi possível erradicar as estereotipias quanto ao seu gênero e que ainda existem diversas formas negativas de concebê-las.

Os papéis de gênero, além de limitarem a inserção das mulheres na esfera pública e privada, também as condicionam

a viverem um destino feminino visto como natural, impedindo que esse destino seja visualizado como pertencente à cultura e às diferentes sociedades. Portanto, problematizar o gênero e suas estereotipias se tornou essencial para se pensar em como eles interferem ainda no padrão comportamental das mulheres e, sobretudo, para se pensar em uma mudança.

A discriminação sobre a mulher ocorre desde formas agressivas e pejorativas, que caracterizam inclusive as violências contra as mulheres, como pode também ser manifesta através de uma crença enraizada nos indivíduos, independente do sexo, de que as mulheres são inferiores aos homens e que, por isso, necessitam de cuidados especiais, bem como de serem privadas de realizarem tarefas e comportamentos considerados específicos dos homens. O sexismo hostil e o sexismo benévolo, embora possuam canais diferentes de expressão da crença na inferioridade feminina, se complementam e causam prejuízos significativos na vida de homens e mulheres, e quando não são questionados e refletidos sobre seus objetivos e sua manutenção, acabam reproduzindo a estereotipia de gênero.

É interessante analisar a manutenção do cavalheirismo, uma vez que ele se expressa através de comportamentos que beneficiam as mulheres, portanto, não evidenciam o pensamento sexista por trás dele. Não é possível afirmar que o sexismo benévolo é utilizado única e exclusivamente para inferiorizar as mulheres, pois como é alimentado pelas mídias através de ideais românticos e esses estão inculcados em uma ideologia patriarcal protetora e dominadora, quem os reproduz pode desconhecer seu teor sexista e manifestá-lo acreditando ser um comportamento educado para com as mulheres. Contudo, mesmo desconhecendo as raízes do cavalheirismo, a partir da sua reprodução se afirma que os homens devem possuir um comportamento protetor e de cuidado para com as mulheres e que elas devem se submeter a essas posturas, e até a gostar delas, fazendo parte, muitas vezes, de seu "ideal de homem".

Portanto, diferenciar o sexismo benévolo de comportamentos gentis é fundamental para compreender que o respeito para com o gênero é fundamental, mas que é importante que ele ocorra através de atitudes gentis, o contrário do sexismo benévolo, que somente é reproduzido para as mulheres como forma de afirmar a superioridade masculina.

O patriarcado configura os papéis sociais que devem ser desempenhados por cada gênero, salientando a supremacia dos homens sobre as mulheres. Porém, mesmo com papéis delimitados e buscando na natureza justificativas para àqueles desempenhados pelas mulheres, elas estabelecem uma rede de poder dentro da própria submissão. Então, como mães e cuidadoras do lar, do esposo e da família num todo, as mulheres se apropriam desses estereótipos considerados naturais e inviabilizam a participação dos homens nas tarefas que dizem respeito aos papéis a elas atribuídos, fortalecendo ainda mais os seus estereótipos e naturalizando sua condição de mães.

Logo, percebe-se que as mulheres se apropriam de alguns estereótipos, principalmente aqueles que são considerados naturais por serem biológicos, mas que são representados por determinações sociais. A maternidade, nesse sentido, é considerada natural de toda mulher, embora o cuidar seja construído socialmente, ou seja, não se nasce com as características do ser mãe, a mulher torna-se mãe através das características que são atribuídas a um processo natural que é o de gerar um bebê. Educar e cuidar do bebê já fazem parte de um processo social e cultural. Então, os estereótipos atribuídos às mulheres objetivam limitá-las e confiná-las à esfera privada



da sociedade, contudo, não são percebidos com tal objetivo por possuírem em seus papéis sociais características biológicas e, portanto, analisadas como naturais.

O feminino é analisado sob uma perspectiva natural, excluindo a subjetividade que pertence ao ser humano. Nesse caso, homens e mulheres são analisados como animais puramente regidos pelos instintos, negligenciando que eles possuem capacidade de pensar, criar normas e valores sociais a partir de suas culturas. Contudo, o conceito de feminino difere em cada cultura e é essa consideração que permite a análise cultural e sua influência na constituição dos estereótipos e de gênero. O mesmo ocorrendo com o masculino.

É importante que haja estudos sobre a liberdade de se tornar e também sobre as responsabilidades que as escolhas implicam, pois a partir destes estudos, principalmente na área de gênero, será possível refletir sobre a inexistência de um destino fixo e imutável, e nesse sentido, modificar os padrões que permanecem estabelecidos nas sociedades.

Discutir sobre as estereótipias de gênero traz um desconforto devido ao tempo em que elas são reproduzidas e à forma com que estão arraigadas no discurso. Contudo, discutir e refletir sobre o assunto ajuda a problematizar quais comportamentos são importantes adotar para modifica-los e, possivelmente, erradicar os pré-conceitos sobre homens e mulheres, permitindo a todos uma vida de maiores possibilidades de ser.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. São Paulo: Abril Cultural Brasiliense, 1985.

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor moderno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 370 p. Tradução de Waltensir Dutra.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: Fatos e mitos. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

_____. O segundo sexo: a experiência vivida. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. 500 p.

BELO, Raquel Pereira et al. Correlatos valorativos do sexismo ambivalente. *Psicologia Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p.7-15, abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722005000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 23 jun. 2015.

CASTAÑEDA, Marina. O machismo invisível. São Paulo: A Girafa, 2006. 303 p.

COUTINHO, Maria Lúcia Rocha. Tecendo por trás dos panos: A mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. 249 p.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, dez. 1995.

FORMIGA, Nilton Soares et al. As duas faces do preconceito feminino: Análise do inventário de sexismo ambivalente em homens brasileiros. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 23, n. 41, p.57-63, jun. 2005. Disponível em: <<http://www2.puepr.br/reol/pb/index.php/pa?dd1=187&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

FORMIGA, Nilton S.; GOLVEIA, Valdiney V.; SANTOS, Maria Neusa dos. Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 1, n. 7, p. 103-111, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722002000100013>. Acesso em: 8 maio 2014.

MURTA, Sheila Giardini; PRETTE, Almir del; PRETTE, Zilda A. P. del. Prevenção ao sexismo e ao heterossexismo entre adolescentes: contribuições do treinamento em habilidades de vida e habilidades sociais. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, Lisboa, n. 2, p.73-86, 2010. Disponível em: <[\[content/uploads/2015/02/prevencao-ao-sexismo.pdf\]\(http://www.rihs.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/02/prevencao-ao-sexismo.pdf\)>. Acesso em: 4 jun. 2015.](http://www.rihs.ufscar.br/wp-</p></div><div data-bbox=)

PASSOS, Elizete. O existencialismo e a condição feminina. In: MOTTA, Alda Britto da; SARDENBERG, Cecília; GOMES, Márcia (Org.). Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas. Salvador: Fast Design, 2000. p. 39-47.

POESCHL, Gabrielle; MÚRIAS, Cláudia; RIBEIRO, Raquel. As diferenças entre os sexos: mito ou realidade. *Análise Psicológica*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p.213-228, jan. 2003.

RODRIGUES, Carla; HEILBORN, Maria Luiza. Construindo Vera Cruz e desconstruindo gênero: aproximações entre Pedro Almodóvar e Judith Butler. *Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 16, p.73-85, abr. 2014.

RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 179-199, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. O segundo sexo à luz das teorias feministas contemporâneas. In: MOTTA, Alda Britto da; SARDENBERG, Cecília; GOMES, Márcia (Org.). Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas. 5. ed. Salvador: Fast Design, 2000. Cap. 2. p. 15-38. Disponível em: <http://www.cufa.org.br/in/maria_maria/simone.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2015.

SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um Humanismo. 3. ed. Tradução de Rita Correia Guedes. São Paulo: Abril Cultural. 32p. 1992.

Recebido em: 03/05/2016

Aprovado em: 07/12/2016



GÊNERO, INFÂNCIA E PERIFERIA

João Rodrigo Vedovato Martins

Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Professor e coordenador do cursinho popular TRIU em Campinas/SP.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia da Criança. Performatividade de Gênero. Periféria.

RESUMO: Na presente pesquisa analiso a performatividade de gênero de crianças em uma Escola Municipal de Educação Infantil na periferia da região nordeste da cidade de São Paulo, distrito do Tremembé – refletindo antropológicamente sobre a constituição de feminilidades e masculinidades periféricas na infância. Neste campo foi observado o brincar, aqui tomado como uma atividade privilegiada, na qual o marcador de gênero aparece em ação, em uma conflitiva socialidade que demonstrava tanto rupturas quanto reafirmações da heteronormatividade e de categorias de gênero hegemônicas gestadas nas periferias. Nesse contexto etnográfico, as próprias crianças explicitaram elementos articulados com categorias de gênero que eram constituidores de suas identidades e experiências sociais enquanto sujeitos: caso do funk e do universo do crime.

INTRODUÇÃO

Neste artigo pretende-se analisar a performatividade de gênero de crianças, de 4 a 6 anos, em uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) da periferia de São Paulo, isto é, como as crianças constroem e são construídas por marcadores de gênero em sua relação com a escola, com as professoras e com as outras crianças e com o contexto geral em que estão inseridas, posto que essa instituição não se encontra destacada de uma conjuntura político, cultural e social mais ampla. Por conta disso, o brincar, com fortes elementos e qualificadores do contexto periférico, emergiu como um espaço-tempo fundamental na qual é possível observar o gênero em ação.

Durante a investigação na escola as crianças me explicitaram como essa interseção era imprescindível, pois quando eram acionados os marcadores de gênero a relação com classe social ou origem se mostrava recorrente. As crianças traziam referências e características de uma sociabilidade periférica (PEREIRA, 2010) no que tange à performatividade de gênero, no que concerne a determinações binárias de gênero feminino/masculino e de sexo mulher/homem. A experiência do campo me direcionou, desta forma, a refletir e reconsiderar o relevante naquele contexto, como as expressões de gênero estão imbricadas com o universo simbólico e material do funk e do crime. Seguramente, a minha procura em pesquisar crianças em uma escola infantil causava muito estranhamento e desconfiança. Em todas as escolas em que busquei a possibilidade de realizar a pesquisa, o quadro de funcionários era composto majoritariamente, ou mesmo unicamente por mulheres. A minha presença enquanto homem jovem interessado em temáticas de gênero e sexualidade das crianças levantava suspeitas. Cabe ressaltar que a desconfiança vinha, além das professoras e funcionárias, por parte dos pais e mães das crianças. Eu era alvo de constantes vigilâncias com grande teor moral, era interpelado sobre questões pessoais que diziam respeito a minha sexualidade, religião, família. Ademais, a dificuldade e problemática de ser um adulto a pesquisar e ter como interlocutores crianças percorreu todo meu campo e a escrita da dissertação, pois havia uma tensão latente entre minhas observações e leitura delas e a constante possibilidade de julgar os atos, atitudes, falas e expressões das crianças a partir de critérios adultos. Desta maneira, busquei contextualizar as ações das crianças onde elas se inseriam, no sentido micro da escola e no contexto mais amplo da periferia.

Optei por pesquisar em uma EMEI por diferentes motivos que serão discutidos adiante, um dele se trata da escola ser um espaço central de socialidade das crianças e estar também permeada por representações e concepções de gênero, as produzindo e reproduzindo, segundo aponta Jimena Furtani (2008). Guacira Lopes Louro ratifica a importância dos estudos de gênero no âmbito escolar

[...] pode ser um conceito relevante, útil e apropriado [...]. Pondo em xeque o caráter “natural” do feminino e do masculino, o conceito indica um processo, uma ação, um investimento para “fazer” um sujeito “de gênero” (2002:229).

INFÂNCIA E GÊNERO

No âmbito das investigações sobre infância e gênero há pesquisas realizadas com a compreensão de que gênero é reflexo ou interpretação cultural do sexo, carregando o pressuposto de que o sexo seria biológico, pré-discursivo. Tais estudos ratificam que meninos e meninas têm comportamentos, atributos distintos alinhados a seu sexo. Nesta concepção, o sexo é um atributo natural, biologicamente constituído e gênero é uma construção sociocultural. Michel Foucault, a partir de sua investigação genealógica, traz questões que contribuem para uma crítica a visão essencialista. Ele se recusa a estabelecer um ponto de origem dos gêneros, a realidade do desejo ou a autenticidade do sexo a qual a repressão ofusca, ou seja, refuta designar uma origem e causa das categorias identitárias, apostando que, na verdade, elas são efeitos de práticas e discursos de poder e instituições e têm origens difusas e plurais. A genealogia toma o gênero enquanto categoria não estável, realizando uma revisão radical das construções e normas políticas de identidade, pois a estabilidade dela reside na oposição, relacionalidade e hierarquização dos termos. Assim, por exemplo, o feminino e o masculino se apresentam como termos problemáticos.

Usufruindo dessa contribuição de Foucault, para Judith Butler e outros/as autores/as pós-estruturalistas a perspectiva essencialista, também conhecida como *metafísica da substância*, está imbuída da hipótese de “ser” um gênero, ou seja, alguém “é” homem ou mulher em função do sexo anatômico. Sendo assim gêneros inteligíveis seriam justamente os que mantêm coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.



O gênero não deve ser concebido como inscrição sócio-cultural em um sexo dado a priori, pois gênero não está para cultura como o sexo está para natureza. Sexo também é meio discursivo e sócio-cultural pelo qual se produz a falsa ideia de um “sexo biológico” que se impõe como pré-discursivo e fornece o pressuposto de que é natural e neutro, sobre o qual deve agir a cultura.

Assim como Butler, Guacira Lopes Louro (2004) compreende tanto gênero como sexo enquanto construções sociais, de forma crítica a possibilitar agência e transformação e não sob a interpretação de que a noção de construção implicaria uma espécie de determinismo social a partir de leis de diferenças de gênero. As autoras se opõem ao pressuposto de que gênero enquanto construção social sugere um determinismo nas acepções de gênero, marcados em corpos com dimorfismos distintos, pois esses corpos não são alvos passivos de uma lei cultural. O próprio corpo e sua morfologia fazem parte de um sistema conceitual hegemônico.

Considerando que gênero é constituído e constituinte de redes de poder, Butler procura desconstruir a distinção natural-cultural de sexo e gênero argumentando que a existência social de corpos pressupõe a *generificação*, isto é, não há corpo existente à pré-inscrição cultural, pois o corpo não é uma dimensão a ser lapidada por inscrições, mas “*um conjunto de fronteiras, individuais e sociais, politicamente significadas e mantidas*” (BUTLER, 2003:59) por ações sociais constituídas e constituintes de gênero.

Em *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (2003) Butler questiona se o “sexo” teria história ou seria algo dado a priori, transplantando a problemática da sexualidade em Foucault para questões de sexo, gênero e desejo. Butler vai operar com o conceito de *desconstrução*, sugerindo que nas estruturas de determinações binárias sempre há assimetria de poder, contexto no qual um é estigmatizado e outro naturalizado, socialmente aceito, a exemplo da oposição criada entre homem/mulher e suas associações: racional/emocional, forte/fraco.

Considerando que gênero é constituído e constituinte de redes de poder, Butler procura desconstruir a distinção natural-cultural de sexo e gênero argumentando que a existência social de corpos pressupõe a *generificação*, isto é, não há corpo existente à pré-inscrição cultural, pois o corpo não é uma dimensão a ser lapidada por inscrições, mas “*um conjunto de fronteiras, individuais e sociais, politicamente significadas e mantidas*” (BUTLER, 2003:59) por ações sociais constituídas e constituintes de gênero. Gênero, então, para Butler “*é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura regulada altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser*” (2003:19), é o que *performamos*, é ação que dá existência ao que nomeia “*(...) não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados*” (BUTLER, 2003:48).

É através do controle da *performatividade* que a instituição escolar pode disciplinar sexualidades desviantes e gêneros não binários com *heteroterrorismo* (Bento, 2011:554), atuando a regular e gerir as expressões de gênero de acordo com linhas culturalmente estabelecidas do que é normalidade. Meninos que expressam gênero em desacordo com o que é tido socialmente como masculino ou meninas que expressam gênero fora do que é considerado feminino são muitas vezes alvos de repreensões.

Contudo a *performatividade* permite subversão, não se pode garantir que a estabilidade gerada em função da reiteração das

designações de gênero e sexualidade de fato ocorra. Berenice Bento expõe que “*gênero adquire vida através de uma estilística definida como apropriada*” (2011:553).

Na escola as crianças mostram o potencial de contestar e subverter gênero, por meio de suas expressões e performatividade durante o brincar, posto que elas têm outra forma de acessar e compreender o mundo, sob os olhos de outros valores, embora aqui não se pretenda ratificar a hipótese de um antagonismo e uma polaridade total entre mundo adulto e das crianças, há uma complexidade e um intercâmbio grande nesta relação que não pode ser resumido a este simples binômio. No campo da educação, o impacto dessas teorias foi importante, Guacira Lopes Louro em 1997² procura relacionar educação, gênero e sexualidade sob a ótica pós-estruturalista. A autora sugere que se a escola desnaturalizasse o gênero as crianças que desviam da norma não seriam alvo de *pedagogias corretivas* (LOURO, 2004:16) nem de um poder pedagógico infundável para assinar a norma em seus corpos.

Visto isso, busca-se desnaturalizar ou desessencializar ações e expressões das crianças, vê-las como contingentes e históricas, conectadas numa íntima socialidade periférica que envolve categorias morais e identidades. A intersecção com os marcadores de infância na periferia se torna latente, considerando a produção de sujeitos periféricos, permeadas por elementos específicos deste contexto político, cultural e social. A atenção especial recairá nas compreensões, leituras e reformulações das próprias crianças no que tange às categorias correntes de gênero, sexualidade e infância na periferia, observando isso em seus momentos mais espontâneos e livres, ou seja, nas brincadeiras e durante o brincar. Nesses momentos que se nota uma subversão ou *reprodução interpretativa* (CORSARO, 2002) das categorias acima citadas, propiciando vislumbrar os elementos que as crianças acionam dentro de seu universo para expressar gênero e sexualidade, em sua conflitividade com outras crianças e com a própria escola.

Estudos de antropologia que focam as crianças enquanto sujeitos principais e interlocutores são escassos, sendo que a própria área de antropologia da criança se consolidou a não mais que meio século, perfazendo um percurso de exaustiva revisão de conceitos chaves da tradição antropológica, como ação social, socialização, o binômio indivíduo/sociedade, dentre outros.

Margaret Mead (1961) aparece como uma referência importante para os estudos de antropologia da criança com seu estudo em ilhas norte-americanas do Pacífico, afirmando que a experiência e a materialidade não-conflitiva da transição para a adolescência em Samoa não estão associadas a um grupo etário como dado natural ou biológico, mas sobretudo a questões sócio-culturais e contextuais, ou seja, a transição para adolescência é um fenômeno produzido pelas práticas sociais em determinado período histórico, manifestando-se assim de distintas formas em cada contexto sociocultural. Desta maneira, a autora estabelece a ruptura com a lógica de que a adolescência é incontestável e uma fase universal e a-histórica de desenvolvimento, nos fornecendo subsídios a entender a juventude como engendrada por práticas sociais.

Em uma perspectiva historiográfica, Philippe Ariès (1982) em seu livro intitulado “*História social da criança e da família*” explanou sobre os limites, alterações e transformações que o conceito de infância e criança adquiriu durante os séculos da idade moderna, utilizando a noção de “*sentimento da infância*”, o qual significava e expressava a emergência de uma consciência particular que distinguia a criança do adulto.



O autor afirma que antes do século XVII a ideia de infância estava intimamente conectada a de relações de dependência, então se deixava a infância apenas quando não se era mais dependente, por isso as crianças eram representadas sempre com seus pais ou em família, nunca independentemente. Essa ideia também designava pessoas servis e submissas a outros, como soldados e lacaios. É somente após o século XVII que a criança começa a ser representada em sua individualidade, longe de seus familiares e pais, e é neste momento que a palavra infância adquire seu sentido moderno.

No século XX, mais especificamente em 1946, Florestan Fernandes (2004) em “As trocinhas do Bom Retiro” discorria que as crianças tinham forte capacidade de criar cultura própria, formulando, reelaborando e dando diferentes acepções a universo de práticas dos adultos, contribuindo com a ideia de que as crianças são agentes e construtoras de relações e práticas sociais – referência importante que sustentará o campo da antropologia da criança. Contudo, o autor mantém o pressuposto de que as crianças aprendem e desempenham os papéis dos adultos, reafirmando a polaridade adulto/criança e seus universos culturais.

Na década de 1960 os/as antropólogos/as fazem esforços no sentido de revisar seus conceitos. O conceito de agência, que é um conceito central na antropologia, foi reformulado, contribuindo para se pensar o indivíduo de uma maneira inovadora.

Com essa reformulação, a visão da antropologia sobre as crianças também se alterou, sugere Cohn

[as crianças] ao contrário de seres incompletos, treinando para a vida adulta, encenando papéis sociais enquanto são socializados ou adquirindo competências e formando sua personalidade social, passa a ter um papel ativo na definição de sua própria condição. Seres sociais plenos, ganham legitimidade como sujeitos nos estudos que são feitos sobre elas (Idem:21).

Destarte se rompe com a pressuposição de criança como categoria de idade ou ciclo de vida, rigidamente organizado em torno de faixas etárias, e também com os modelos reducionistas de socialização adulto/criança, nos quais as crianças são sujeitos não autônomos, que devem ser socializadas pois são passíveis a cultura.

A noção de sociabilidade é examinada pelos estudos antropológicos, pois remete ao binômio indivíduo/sociedade

Sociedade e indivíduo constituem um par terminológico intrigante porque nos convida a imaginar que a socialidade é uma questão de coletividade, que ela é generalizante porque a vida coletiva é de caráter intrinsecamente plural. A 'sociedade' é vista como aquilo que conecta os indivíduos entre si, as relações entre eles. Assim, concebemos a sociedade como força ordenadora e classificadora e, neste sentido, como uma força unificadora que reúne pessoas que, de outra forma, se apresentariam como irredutivelmente singulares. As pessoas recebem a marca da sociedade ou, alternativamente, podem ser vistas como transformando e alterando o caráter daquelas conexões e relações (STRATHERN, 2006:40).

A autora se orienta pela noção de socialidade, e faz uma crítica ao conceito de sociabilidade, à ideia de uma relação imbuída de uma carga sentimental direcionada a empatia e estima. Para Strathern (2006) a guerra é uma relação, relações podem ser positivas ou negativas, conflitivas, fragmentadoras, ordenadoras e solidárias. Para a autora, é o conceito de socialidade que comporta esta ambiguidade, permitindo pensar a reciprocidade não unicamente por meio do altruísmo, mas

também pelo conflito. Deste modo, as relações entre os pares, isto é entre crianças, foi observada em campo a partir dessa possibilidade trazida pela discussão de Strathern em torno do conceito de socialidade crítico a imagem de bem comum, estabilidade e ausência de hostilidade.

Parte-se da perspectiva das crianças enquanto sujeitos e interlocutores da pesquisa e não de objetos ou foco de análise. Questiono ainda o pressuposto de que para se fazer uma antropologia da criança, atenta na busca de entender o que embasa as práticas das crianças, seria imprescindível recursos metodológicos próprios, como se houvesse uma particularidade de método a ser utilizado ou que as crianças teriam algo de específico que não fosse possível apreender com as metodologias de pesquisa antropológica. Segundo James e Christensen (2000) os métodos e técnicas de pesquisas devem ser adaptados ao campo pesquisado, no caso uma escola de educação infantil, distinguindo em como as crianças e adultos respondem de diferentes maneiras às mesmas técnicas e métodos. Acredita-se que as crianças são sujeitos sociais como qualquer outro, que compartilham de significados sociais e das construções sociais disseminadas socialmente, não possuindo ontologias tão díspares.

O BRINCAR

O brincar é uma linguagem de socialidade que possibilita descobertas e conhecimentos sobre si, sobre o outro e sobre o mundo que o rodeia (ROJAS,2007). Portanto, o brincar é central na construção de identidade de meninas e meninos e é imperativo compreender e apreender os conhecimentos e usos de que se embasam as crianças nas relações e nas performatividades de gênero.

Infância, gênero e periferia são imbricados no ato de brincar, porque o brincar está conectado com o contexto sociocultural da criança, com as referências que vivenciam e são impostas, mas envolve também reinterpretação e criação, nunca sendo uma simples mimese ou cópia. Referências comuns são centrais para que a atividade seja compartilhada e inteligível a todas as crianças, neste caso a performatividade de gênero em contexto periférico.

Parto do princípio de que o brincar

é uma atividade social significativa que pertence, antes de tudo, à dimensão humana, constituindo, para as crianças, uma forma de ação social importante e nuclear para a construção das suas relações e das formas coletivas e individuais de interpretar o mundo (BORBA, 2005:59).

Por meio da possibilidade de ver as coisas sob outra perspectiva, o brincar permite transpor-se do real para as fantasias, mas certamente esse binário real/fantasia não é intransponível e nem antagonístico. É uma espécie de ficção construída, na qual simultaneamente emergem conexões novas entre as coisas e repensa-se a realidade, a partir do imaginado e das vivências cotidianas. Esse imaginado expresso no brincar é uma mescla de realidade e fantasia, no qual o cotidiano surge com outra aparência, mas o conteúdo não necessariamente está relacionado com uma imitação de experiência ou vivência, porquanto é um momento criativo e inventivo dentro de um leque de possibilidades.

Investigar e analisar a relação entre infância, gênero e periferia é englobar uma pluralidade corporal, de expressões e gestualidade das crianças e sua íntima conexão com o contexto de sua produção. Corpo, expressões e gestualidade são fundamentais para conceber nossa relação com os outros e com o mundo. Na infância o brincar estabelece um elo entre a criança e o mundo que a rodeia - “O corpo está presente na elaboração das construções identitárias, na infância, é na



brincadeira que ele aparece em evidência” (FINCO, 2010, p. 126).

O brincar das crianças em um contexto de periferia, portanto, está relacionado com o universo simbólico experienciado. O brincar está dentro de uma rede de significados de gênero e sexualidade periféricos, relacionados a identidades gestadas em torno de valores e categorias morais do universo do funk e do crime.

DISTOPIA PERIFÉRICA

Na década de 60 a questão da moradia ganhou amplo espaço devido ao grande crescimento populacional no Brasil e o fenômeno de migrações. São Paulo foi a cidade escolhida por muitos imigrantes, principalmente do nordeste e norte do país, a partir dos anos de 1950. Nos estudos iniciais provenientes do pensamento sociológico latino-americano e da teoria de marginalidade social, característicos dos anos de 1960 e 1970, surgiram algumas dicotomias: periferia/centro; favela/centro; riqueza/pobreza; legal/ilegal, que marcaram significativamente os estudos sobre a cidade e periferias no campo das ciências humanas, gerando reflexões conceituais, alimentando a série de pesquisas até os dias atuais. A partir dos anos 80 houve uma crise conceitual, na qual as categorias de análise não abarcavam as novas realidades, plurais, difusas, mutáveis e heterogêneas. Há uma série de conceitos cunhados e utilizados: periferia consolidada, periferia não-consolidada, hiperperiferia, favela de periferia, favela urbanizada. Muitos deles têm origem na necessidade de se classificar novos espaços que surgem nas cidades e as transformações operadas a partir dos anos de 1990 na literatura sobre o tema, sendo que as dicotomias forma/informal, legal/ilegal, periferia/centro já não dão conta da diversidade de realidades e composições sociais atuais. Na década de 1990 as dicotomias, amplamente aplicadas nos anos 60, 70 e 80, passam por uma revisão crítica, relativiza-se o binômio centro/periferia sob o argumento que a definição de periferia não resume a aspectos tão somente geográficos ou de distância do centro da cidade.

Ademais, uma das consequências das dicotomias dos anos 60, 70 e 80 era a perspectiva de discutir os problemas sociais da periferia, ou seja, a centralidade recaía sobre a violência, criminalidade e tráfico de drogas. A chave de leitura da ausência ou da qualificação pela negação (ROSA, 2009) tipifica esses estudos. As periferias eram estudadas pelo que não tem, pela ausência de Estado, de poder público, de infraestrutura, de planejamento urbano, de leis. Essa visão materializou estereótipos e informou que a periferia se resumiria ao crime, à pobreza, à violência.

A categoria violência é predominantemente utilizada por diversos autores e em plurais contextos para designar negativamente uma ruptura de relação. Rifiotis (2008) propõe suspender temporariamente a noção de violência para analisá-la. O autor não nega a violência enquanto fenômeno, mas procura refletir sobre a pluralidade de situações em que esta noção é empregada, criticando o uso homogeneizante e generalista do termo, que, muitas vezes, ofusca a compreensão dos fatos, apagando a variabilidade de situações e contextos. Zaluar (1999) sugere, ao discorrer sobre a hipermasculinidade dos jovens das favelas do Rio de Janeiro, que o gênero era performatizado tendo como referências a violência e o crime.

Assim, parte-se da revisão teórica operada nos anos 1990 que buscou explicitar a pluralidade de caracterizações do termo periferia para além dos determinismos reducionistas que os binarismos podiam abarcar. Portanto, por mais que este trabalho utilize o conceito de periferia, remetendo-se a todo seu debate histórico e conceitual, não se pretende naturalizar características ou essencializar marcadores aos contextos

periféricos e sim trazer elementos que conectam as experiências de subjetivação de sujeitos periféricos com os marcadores sociais de gênero e sexualidade, partindo da compreensão de que as pessoas ao expressarem gênero recorrem ao universo simbólico e material no qual estão inseridas, portanto não se pode desvincular a performatividade de gênero de sujeitos periféricos das expressões de gênero correntes, valorizadas e desejadas na periferia, posto que é ali, em meio a desigualdades de diversos âmbitos, que são construídas, gestadas e expressas.

PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO DAS CRIANÇAS NA PERIFERIA

No caso da EMEI, as crianças traziam vivências e experiências associadas ao mundo do crime. Neste sentido, um evento de pertinência ocorreu quando eu estava na classe ajudando dois meninos a pintar um desenho com canetas coloridas, quando um deles, de 6 anos, me pergunta

Renato: Tio, você tá com a tampa da caneta?

Eu: Não, não sei onde está.

Renato: Vou fazer uma revista em você, tio.

Eu: Revista?

Renato: Sim, tio, igual a polícia faz na gente. Cadê a tampa? (Diário de Campo, Maio, 2015).

A sentença do menino elucida uma abordagem policial e seu conhecimento tácito desse processo.

Em outra ocasião e com outra turma, a professora Caroline pergunta a Roberto, de 5 anos de idade, se ele gosta de ler, ele afirma categoricamente que não. Rapidamente a professora diz que ele precisa ler e estudar pois assim poderá ter um emprego no futuro e ter dinheiro. Pronto o menino responde que se ele precisar de dinheiro basta roubar. A professora por instantes fica sem reação e se distancia, em seguida se aproxima de mim, me narra o acontecimento, e me conta que o pai deste garoto está preso, cumprindo pena por roubo.

Havia uma estagiária na escola que esporadicamente assumia a responsabilidade de ficar com alguma turma durante metade do período vespertino no lugar de alguma professora que havia faltado. Acidentalmente naquele dia me programei para fazer as observações na sala que ela estava. Logo no início da tarde essa estagiária me informa para ficar de olho em um menino, o Roberto, me dizendo que ele, a todo momento, gesticula e se expressa como se estivesse portando uma arma de fogo para resolver os conflitos com os colegas. Ao entender da estagiária aquela estilística representava indiretamente certa associação com a criminalidade. A partir disso comecei a observar as ações e expressões de Roberto na relação com as outras crianças e, em um momento, no parque, decidi perguntar a ele o que estava fazendo:

Eu: Roberto, do que você está brincando?

Roberto: Sou ladrão, tio. Do morro.

Eu: E como você brinca disso?

Roberto: Assim ó.

Seguramente esta estilística não se restringe a apenas estes garotos, muitas outras cenas parecidas aconteceram, em diversas turmas, entretanto todas com meninos e do infantil II, ou seja, de 5 a 6 anos. Houve também um caso de um menino, Mateus, da turma da professora Julieta que brigou com os colegas na sala durante a montagem de um quebra-cabeça, imediatamente ele se distanciou do grupo e começou a chorar. Ficou por alguns minutos chorando até que a professora foi ao seu lado e perguntou:

Julieta: Mateus que foi? O que eles fizeram?



Mateus: Nada [chorando]

Julieta: Eles num deixaram você montar?

Mateus: Sim. Quando eu tiver 11 anos vou ganhar uma arma do meu pai e matar todo mundo aqui.

Julieta se assusta e tenta conversar com o menino. Seu pai também tinha antecedentes criminais, havia cumprido pena por roubo e tráfico, segundo a professora.

Notadamente todos esses fatos foram com meninos do núcleo infantil II. Não circunstancialmente porque na(s) periferia(s) há um íntima relação entre masculinidade e criminalidade, na sua imagem combinada com uso de arma de fogo, disposição para matar e morrer em nome da honra, ter dinheiro e ostentar. Fala-se em masculinidade hegemônica, a qual é associada ao homem heterossexual, numa posição de dominação das mulheres. Contudo, estudos mais recentes discorrem sobre masculinidades, no plural, com a intenção de abarcar a pluralidade de expressões de gênero de identidade sexuais dissidentes e a hierarquia existentes entre as masculinidades. Cabe enfatizar que conceito de masculinidade hegemônica não é unívoco. Os estudos sobre masculinidade se consolidaram em finais dos anos 80 e início dos 90 do século XX, neste período o conceito era imbuído de pressuposições essencialistas de sexo e gênero, naturalizando o corpo, negligenciando os aspectos discursivos das identidades e dicotomizando homens e mulheres. Connel & Messerschmidt (2013) propõem relevar a contingência e temporalidade da noção de masculinidade hegemônica, não a concebendo como fixa e não se referindo a sua hegemonia em qualquer tempo e espaço, posto que as características definidoras da hegemonia têm variabilidades e configurações outras. Antes de ser um conceito que se define no que caracteriza e descreve, é uma forma de dar inteligibilidade às dinâmicas e aos processos sociais. A pertinência do conceito de masculinidade reside no fato de se atentar às configurações sociais, pensando como os homens se posicionam por meio das práticas discursivas e como opera por meio de referenciais, produção de exemplos, figuras e símbolos.

Na(s) periferia(s) o ideal de masculinidade hegemônica não é o mesmo que o encontrado em classes burguesas e dominantes ou aquele que dá substância em países europeus. Seguramente na periferia há várias expressões de masculinidades, porém o que dá consistência à masculinidade hegemônica, entre os jovens a partir do campo analisado, é o referencial do crime, são aspectos associados a violência, honra, coragem, negação de emotividade, conquista de dinheiro por meio do crime ou tráfico. É um ideal de masculinidade almejado, independentemente de envolvimento com a criminalidade, pois o fato de operar por meio de exemplos não implica necessariamente estar alinhado com todos os aspectos dessa masculinidade, mas, sobretudo, usá-la como parâmetro para ser e agir, desejá-la.

Nessa acepção de masculinidade, oscila e se confronta a identidade de trabalhador/provedor e malandro/marginal/bandido, ou seja, por meio do mundo do crime ou tráfico que se provém renda e se estabelece relações de solidariedade entre familiares e amigos/as, conforme indicou Melissa de Mattos Pimenta (2014). É fundamental também se construir em oposição ao gay, falando pejorativamente e desvalorizando, algo comum e cotidiano também nas falas dos meninos da escola. Costuma-se atribuir o termo gay, com um tom pejorativo, para elementos que demonstram emotividade, afetividade ou que estão relacionados ao que socialmente é considerado feminino e para os meninos que tem uma performatividade de gênero não considerada hegemônica, fazendo piadas e gozações.

Diante desse quadro vale frisar que os meninos não simplesmente incorporam as expressões de masculinidades observadas na periferia ou em sua família, eles reinterpretam e expressam a sua maneira. Simultaneamente é possível notar a presença forte de estereótipos, papéis de gênero nas ações e expressões dos meninos e também uma releitura ou até mesmo contestação por parte de alguns deles do que é considerado masculino, por exemplo a demonstração de afeto e carinho manifestada pela proximidade de contato físico, ao abraçar, segurar a mão, atitudes de impensável consonância no interior de uma masculinidade hegemônica na periferia. Assim, coexistem a hiperatividade, agressividade, sofrimento físico e corporal como forma de construção de uma masculinidade socialmente desejada com brechas de subversão e reformulação.

A violência do contexto periférico é produtiva em relação a gênero no sentido de que as performatividades de gênero na periferia são forjadas e construídas com forte presença e referência a violência em diversos âmbitos. Assim a violência perpassa várias experiências da vida e dos sujeitos na periferia, dando corpo a categorias de gênero valorizadas criadas como reflexo, reinterpretação ou apreensão dessa violência. A expressão de uma masculinidade hegemônica periférica está associada a uma postura e conduta violenta em relação a outras pessoas ou situações, isto é, espera-se e valoriza-se determinado tipo de ação caracterizada pela violência de sujeitos que reivindicam essa performatividade.

No funk é possível notar que há prescrições de condutas e eixos indicados a se seguir no que diz respeito a gênero. O funk portanto constrói e é construído por expressões de gênero, é norteado por aspectos: lealdade, disciplina, humildade, proceder. Estes três aspectos e prescrições “nativas” recaem mais acentuadamente à performatividade da masculinidade, não tanto a da feminilidade. O funk desempenha pertinente papel simbólico na dinâmica social de gênero na periferia, conquanto seja criminalizado pela polícia e poder público. Ao atuar como norteador e conduta moral da masculinidade, estes aspectos do funk possuem distintos conteúdos que se imbricam, para defini-los e caracterizá-los recorre-se às músicas, contextualizando-os, por conta da inviabilidade de realizar entrevistas com os/as funkeiros/as.

Termo lealdade é autoexplicativo, pressupõe honrar com sua palavra e com os outros ao seu redor, principalmente com seus iguais, com amigos, parentes de sua comunidade ou de afinidade - “Lealdade é o lema da comunidade, fê em Deus, é só irmão, braço fiel” (Cláudio; Ratinho; Mc. Respeito, lealdade e dignidade)

A disciplina é ter organização, firmeza, determinação, não desistir apesar das dificuldades e encarar os problemas com vistas à superação. É importante também manter o respeito pela comunidade em que você vive e pelas pessoas, agindo sempre pelo que se considera certo

Na pureza, meu amigo. Eu vou te dar o papo. O certo é o certo, o errado é o errado. Não pode trair, nem fazer covardia, mostrar que tu é puro assim no dia a dia [...] Não aceito mancada, tem que ter disciplina (Mc Sabrina, 2007).

Na música “Humildade e Disciplina” do Mc Menor do Chapa a disciplina está intimamente ligada a ideia de humildade

E aí irmão, humildade e disciplina! [...] É paz, justiça e lazer, o baile rola, quem é contra mete o pé! Venha curtir, com paz, amor e muita fé, sem violência, só chega e falar que é nós. Menor do chapa, humildemente eu to cantando (2014).



Humildade é não esquecer as origens, não querer ser mais do que as outras pessoas e nem se diminuir, reconhecer as diferenças e não invejá-las. Como Mc Menor do Chapa sugere tem a ver com disciplina, se esforçar, persistir

Porque a humildade é a essência da vida. A vida é tipo roda gigante, então pra que esculacho? Se hoje está em cima, amanhã tá em baixo, é meu Deus que me guia, porque ele é a melhor saída [...] Pra alcançar o sucesso, eu tive fé e fui a luta, mas não mudei minha conduta, nem me jeito de ser [...] Quer conhecer uma pessoa? Dá a ela dinheiro, fama e poder. Ela esquece das origens, nem lembra de onde veio. (Shock, Mc Andrezinho. A vida é tipo roda gigante. 2013).

Proceder é confiar, honrar e cumprir as coisas com os seus pares em momentos difíceis, ter palavra, porém está ligado a ideia de continuidade histórica, isto é, proceder não se conquista no momento ou rapidamente, mas advém de anos, de demonstração de que é possível confiar e honrar, assim o que dá validade ao seu proceder é o tempo.

O universo simbólico e cultural do funk afasta a noção de infância das características de docilidade e pureza. Todavia, não apenas o funk operou essa mudança, Andrade (2010) mostra como a publicidade se vale da infância e das crianças como sujeitos para vender, tornando-as consumidoras e para tanto rompe com a noção moderna de infância, colocando em seu lugar as crianças como sedutoras, como pequeno homem ou pequena mulher. O funk pôs em circulação as representações de meninas e meninos presentes no contexto social da nossa cultura e sociedade, com categorias de gênero e erotização.

A masculinidade periférica no campo da infância aparece na figura do menor, na qual se concentra a ideia do menino, menor de idade, que já expressa uma masculinidade harmônica em relação aos preceitos de lealdade, humildade, disciplina e proceder. Já a feminilidade expressa no funk gira em torno de outros valores e características. A novinha aparece como figura central, caracterizada por sua habilidade com dança, exaltada sexualidade, sedução, erotismo e simultaneamente com pureza e inocência sob a percepção que passa da menina para a pequena mulher de amanhã. Constatase as características da novinha, sendo que os cliques veem acompanhados de objetos de ostentação, como carros, motocicletas, piscinas, casas de luxo, relógios e outros acessórios de ouro e novinha geralmente é representada por uma mulher jovem, com habilidades em dança, principalmente rebolando sugerindo relação sexual, vestem biquínis ou roupas sensuais e usam bastante maquiagem. Tanto a figura da novinha quanto a do menor são espécies de devir, nos quais meninas e meninos devem se espelhar para ter performatividades de gênero aceitas socialmente em bairros periféricos. Assim, a novinha e o menor são expressões de gênero hegemônicas periféricas que ganham corpo, forma e conteúdo com referência ao mundo adulto, a expressões de gênero hegemônicas do universo dos adultos. Contudo, nem sempre essas figuras condizem a menoridade, há um jogo de temporalidade no uso dessas figuras dependendo do contexto e situação em que se insere, pois os termos a novinha e o menor podem ser utilizados para nomear adultos/as, dependendo das intenções e qualificações.

No que concerne a questões de gênero na escola, as professoras constantemente falavam que em suas aulas não havia desigualdades de gênero, pois elas incentivavam meninos e meninas a brincar juntos de diversas brincadeiras e nas atividades. No entanto, o simples fato das crianças estarem brincando com os mesmos brinquedos ou no mesmo local não implica necessariamente em brincarem juntas. Foi observado

que muitas vezes meninos e meninas brincam com seus pares, embora estejam compartilhando os mesmos objetos. No entanto, o brincar junto significa se forjar sujeitos juntos, atravessados por polaridades e antagonismos de gênero. Caso de um dia em que poucas crianças foram à escola por conta de uma intensa tempestade que deixou algumas ruas do Tremembé alagadas. Neste dia a professora Karolina optou por passar atividades diferentes, permitindo com que as crianças brincassem dentro da sala de aula com mesas, cadeiras, cartolina e panos que pareciam lençóis de cama. Os meninos viram cadeiras e mesa e começam a passar um lençol em volta da mesa para simular que estão em um barco. Eles fazem um grande investimento de esforço, até pedem minha colaboração, para prender o lençol totalmente no entorno da mesa, deixando apenas uma entrada, a qual seria a porta do barco. As meninas observam a mobilização dos meninos e começam a construir algo semelhante materialmente, bem próximo do barco criado pelos meninos. Uma construção com cadeiras, mesa e lençol praticamente idêntica, porém se tratava de uma casa, a qual tinha também uma única porta de entrada. Logo após as meninas terminarem seu empreendimento, se aproximam do barco dos meninos com o intuito de adentrá-lo, porém são surpreendidas com frases de objeção, que proíbe elas entrarem pois se trata de um barco unicamente de meninos. Assim as crianças ficam em um debate, polarizado entre meninos e meninas, quando de repente as meninas decidem entrar no barco, os meninos ficam sem reação e acabam escolhendo sair do barco a permanecer com as meninas. As meninas então afirmam que o barco agora é uma casa, se transformou em uma casa. Acontecimentos assim explicitam como meninos e meninas, mesmo brincando próximos ou com mesmos brinquedos e objetos, na realidade nem sempre brincam das mesmas coisas, brincadeiras ou faz-de-conta. Com isso não quero sugerir uma polaridade ou antagonismo radical entre meninos e meninas, seguramente elas e eles compartilham e interagem em muitas brincadeiras, a socialidade de gênero que se nota entre eles e elas ocorre em diversos espaços e momentos, entretanto, é precipitado e incoerente afirmar que a interação e o compartilhamento de atividades entre meninos e meninas ocorra a todo instante que estão perto uns dos outros. Brincar “juntos” não significa brincar das mesmas coisas.

Além disso as categorias de gênero, conforme exposto, são vistas como dicotômicas então é notório que ora as crianças as contestam, ora as ratificam, pois existe um roteiro prescritivo para cada gênero. Constatou-se que a expressão de masculinidade periférica e seus axiomas rejeitam tudo o que possa estar associado ou compreendido enquanto feminino. Desta maneira os meninos da escola buscavam se afastar em sua performatividade de gênero do que é considerado feminino. Para Buss-Simão “os meninos criam e preservam sua masculinidade por meio do medo e da rejeição de tudo o que possa ser interpretado como feminino” (2013, p. 184). Por conta disso, em muitas brincadeiras e atividades com as quais os meninos se envolvem para constituir um espaço integralmente de meninos, quando são invadidas por meninas eles abrem mão e desistem do empreendimento, já não mais caracterizado pela masculinidade hegemônica e homogêneo em termos de gênero. Isso ficou patente na brincadeira do barco, na qual a única possibilidade era de ser um barco eminentemente de meninos, não havendo a permissão de ser misto. Márcia Buss-Simão (2013) chama esse tipo de ação nas brincadeiras de invasão, ou seja, trata-se de uma brincadeira marcada pela presença de apenas de um gênero, homogênea nesse sentido, e que o outro gênero a invade com o objetivo de tomá-la, participar, reconfigurar.

Os meninos que se mostravam mais agressivos em brincadeiras e na socialidade com as outras crianças, eram



àqueles que tinham uma performatividade masculina mais próxima da considerada hegemônica, dentro de uma estética corporal baseada em cortes de cabelo e em vestimentas específicas. Esta estética indumentária era composta por roupas largas, de griffes estrangeiras originais ou réplica das originais, quanto mais parecidas e próximas das originais mais valorizadas eram, relógios de pulso dourados ou prateados, colares dourados, simulando ouro ou às vezes banhadas a ouro, bonés com abas retas. Geralmente os cortes de cabelos eram acompanhados com desenhos feitos a navalha, desde símbolos de times de futebol, frases como “vida loka” ou apenas traços retos. Toda uma estética baseada na indumentária de funkeiros, como salientou Mizrahi (2010) a falar sobre os cortes de cabelo de funkeiros no Rio de Janeiro

A primeira etapa constitui em cortar o comprimento do cabelo com a tesoura, mantendo a região do alto da cabeça mais densa em função do maior comprimentos de seus fios. Em seguida, são aparadas as laterais, com máquina específica, para então se dar contorno ao corte, ao se fazer o “pé” do cabelo e as costeletas, um trabalho minucioso, realizado manualmente com o uso da navalha. A aplicação de tintura, quando realizada, é a etapa seguinte do trabalho. Inicialmente os cabelos são descoloridos, para então que seja aplicada a tinta, concedendo ao cabelo o tom que quiser. (2010, p. 212).

Os mesmos meninos, de diferentes turmas, comumente rotulavam todos os outros que se distanciavam do ideal de masculinidade valorizada e cultuado nas periferias de “viadinho”, isso instaurava um clima de tensão a qualquer expressão que poderia ser lida como feminina partindo de meninos. Embora alguns meninos tivessem expressões de gênero próximas do que se considera socialmente como feminino, aqueles que tinham uma performatividade com referência a hegemonia rechaçavam inexoravelmente qualquer associação com feminilidade. Segundo contribuições de Giancarlo Cornejo (2010), a masculinidade hegemônica era construída em oposição, assimetria, sátira, desvalorização e negação de meninos afeminados ou expressões tidas como femininas, na qual a hegemonia era materializada em insultos, exclusões, deboches que tinha como atores os próprios meninos que reivindicavam a masculinidade hegemônica periférica como por professoras e funcionárias, sendo que para um menino afeminado identificar-se enquanto masculinidade pode significar seu próprio apagamento.

Em campo observei, em consonância com a pesquisa realizada por Daniela Finco (2010), que havia uma atenção e vigilância mais focada na performatividade de gênero dos meninos que das meninas, isso refletia em uma aceitação maior de meninas que transgrediam as fronteiras do que é tido socialmente como feminino e em um controle dos meninos que se aproximavam do que é considerado feminino e consequentemente na socialidade nas brincadeiras

Meninas que gostam de brincar no meio dos meninos são vistas com bons olhos, revelam um avanço na socialização, são espertas e ativas para todas as atividades. Já os meninos que brincam com meninas ou não jogam futebol, tornam-se motivo de observação e causa de preocupação para a professora (FINCO, 2010, p.139).

No que concerne aos meninos que transgrediam as fronteiras de uma masculinidade periférica hegemônica a resposta era baseada na ausência de pai, de um referencial próximo e cotidiano para ensinar os códigos de masculinidade, e pelo contato extensivo com mãe ou outras mulheres, como irmãs, primas, avós, tias. Por outro lado, a dissidência de

meninas do ideal de feminilidade era associada à responsabilidade do pai, como por exemplo com compras de brinquedos vistos socialmente como de meninos, com contanto mais próximo de irmãos e primos no cotidiano (FINCO, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Basear-se na performatividade de gênero como perspectiva teórica para estudar a infância foi promissor, porque em vez de ratificar discursos de que meninos e meninas tem diferentes gostos e desejos alinhados ao seu sexo anatômico pude considerar o gênero enquanto constituído pelas expressões de gênero. Essa perspectiva me abriu um espectro plural para pensar as expressões de gênero das crianças, para além de leituras que cotidianas na escola de que, por exemplo, azul é de cor de menino e rosa cor de menina ou de justificar condutas no interior de categorias ideológicas de gênero. Fez com que eu observasse o gênero contingentemente, como são produzidos corpos lidos socialmente como masculinos e femininos na periferia.

Em um meio distópico, as crianças encontravam brechas na escola para expressar gênero de forma dissidente da heteronormatividade e isso se dava majoritariamente nas brincadeiras livres, aquelas que não eram dirigidas pelas professoras. Essa brecha aparecia no brincar, um momento com maior liberdade relativa na qual a criança se expressa da forma mais espontânea possível e de acordo com o universo simbólico com que se identifica.

Na escola, em particular no brincar, pude observar o gênero em ação e como esse marcador é fundamental nas relações escolares, caso da formação de filas, chamadas de presença e dos banheiros. Parti da concepção do gênero não enquanto fixador de expressões e atos, mas como mutável, transgressor, como um processo em constante construção e transformação. Observei expressões de gênero como constituidoras de gênero em uma rede complexa que acionava uma série de elementos vivenciados e experienciados, oscilando entre contestação, reformulação e reafirmação. Observei o conflito que as crianças tinham em expressar gênero e sexualidade a partir dos referenciais vindos do universo do funk e do crime com relação ao espaço da escola.

Analisei as performatividades de gênero periféricas na infância, mostrando que durante o brincar as crianças cantavam as músicas de funk e traziam elementos do universo do crime. Elas recorriam a estes universos trazendo condutas prescritivas para o masculino e o feminino, expressas nas identidades e categorias. Essas qualificações estavam assentadas em regras de socialidade de gênero na periferia que arquitetavam as expressões de gênero hegemônicas, as quais são: lealdade, disciplina, humildade e proceder.

As professoras e funcionárias enquanto educadoras tinham grande dificuldade em conceber, refletir e pensar suas práticas a partir de outra concepção de infância que não fosse a da criança como inocente, pura, dessexualizada. Elas não conseguiam lidar com o grande hiato que distanciava essa concepção de infância da preconizada pelo funk, as quais que borram as fronteiras da noção de infância para permear os marcadores de gênero e sexualidade na periferia. A escola assim percebia a infância, gênero e sexualidade de uma maneira e buscava agir, atuar e praticar suas ações a partir deste referencial, porém a escola não era o exclusivo espaço de socialidade das crianças, entre elas e entre elas e adultos, porquanto as crianças traziam referenciais das famílias, amigos/as de rua, de bairro, comunidade, que eram outros, muitas vezes de uma infância sexualizada e distópica, com



contato direto ou indireto com o universo do crime, do funk, de violência policial e de pobreza.

Uma análise atenta é capaz de captar essa pluralidade, considerando a conflitividade e a violência construtiva das identidades masculinas e femininas periféricas na infância, evidenciando os elementos de sua constituição e revelando como o gênero e sexualidade também se apreende dançando, cantando e brincando.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Paula Deporte de. Quando se usa a infância para vender: gênero e erotização na publicidade de revista. *Fazendo Gênero 9: Diasporas, Diversidades, Deslocamentos*, 2010.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidades de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, 2000.

COHN, Clarice. *Antropologia da Criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CONNEL, R. W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(1), 424, Florianópolis, 2013.

CORSARO, William. A reprodução interpretativa no brincar ao “faz de conta” das crianças. *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 17, p. 113-134, 2002.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal 1988.

FURLANI, Jimena. Educação Sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, G. L., NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (org). *Corpo, gênero e sexualidade*. Um debate contemporâneo na educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 66-81.

RIFIOTIS, Theophilos. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a 'violência conjugal' e a 'violência intrafamiliar'. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 225-236, Dec. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802008000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Mar. 2016.

ROJAS, Jucimara. *Jogos, brinquedos e brincadeiras: a linguagem lúdica formativa na cultura da criança*. Campo Grande: UFMS, 2007.

ROSA, Taís Troncon. *Favelas, Periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias*. 33º Encontro Anual da Anpocs, Setembro, 2009.

SARMENTO, Manuel Jacinto. *Gerações e Alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância*. *Educação & Sociedade*, vol. 26, nº 91, p. 361-378, Campinas, 2003.

STRATHERN, Marilyn. *O Gênero da Dádiva: Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas, Editora Unicamp, 2006.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. “A maior zoeira”: experiências juvenis na periferia de São Paulo. Tese em Antropologia Social na faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 2010.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, Sept. 1999. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288391999000300002&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Mar. 2016.

Os melhores do funk nacional (DJ Xeniz, 2005)
Disciplina – Mc Sabrina (DJ JUNIOR, 2007)
CHAPA, Menor do. *Invejoso não tenta não*. Tom Produções Audio. 2014.

Recebido em: 04/05/2016

Aprovado em: 19/10/2016

OUTRAS REFERÊNCIAS



ABSTRACT. This study analyze the children's gender performativity in a School of Early Childhood Education in the outskirts of the northeast region of São Paulo - the district Tremembé - anthropologically reflecting on the establishment of femininity and masculinity on the suburban childhood. In the field research observed they ways of playing, taken as a privileged activity in which gender was delineated in action, in a conflictive sociality that demonstrated both ruptures and continuity of heteronormativity and categories of hegemonic gender gestated in the suburbs. In this ethnographic context, the children themselves brogth elements of gender categorizations constituents of their identities and social experiences as subjects: funk music and the world of crime.

KEY WORDS. Child's anthropology, Gender performativity, Suburban.



SEXO E AS NEGAS: EMPODERAMENTO OU REFORÇO DOS ESTEREÓTIPOS DAS MULHERES NEGRAS NA MÍDIA

Camila Pereira Maia*

Roberto Jardim da Silva**

* Graduada em Ciências Sociais e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPR

** Graduado em Ciências Sociais, Mestre em Sociologia e Doutorando em Sociologia pela UFPR

PALAVRAS-CHAVE. Protagonismo. Estereótipos. Mulher Negra. Representatividade na Mídia.

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar a minissérie “Sexo e as negas”, que foi ao ar na Rede Globo no período de 16 de setembro de 2014 a 16 de dezembro deste mesmo ano. Ela conta a história de quatro amigas, mulheres negras da periferia do Rio de Janeiro, que almejam crescimento profissional e/ou buscam uma relação afetiva satisfatória. A iniciativa de analisar a minissérie se deu a partir do fato de que esta causou muita polêmica, sobretudo entre ativistas e intelectuais negras, que a acusavam de reforçar os estereótipos relacionados as mulheres negras. Assim, nossa análise visa abranger as seguintes questões: 1. A minissérie promove uma representação positiva das mulheres negras e as coloca em uma posição de protagonismo, como se propõe, ou apenas reforça os estereótipos que as envolvem, no imaginário social? 2. Como o corpo das mulheres negras é representado e qual o modelo de relação afetiva é conferido a elas? Como referência para pensar a representatividade das pessoas negras na mídia será usado o pensamento de Joel Zito de Araújo(2008). E para pensar a construção e reforço de estereótipos será usado o conceito de estigma de Erving Goffman (1988). Para pensar a condição das mulheres negras no imaginário social brasileiro, usaremos como referência Suely Carneiro (1985), Ana Cláudia Pacheco (2008) e Lélia Gonzalez (1982). Constatou-se que a minissérie não foi capaz de romper com os estereótipos que envolvem as mulheres negras e seus corpos, assim como não foi capaz de colocá-las na posição de protagonistas, reforçando apenas os lugares sociais atribuídos a elas.

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi elaborado visando fazer uma análise da minissérie “Sexo e as Negas” a fim de verificar e compreender se ela consegue romper com os estereótipos que envolvem ser mulher negra, existentes no imaginário social brasileiro ou se apenas os reforça, uma vez que, se propõe a representá-las de forma positiva, colocando as personagens da minissérie como protagonistas de suas vidas.

Optamos por começar a análise dessa produção audiovisual após o término de sua exibição. Primeiro para poder assisti-la de forma sequencial, buscando ter uma visão de todo conjunto da obra, para estabelecer assim conexões entre os episódios; segundo, para não sofrer influência dos diferentes pontos de vista gerados pela polêmica que a envolveu, uma vez que se tratavam, muitas vezes, de opiniões de cunho ideológico e pessoal.

O corpo do trabalho divide-se em cinco partes: na primeira, intitulada “Sobre a representação das mulheres negras na teledramaturgia brasileira: algumas considerações”, tratamos da forma como as personagens negras são representadas na teledramaturgia brasileira. Na segunda parte intitulada “Algumas considerações sobre a minissérie”, tratamos de forma breve as polêmicas que envolveram a minissérie, bem como de sua temática principal, além de apresentar as personagens. Na terceira parte intitulada “Até onde o protagonismo é permitido: o lugar ocupado pelas mulheres negras na minissérie”, tratamos dos limites do protagonismo das mulheres negras na série e até que ponto, e em que situações elas foram contempladas com tal posição. Na quarta parte, intitulada “A reprodução de estereótipos: a mulher negra, seu corpo e sua sexualidade”, abordamos as representações sociais do corpo das pessoas negras, dos

estereótipos negativos e, em que medida a minissérie os reforça. Na quinta e última parte, “Afetividade e relações familiares: o preterimento da mulher negra e a invisibilização da família negra”, tratamos do preterimento da mulher negra nas relações afetivas e da invisibilização da família negra na teledramaturgia, apontamos alguns exemplos deste último fenômeno na minissérie em questão, e buscamos também, uma explicação para tal situação a partir do ideal de branqueamento que permeia as relações raciais no Brasil, negando ou ocultando a reprodução da família negra, pois esta, não seria a ideal, partindo do princípio do branqueamento. Finalmente, a “Conclusão”, na qual tecemos nossas considerações finais acerca do objeto de análise.

SOBRE A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NA TELEDRAMATURGIA BRASILEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Fazer uma análise da representação das pessoas negras na mídia é constatar que essa parte da população brasileira sofre com a invisibilização e com o reforço dos estereótipos raciais no meio televisivo. Tratando-se de um país como o Brasil, em que aproximadamente metade da população é negra, fica evidente tal invisibilização, uma vez que, na televisão brasileira as pessoas negras são a minoria, quando não são inexistentes, seja no elenco dos filmes, das novelas ou das minisséries.

Quando são representadas na televisão, de modo geral, aparecem em situação de total subalternidade. Como afirma Araújo (2008, pág. 979), “nenhum dos grandes atores e atrizes negros e negras da televisão brasileira escaparam dos papéis de escravo ou de serviçal”. No caso das mulheres negras, até a década de 1960, eram representadas de forma regular como



escravizadas e empregadas domésticas, bem como em uma releitura do estereótipo presente nos filmes norte-americanos, as “mammies”, geralmente senhoras que possuem o papel de cuidadoras, da mãe negra alternativa. Segundo Lima (2001, pág. 92) ainda nos anos 1990 a representação da doméstica é bastante recorrente, com algumas variações: herdeiras das mucamas, amas de leite, “bisbilhoteiras”, as que não sabiam “seu lugar”, submissas ou mesmo como objeto de desejo dos patrões. Outra recorrência apontada seria a relação fidelidade/subserviência entre pessoas negras e brancas, empregados e patrões brancos, característica herdada do patriarcalismo e reproduzido nas tramas urbanas e atuais.

Para Lima (2001, pág. 92) o estereótipo mais conhecido e, talvez, o mais aclamado não só na televisão como na música e em outras expressões artísticas é o da negra sensual e com outros atributos ligados ao corpo. Inclusive, a palavra “mulata” foi muito usada para designar as mulheres negras representadas dessa forma¹.

A minissérie “Sexo e as Negas” aqui analisada corrobora com grande parte desses estereótipos, além de reforçar o lugar de não protagonismo das pessoas negras, bem como o preterimento da mulher negra, além de reforçar determinados lugares sociais atribuídos a estas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A MINISSÉRIE

“Sexo e as Negas” é uma minissérie que foi ao ar na Rede Globo de Televisão no segundo semestre de 2014, no período de 16 de setembro a 16 de dezembro, sendo composta por 13 episódios. Seu idealizador foi o ator e diretor Miguel Falabella, também é o narrador da trama que busca contar a história de quatro mulheres da periferia do Rio de Janeiro, da Cidade Alta de Cordovil. Pretende-se que essas mulheres sejam empoderadas, autônomas e bem resolvidas, sobretudo no que diz respeito ao sexo.

A minissérie causou grandes polêmicas e quase deixou de ir ao ar devido a um boicote por parte do movimento negro nas redes sociais, de intelectuais e ativistas negras que não se sentiam nem um pouco representadas por ela e apontavam para os estereótipos nela reproduzidos, que reforçavam posturas racistas da sociedade brasileira.

Nos dias que precederam a estreia da minissérie, a ouvidoria da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) recebeu três denúncias de racismo. Essa foi a primeira vez que denúncias de machismo e de racismo chegaram ao governo por conta de produções televisivas (GELEDÉS, 2014).

Até a tarde do dia 12 de setembro (cinco dias antes da exibição da minissérie) já eram 17 as acusações de racismo que chegavam à SEPPIR. No Ministério Público Federal do Rio de Janeiro (MFP-RJ), também havia sido realizada uma queixa contra o programa (LIMA, 2014).

Na quarta feira, dia 10 de setembro, a SEPPIR autuou a Rede Globo e pediu mais informações sobre o conteúdo da minissérie. No documento de autuação a SEPPIR deixou evidente que também encaminhou as acusações ao Ministério Público no Rio de Janeiro para uma avaliação do caso (LIMA, 2014). Após tantas polêmicas e denúncias a minissérie foi ao ar.

Já no início é possível fazer algumas considerações sobre a questão do protagonismo uma vez que, as narrativas das histórias, que direcionam o olhar e a interpretação dos fatos é feita por Miguel Falabella e Cláudia Gimenez. Esta, interpreta

Jesuína de Paula, uma das moradoras mais antigas da Cidade Alta de Cordovil, também é responsável por um programa matinal que vai ao ar na rádio local, além de dona do bar, cenário de boa parte dos acontecimentos, uma vez que é o ponto de encontro das personagens.

As principais personagens são quatro mulheres negras moradoras desta comunidade, cujos nomes são: Zulma, Matilde, Soraia e Lia.

Deve-se refletir sobre alguns pontos importantes acerca dessas quatro personagens: O primeiro seria a questão do protagonismo, pois é importante observar se as mulheres negras do seriado em questão são realmente protagonistas em algum sentido e, se a resposta for afirmativa, em que aspecto está presente tal protagonismo. Uma questão importante para se pensar o protagonismo das personagens seria a vida profissional, em que, infelizmente, todas encontram-se em funções subalternas, quando não instáveis, o que reforça a ideia da mulher negra em situação de pobreza e/ou subserviência, logo esse quesito não contribui de forma positiva para o empoderamento dessas mulheres. O segundo ponto seria como o corpo dessas mulheres negras é representado, ocultado ou hipersexualizado em vários momentos da trama. O terceiro ponto está relacionado à questão da afetividade, uma vez que todas as personagens são mulheres solteiras que estão ou estiveram em relações controversas e conflituosas, o que nos leva ao quarto ponto que trata da representação das famílias negras, sempre fragmentadas ou inexistentes.

ATÉ ONDE O PROTAGONISMO É PERMITIDO: O LUGAR OCUPADO PELAS MULHERES NEGRAS NA MINISSÉRIE

Embora a proposta da minissérie, desde o início tenha sido colocar as mulheres negras em um lugar de empoderamento, colocá-las como protagonistas de suas histórias, faz-se necessário relativizar tais lugares ocupados por elas durante a trama, principalmente com relação a outras personagens interpretadas por pessoas brancas, em especial, Jesuína de Paula.

A situação que melhor evidência a centralidade desta personagem, em relação às supostas “protagonistas” está presente já no primeiro episódio “Moto Contínuo” que foi ao ar no dia 14 de Setembro de 2014, cujo início já dá destaque a história de Jesuína, mostrando desde quem eram seus pais, como eles se conheceram, quando a personagem nasceu e como um incêndio em sua comunidade de origem, a “Favela dos Pintos”, a levou, juntamente com sua família e os outros moradores dessa comunidade para a o local onde se daria toda a trama do seriado, “a Cidade Alta de Corovil”. Logo a história dessa personagem se confunde com história da comunidade em questão, sendo importante observar que ela foi a única personagem a possuir efetivamente uma história de vida, uma vez que as supostas protagonistas não tiveram suas origens evidenciadas em momento algum. A Tilde e Soraia, por exemplo, foi negado até mesmo qualquer tipo de relações de parentesco, bem como à grande parte das demais personagens negras apresentadas.

Outra importante observação é o lugar ocupado por Jesuína durante toda a trama. Essa personagem é representada como alguém que gerencia quase todas as questões na comunidade, é comerciante, seu bar é cenário de várias situações apresentadas no enredo da minissérie, também é responsável pela rádio local os moradores e moradoras ouvem todas as manhãs suas

¹ Sobre a mucama na origem da construção da mulata, ver GONZALES, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. Ciências Sociais Hoje (2), Brasília, ANPOCS, 1983



reflexões acerca de várias questões. Ela também é uma representação da pessoa que detém sabedoria, e são essas mesmas reflexões apresentadas na rádio local que dão início ao tema central de cada episódio, ou seja, é ela quem lança as questões que serão abordadas. Dessa forma, suas falas direcionam a compreensão de quem assiste.

Pensando no lugar ocupado por ela, o protagonismo de Zulma, Tilde, Soraia e Lia acaba se tornando questionável, uma vez que, elas vivenciam as histórias, mas são as falas de Jesuína que direcionam o olhar do telespectador.

Em contrapartida, é necessário pensar quem são as supostas protagonistas, as quatro mulheres negras e também o lugar social ocupado por estas. Iniciando tal reflexão trazemos a tona a questão profissional: Zulma é assistente de uma atriz de teatro, ficando responsável por cuidar dos figurinos. Matilde estaria desempregada há três meses, e se preparava para casar com o pedreiro Adilson. Posteriormente ela passa a trabalhar em uma agência que promove eventos, recepcionando e servindo, entre outras atividades. Soraia é cozinheira, e, em um primeiro momento, trabalha em casa de família. Lia é recepcionista de uma churrascaria frequentada por famosos e pessoas influentes. Nenhuma delas se encontra em uma profissão não subalterna ou, que lhes assegure estabilidade econômica, assim como não são proprietárias de nada. Em comparação, Jesuína é a dona do bar, e o salão de beleza da comunidade é de propriedade de duas personagens também brancas, as gaúchas Gaudéria e Bibiana. Somente ao final, Soraia torna-se dona do estabelecimento comercial de Jesuína, onde passa a vender comida a preço popular, porém, isso só acontece porque a antiga proprietária vai embora da comunidade com seu novo companheiro, ou seja, Soraia torna-se proprietária apenas porque Jesuína sai de cena.

De acordo com Goffman (1998, pág.5) a sociedade estabelece formas de categorização dos indivíduos de acordo com atributos que lhes são considerados naturais. No caso das pessoas negras, no contexto conflituoso das relações étnico raciais no Brasil, são atribuídos a elas uma série de atributos negativos, além de uma série de estereótipos que reduzem suas capacidades e suas possibilidades. Partindo dessas pre-concepções elabora-se expectativas normativas e rigorosamente apresentadas.

Dessa forma, um indivíduo que poderia facilmente fazer parte das relações sociais em determinado ambiente, devido a determinado traço, nesse caso, traços físicos ou étnicos, que possui, pode não apenas afastar as pessoas em seu entorno, como também destruir qualquer possibilidade de atrair atenção para algum atributo seu que não corresponda ao estereótipo. Devido a isso, as personagens em questão jamais seriam representadas como mulheres bem sucedidas profissionalmente, ou de classe média alta, mulheres que se destacam pela intelectualidade ou mesmo mulheres com uma vida afetiva efetiva, cuja sexualidade não é animalizada ou negada, pois, ser pobre, subalterna, ser apenas corpo e não intelecto (seja um corpo para desempenhar serviços braçais, ou um corpo no sentido sexual) são aspectos que fazem parte do universo simbólico, dos estereótipos e estigmas que envolvem ser uma pessoa negra no Brasil.

Assim, os lugares sociais são estabelecidos e mantidos, no caso da minissérie em questão, as personagens negras protagonizam apenas conflitos amorosos, situações de racismo, assim como o que tange a questão sexual. Este último ponto, ainda com algumas ressalvas, como será discutido no item a seguir.

A REPRODUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS: A MULHER NEGRA, SEU CORPO E SUA SEXUALIDADE

É evidente que os corpos constituem-se também a partir de processos sociais e psíquicos que ultrapassam muito seus limites biológicos. De acordo com Le Breton (2006), os corpos carregam em si atributos simbólicos que os tornam inteligíveis, tais atributos variam de acordo com o sistema sócio cultural no qual está inserido. Este corpo, por sua vez também cria significações e as dissemina na vida social e as traduz para os demais membros da comunidade.

No Brasil, em consequência de um passado escravista e dos conflitos que permeiam as relações raciais decorrentes desse mesmo passado, pode-se presumir que o preconceito racial bem como a leitura que é feita dos corpos negros, atribuindo-lhe inúmeros estereótipos negativos, fazem parte do sistema simbólico que rege as relações socioculturais em nosso país.

Fica evidente, ao longo dos 13 capítulos da minissérie, que boa parte dos estereótipos negativos acerca da mulher negra, seu corpo e sua sexualidade são reforçados. Primeiramente é possível pensar nos corpos negros que são evidenciados e aqueles que são ocultados, na sexualidade permitida e aquela que é apenas sugerida, mas nunca exposta.

Para pensar essas questões é necessário atentar para as particularidades de cada uma das personagens, suas características físicas, principalmente no que diz respeito a cor da pele. A partir de uma pequena explanação sobre o perfil das quatro personagens, é possível apontar para as particularidades da representação de seus corpos a partir do quesito cor de pele, padrão de beleza e estereótipos que envolvem a mulher negra.

A personagem Soraia, que incorporaria a “mulata fogosa”, tem vários parceiros ao longo da trama, mas nenhum permanente. O apelo sexual aparece mesmo nos locais de trabalho. Ela tem o corpo exposto com mais frequência que as demais personagens, sendo as cenas de sexo mais explícitas. Ela é a expressão de um dos estereótipos mais conhecidos, o da negra sensual. É possível apontar o fato de que o corpo da personagem em questão é exposto o tempo todo, não para ser um referencial de beleza, mas sim, por ser hipersexualizado.

Segundo Barreto (2005, pág. 105), a sexualidade da mulher negra está, no imaginário social, ligada ao animalesco, à natureza, reforçando as teorias racistas do século XIX que atribuíam determinadas características morais e comportamentais distintas às diferentes etnias (até então, entendidas por raças). De acordo com tais teorias pessoas negras seriam degeneradas moralmente, ou seja, seriam movidas por instintos, seriam apenas corpo, apenas natureza, não movidas por racionalidade ou mesmo qualquer preceito moral.

Para Seyferth (1995, pág. 130), embora existam visões relativamente otimistas sobre a miscigenação no Brasil – que têm relação com o ideal de branqueamento que permeia as relações étnico raciais nesse contexto, e que reportam a pessoa negra de pele mais clara, até então chamadas de “mulatos”, termo pejorativo que caiu em desuso, e que se enquadra perfeitamente a personagem Soraia – é sobre este sujeito que recaem os estereótipos de cunho sexual. Tais estereótipos sintetizariam o adágio que diz “preta para cozinhar, mulata para fumar e branca pra casar”.

Pode-se afirmar e perceber nas produções televisivas que a esperteza e ambição são estereótipos atribuídos aos “mulatos”, porém estes atributos vêm acompanhados de outros nada enaltecidos, como por exemplo, a falta de brio, o que fica bem evidente na representação da personagem Soraia, sendo



possível exemplificar com algumas situações gritantes apresentadas na série.

No episódio 5, intitulado “Puro Preconceito”, que foi ao ar dia 21 de Outubro de 2014, as quatro personagens entram em uma loja de roupas e, após experimentar várias peças, Soraia é abordada por um segurança que a acusa de roubo. Após ir parar na delegacia, sem comprovação de roubo, ela e as colegas formalizam uma queixa contra o segurança. Ao final do episódio, o mesmo segurança procura Soraia para pedir desculpas, os dois fazem sexo e ela retira a queixa contra ele. No episódio 6, intitulado “O encaixe”, que foi ao ar no dia 28 de Outubro 2014, Soraia faz visitas sistemáticas ao hospital, simulando cólicas, para ser atendida por um enfermeiro, com quem ela faz sexo. Nos episódios seguintes, a personagem consegue um novo emprego, em que passa a ser assediada pela patroa. Mesmo afirmando não ser homossexual e não cedendo ao interesses desta, em um primeiro momento, ela acaba, ao longo da trama, aceitando se relacionar não apenas com a mulher mas sim com o casal de patrões, pois percebeu que poderia ter vantagens de cunho econômico.

Vale ressaltar que a liberdade sexual de Soraia não é o ponto problemático aqui, mas sim, a forma como a personagem é representada, como alguém que é movida por instintos sexuais. Ela chega até a abrir mão de reivindicar tratamento digno enquanto mulher negra, e de pedir retratação por um ato criminoso no momento em que retirou a acusação de racismo contra o segurança em troca de sexo; também pelo fato de ser retratada como dissimulada, ao inventar doenças para manter relações com o enfermeiro.

Já as demais personagens possuem uma sexualidade velada ou mesmo negada. Tilde seria a mais jovem, assim como Soraia, possui a pele de tonalidade mais clara e é retratada como a mais sonhadora, a que deseja, em um primeiro momento, o casamento e, posteriormente, ao longo da trama muda seu foco para os estudos. Esta aparece em poucas cenas de sexo e não existe apelo sexual com relação a seu corpo.

Zulma é a personagem cuja tez é mais escura, e cujo corpo é pouco evidenciado. Nas cenas de sexo, seu corpo aparece de uma forma não explícita, com pouca luz e de forma parcial. Isso causa uma inquietação que motiva a busca da compreensão das causas dessa necessidade de esconder ou dar pouca visibilidade a corpos pretos, sobretudo aquele que carrega de forma mais explícita os traços fenotípicos afrodescendentes, em uma minissérie em que o título sugere o sexo das mulheres negras.

Para Martins (2011, p. 162), “na fotografia, o que destrói não é a luz, mas a sombra descabida que tira o objeto de seus limites formais e o mostra como objeto visualmente anômico”. Dito de outra forma, ao minimizar a luz de uma cena de sexo, não se consegue ver quem está protagonizando aquela cena. No caso de Zulma, fica evidente a intenção, consciente ou não, de esconder corpos pretos.

As cenas de sexo em que a personagem Lia aparece também sofrem as mesmas intervenções que as cenas protagonizadas por Zulma, uma vez que esta, além de ser também uma das personagens cuja pele é mais escura, ainda é a personagem mais velha, sendo já avó. A forma como uma das cenas de sexo envolvendo a personagem Lia foi elaborada torna tais intervenções bem evidentes, deixando margem para se pensar que a sexualidade de uma mulher negra, que é mãe e avó não é interessante de ser mostrada. Ela e seu companheiro, também negro, ficam em segundo plano e uma taça de vinho em primeiro plano, sugerindo apenas a existência de duas pessoas em um ato sexual. Segundo Martins (2011, p. 162), na gravação de uma cena, a montagem do cenário e a escolha da disposição de objetos e pessoas em primeiro ou segundo não é

feita de forma desinteressada. Há por traz de cada cena gravada, uma intencionalidade e ela é motivada por visões de mundo já interiorizadas, ou seja, colocar Lia e seu parceiro em segundo plano reforça essa ideia de que o corpo de pessoas negras, sobretudo as mais velhas, assim como sua sexualidade deve ser velado.

Já nas cenas de sexo com Soraia também existe uma quebra de luz, mas essa ela é um pouco mais discreta que nas cenas com Zulma. Consegue-se ver partes do seu corpo de forma explícita, mas, ao mesmo tempo, de forma rápida e mais sugestiva que evidenciadora. Vale lembrar que Soraia tem a cor da pele bem mais clara que Zulma, o que, na hierarquia racial pautada pelo branqueamento, a coloca num lugar “tolerável”, pois, de acordo com essa classificação hierárquica, a sexualidade negra é escondida, a branca é a valorizada e a sexualidade mestiça é tolerada, uma vez que, segundo Seyferth (1995, p. 198), a glorificação ideológica da miscigenação e da democracia racial fazem da “mulata” a “cor certa” da morenidade, por estar associada a um conjunto de características identificadas como pertencentes à estética branca, o que faz o corpo de Soraia menos agressivo a tal lógica.

Segundo Gomes (2002, p.42), essa comparação do corpo negro com o corpo europeu, tendo o último como referência para padronizar aquilo que é belo, surge no Brasil, já no século da escravidão e é pautada na forma como o corpo das pessoas negras era tratado:

Durante séculos de [escravidão], a perversidade do regime escravista materializou-se na forma como o corpo negro era visto e tratado. A diferença impressa nesse mesmo corpo pela cor da pele e pelos demais sinais diacríticos serviu como mais um argumento para justificar a colonização e encobrir intencionalidades econômicas e políticas. Foi a comparação dos sinais do corpo negro (como o nariz, a boca, a cor da pele o tipo de cabelo) com os do branco europeu e colonizador que, naquele contexto, serviu de argumento para a formulação de um padrão de beleza e de fealdade que nos persegue até os dias atuais”. (GOMES, 2002, p. 42).

Assim o racismo em nosso país é configurado de forma a negar aquilo que efetivamente diferencia e caracteriza as pessoas negras: seus corpos.

Evidenciar os corpos negros, principalmente aqueles que se afastam de forma extrema do fenótipo branco e europeu, em um contexto como o brasileiro em que os padrões de beleza não contemplam os fenótipos afrodescendentes, assim como sugerir a existência de sexualidade e afetividade entre pessoas negras neste mesmo contexto – no qual imperam ideais branqueadores que não admitem qualquer referência à perpetuação de famílias negras - ainda é um grande desafio na teledramaturgia brasileira, desafio que não foi vencido pela minissérie em questão.

AFETIVIDADE E RELAÇÕES FAMILIARES: O PRETERIMENTO DA MULHER NEGRA E A INVISIBILIZAÇÃO DA FAMÍLIA NEGRA

Da mesma forma que a sexualidade e a afetividade entre pessoas negras foi velada na minissérie, o mesmo pode se afirmar sobre a representação da família negra.

Segundo Lima (2001, p. 92), desde os anos 70 a teledramaturgia vem apresentando personagens negras com alguma projeção social, porém, tais personagens encontram-se



soltas, sem uma história própria, sem família ou núcleo social. Também aponta que várias outras produções teledramatúrgicas vêm incorporando em seus núcleos de destaque, famílias negras com diferentes arranjos, mas que, apesar disso, o desenvolvimento das tramas não contribuiu para a continuidade da família, o que evidencia famílias problemáticas e desestruturadas.

Tal aspecto fica bastante evidente ao analisar a situação das quatro personagens negras. Em primeiro lugar, nenhuma teve sua história de vida e a história de formação de sua família apresentada, como aconteceu com a personagem Jesuína de Paula. A personagem Tilde, que mora junto com Soraia, vive na comunidade desde criança, porém, não se faz nenhuma referência a seus pais, se ela tem irmãos, nem mesmo seu local de origem, o mesmo vale para Soraia. Lia por sua vez, tem como foco na trama sua a relação conflituosa com a filha, e com o ex-marido que é envolvido com o tráfico de drogas e outras atividades criminosas na comunidade. No decorrer da minissérie, a personagem estabelece vínculo afetivo com um homem, também negro, professor de literatura, mas não sem passar durante toda a trama situações de tensão com sua família. Zulma vive com seu pai e seus conflitos giram em torno das tentativas de estabelecer relações afetivas e, com isso, uma família própria. Tais tentativas se dão com aqueles chamados durante a minissérie de “homens possíveis”. Suas relações são, desde o início, cheias de conflitos, problemas e traições, o que acaba naturalizando a ideia de que uma mulher negra não pode “se dar ao luxo” de escolher um parceiro, devendo ter uma relação com quem se disponibilizar, independente da qualidade da relação, uma vez que pode não ter outras oportunidades de relacionar-se com alguém.

Isso reflete a situação de preterimento da mulher negra, apontada por Sueli Carneiro. Segundo ela: “[...] as mulheres negras são socialmente desvalorizadas em todos os níveis, inclusive esteticamente, como é verdadeiro também que as mulheres brancas constituem o ideal estético feminino em nossa sociedade” (CARNEIRO, 1995, p. 547). De acordo com Berquó (apud Pacheco, 2008, p. 4), as mulheres pretas e pardas estariam fora do “mercado afetivo” e naturalizadas no “mercado do sexo”, da erotização e do trabalho doméstico e escravizado, em contraposição as mulheres brancas que estariam relacionadas à “cultura do afetivo”, ou seja, seriam as mulheres para casar. Estas são elaborações que estariam no imaginário social e que ficam evidentes na minissérie, mesmo que apareçam de forma implícita e não intencional.

Porém a situação mais gritante com relação à personagem Zulma está relacionada ao nascimento do filho que teve com seu companheiro, também negro. Na maternidade, o pai do bebê aparece empolgado mostrando as centenas de fotos que tirou do filho, porém, ninguém vê essas fotos, elas não são apresentadas aos espectadores. Quando a enfermeira traz o bebê, este está todo encoberto, não se vê nem o rosto nem o corpo da criança. Cenas em que após o parto mostra-se a mãe com o bebê no colo e a família ao redor são clássicas, tanto na televisão quanto no cinema, mas o filho de Zulma não tem o direito nem de aparecer. Aparece apenas no último episódio, em uma cena muito breve, com duração de segundos. Uma criança negra nos braços de uma mãe e de um pai negro, neta de um avô negro. Esta é uma realidade que não se vê no cotidiano da teledramaturgia brasileira.

Fica evidente nestas cenas a invisibilidade da família negra brasileira. Parece que a reprodução da família brasileira é algo que não vale a pena ser evidenciado. A forma como as pessoas negras são retratadas na teledramaturgia é algo no mínimo estranho. Há uma intencionalidade nesta ação de esconder, que é motivada pelo impacto que se quer causar no telespectador, que também está imerso nesse mecanismo que

rege as relações étnico raciais no Brasil que é a ideologia do branqueamento, para invisibilizar a família negra e dar visibilidade à família branca ou branqueada. Segundo Hofbauer (2006, p. 18), o branqueamento vem sendo citado em estudos acadêmicos de forma recorrente e compreendido como um elemento característico do racismo no Brasil, conceito – chave para se compreender as relações raciais nesse contexto conflituoso. Logo, o desejo de branqueamento compartilhado consciente ou inconscientemente pelas pessoas brasileiras ainda constitui-se como uma grande barreira para superação das representações racistas, que envolvem as pessoas negras na mídia e na sociedade de forma geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise feita sobre a minissérie “Sexo e as negras” pautou-se basicamente na representação da mulher negra na teledramaturgia brasileira no que diz respeito ao corpo, à afetividade ao protagonismo e à família. Depois de analisarmos diferentes momentos da minissérie, ficou evidente que tal programa também não conseguiu escapar da reprodução dos estereótipos presentes na teledramaturgia brasileira, atribuídos à mulher negra. Ela continua a ser representada como aquela que é pobre, com pouca formação escolar, que não vem de um lar estruturado e que, em muitas das vezes, não tem sequer pai ou mãe.

Concluiu-se também que uma produção audiovisual que busque pensar questões étnico-raciais sem de fato romper com os dois pilares do racismo brasileiro que são a democracia racial e o branqueamento apenas reproduz as cargas simbólicas que carrega o ser negro ou negra no Brasil, ou seja, reproduz todos os estereótipos. Em uma entrevista concedida à Rede Globo, o intelectual Joel Zito de Araújo, especialista na análise de teledramaturgia brasileira, afirmou que as telenovelas evoluíram bastante, mas que o Brasil partilha de um grande desejo de branqueamento. De fato, este, juntamente com a democracia racial, é o problema que permeou a série em quase todos os capítulos, uma vez que a questão racial foi minimizada e distorcida sistematicamente durante toda a trama.

Não se rompe com a representação apontada e criticada por Lélia Gonzalez (1982, p.224) em que a mulher negra possui dois papéis concomitantes: o da “mulata” e o da doméstica. A autora faz um retrospecto ao tempo da escravidão, pensando na relação existente entre as pessoas brancas e as chamadas “mucamas”, que, em certa medida, foram precursoras dessa representação que funde a ideia da mulher negra que exerce trabalhos domésticos e da mulher negra cujo corpo torna-se alvo de investidas sexuais dos senhores brancos dentro da casa grande. Além disso Gonzales (1980, p.227) usa o exemplo do Carnaval para falar dessa exaltação ao corpo da “mulata”, porque, nesse momento a mulher negra acaba sendo só corpo, só apelo sexual, uma representação que está evidente na personagem Soraia da minissérie em questão, sendo ela protagonista apenas nesse aspecto. Com relação à representação da negra doméstica, todas as demais personagens acabam por enquadrar-se, incluindo a própria Soraia, que é hipersexualizada e mesmo as que não trabalham necessariamente em casa de família, numa situação de subserviência, passando por situações de submissão e humilhação e até mesmo negociação sexual para se manterem-se no emprego, além disso, nenhuma delas possui cargos de chefia.

O empoderamento e a autonomia do ponto de vista sexual e até mesmo afetivo, que foram propostos pelo autor da minissérie não levam em consideração as especificidades do que é ser uma mulher negra no Brasil, dos estereótipos, das



demandas que lhes são próprias e de tudo aquilo que ainda lhes é negado.

REFERÊNCIAS

Ainda precisamos debater sobre Sexo e as Nêgas. Geledés, 19 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/ainda-precisamos-debater-sobre-sexo-e-negas/#axzz3JWYNg943>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

ARAÚJO, Joel Zito. O negro na dramaturgia: um caso exemplar da decadência do Mito da democracia racial brasileira. Revista Estudos Feministas Vol. 16 n. 3. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/16>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

As mulheres negras em séries de TV ou a falta delas? Geledés. 23 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/mulheres-negras-em-series-de-tv-ou-falta-delas/#axzz3JuLX2400>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

Boicote nacional ao programa “Sexo e as negras” da Rede Globo. Face book. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Boicote-Nacional-ao-programa-Sexo-e-as-negas-da-Rede-Globo/275631862626353>>. Acesso em: 17 de setembro de 2014.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, Raça e Ascensão Social, Estudos Feministas, V-3, nº 02, 1995.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? Rev. Bras. Educ. no.21 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000300004>. Acesso em: 14 dez. 2014.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira in: Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos. Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, 1982.[1980].

Governo recebe denúncia de racismo contra minissérie global “Sexo e as negras”. Geledés. 09 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/governo-recebe-denuncia-de-racismo-contra-miniserie-global-sexo-e-negas/#axzz3DUhhFAPN>>. Acesso em: 17 set. 2014.

HOFBAUER, Andreas. Uma história de branqueamento ou o negro em questão? São Paulo: UNESP, 2006.

LE BRETON David. La Sociologie du Corps. 8º edição. Paris : Presse universitaire de France, 1992.

LIMA, Ana Carola. Cresce o número de denúncias sobre racismo contra a série “Sexo e as Negas”. Televisão Uol, 12 set. 2014. Disponível em: <<http://televisao.uol.com.br/noticias/redacao/2014/09/12/cresce-o-numero-de-denuncias-sobre-racismo-contra-a-serie-sexo-e-as-negas.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

LIMA, Solange Martins Corceiro de. A personagem negra na telenovela brasileira : alguns momentos. Revista da USP. São Paulo, n. 48, dez./fev. 200-2001. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/48/08-solange.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

MARTINS, José de Souza. Sociologia da Fotografia e da Imagem. São Paulo: Contexto, 2011.

NETO, Walacy. Ativista da causa negra afirma que não há dúvida sobre racismo em “Sexo e as negras”. Jornal Opção. Edição 2045, 16 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/nao-tenha-duvida-que-esta-novela-e-prova-clara-estimulo-ao-racismo-disse-vice-presidente-conir-15402/>>. Acesso em: 17 set. 2014.

Nova minissérie sobre mulheres negras causa polêmica: “Globo, não sou tuas negras”; Varela Notícias. 09 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://varelanoticias.com.br/nova-miniserie-sobre-mulheres-negras-causa-polemica-globo-nao-sou-tuas-negas/>>. Acesso em: 17 set. 2014.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Campinas: [s. n.], 2008.

SEYFERTH, Giralda, A Invenção da Raça e o Poder Discricionário dos Estereótipos. Museu Nacional, UFRJ. Anuário Antropológico/93. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1993/anuario93_giraldaseyferth.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2015.

Recebido em: 31/05/2016
Aprovado em: 06/12/2016



EXECUÇÃO PENAL E POPULAÇÃO DE TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS: O CASO DO PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO ALEGRE

Bruna Caldieraro de Souza*

Guilherme Gomes Ferreira**

* Graduada em Direito pela Faculdade Cenecista de Osório. E-mail: bruna.caldieraro@gmail.com.

**Assistente social, mestre e doutorando em Serviço Social pela PUCRS e pelo ISCTE-IUL. Bolsista PDSE/CAPES – Processo n. 7441/15-0 com período sanduíche no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Pesquisador vinculado ao Grupo de Pesquisas e Estudos em Ética e Direitos Humanos da PUCRS e ao Núcleo de Doutorandos Latino-Americanos do ISCTE-IUL. Membro da organização Freeda: espaços de diversidade, e consultor voluntário da Política Nacional de Diversidade no Sistema Penal vinculado ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil. Principais publicações nas revistas Katalysis (UFSC), Textos & Contextos (PUCRS), Sistema Penal & Violência (PUCRS) e Temporalis (UFRN). E-mail: guingo.gui@gmail.com.

PALAVRAS-CHAVE. Gênero. Transgeneridade. Execução Penal. Direitos Fundamentais. Prisão.

RESUMO: A proposta fundamental deste estudo é a de superar preconceitos enraizados na sociedade em relação à população de travestis e mulheres transexuais encarceradas, observando se seus direitos fundamentais são garantidos dentro das prisões. Toda a discussão aqui proposta toma por base duas pesquisas distintas, realizadas no âmbito de um bacharelado em Direito e de um mestrado em Serviço Social e será feita utilizando informações de uma etapa exploratória, por meio do estudo bibliográfico e documental, e uma etapa empírica, ambas tendo como cenário o Presídio Central de Porto Alegre (PCPA). Busca entre as atrizes do estudo, possíveis violações cometidas intramuros e seus impactos na singularidade da população trans privada de liberdade. Dentro destas experiências particulares, o presente artigo dispõe-se como uma ferramenta de pensamento de formas diversas para solução de possíveis conflitos entre a realidade e as leis constantes no ordenamento jurídico brasileiro. Os principais resultados desta pesquisa se descortinam em um universo de 28 pessoas trans encarceradas e tendo por referência as particularidades que as levaram à prisão, como marcadores sociais de idade, raça/etnia e classe social e suas relações com o tráfico e o chamado “mundo do crime”. O artigo observa as condições destas apenas específicas e as ofensas aos princípios constitucionais da igualdade e da dignidade da pessoa humana, apresentando resultados relevantes no estudo de diversidade sexual e de gênero.

1. INTRODUÇÃO

A população de travestis e transexuais experimenta um sem número de violações e desrespeito de direitos no conjunto da sociedade. No interior do microcosmo de uma instituição prisional essa realidade parece ser ainda potencializada, hipótese esta que serve de substrato para embasar o presente artigo. As pessoas trans¹ possuem em suas narrativas prisionais uma série de violências socialmente impostas em nome de uma suposta segurança. Sob o pretexto de proteção, ou em outras palavras, “em nome do bem”, as travestis e mulheres transexuais ainda são expostas a situações desumanizadoras, como por exemplo o cárcere em alas direcionadas a homens que cometeram crimes sexuais como forma de evitar possíveis abusos de outros presos:

Esse discurso, entretanto, não se sustenta, uma vez que na ala dos crimes sexuais, as travestis continuam sofrendo um sem número de abusos: ter seus cabelos cortados, serem obrigadas a usar roupas masculinas, sofrer estupros e coações para servirem de “mulas” para

o tráfico de drogas [...], sendo trocadas por maços de cigarro, dinheiro, drogas, etc. (FERREIRA, 2015, p. 109).

Este excerto apresenta apenas algumas das mais diversas violações de direitos a que as pessoas trans estão submetidas, uma vez que deveriam receber tratamento equânime aos outros indivíduos encarcerados. Tendo por referência o caso específico desta população, o presente estudo tem como objetivo, além de compreender conceitos relacionados à transgeneridade e travestilidade e à aplicação dos princípios constitucionais de igualdade e dignidade da pessoa humana aplicados a Lei de Execução Penal e demais dispositivos jurídicos de proteção, observar como as violências destinadas à população trans reflete diretamente no cumprimento de sua pena, demonstrando a necessidade de um olhar social mais atencioso na intenção de qualificar as políticas penais à este segmento.

A visibilidade em relação às transgeneridades tem aumentado gradativamente nos últimos anos, expondo a

1 Aqui trataremos o conceito de “pessoas trans” como todas aquelas pessoas designadas de um gênero de acordo com uma informação social sobre o sexo, mas que não corresponderam à expectativa sobre o gênero no decorrer da vida: travestis, mulheres e homens transexuais, pessoas transgênero, etc. Entretanto, cabe dizer que aqui lidaremos apenas com as categorias de “travestis” e “mulheres transexuais”, uma vez que são estas que habitam os presídios masculinos (como é o caso do Presídio Central de Porto Alegre), uma vez que o Brasil tradicionalmente prende homens transexuais em presídios femininos.



necessidade de um olhar especial para questões relativas também ao Direito Civil (questões acerca do nome social, por exemplo) e ao Direito Penal, no momento em que essas pessoas se encontram encarceradas². Nota-se, pois, a ausência de um olhar mais atento sobre a construção das identidades de gênero dentro das instituições prisionais, uma vez que, apesar de haver a necessidade de atender e entender as demandas particulares desse segmento, considerando condições específicas de saúde, por exemplo, não há nenhuma informação sobre o tratamento penal e a individualização da pena a serem oferecidos.

Há um engessamento na aplicação da legislação atual nestes casos mais específicos; sabendo que a identidade de gênero é a percepção que a pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos ambos (ou de nenhum), é possível afirmar que há uma despersonalização dessas identidades no cárcere, propiciando uma série de violações constantes aos princípios constitucionais de igualdade e dignidade. A necessidade da efetivação destes princípios, amplamente abordados na nossa Carta Magna, é percebida quando os estabelecimentos carcerários brasileiros apresentam falhas graves, como cadeias superlotadas, em condições degradantes, submetendo seus detentos a situações que, sem dúvida, agridem sua dignidade e dificultam sua ressocialização.

A prisão, além de não ressocializar, estigmatiza, viola direitos humanos, rompe com laços sociais, segrega. No caso da população trans, essas experiências violadoras são ainda maiores em razão da falta de compreensão do conjunto societário sobre suas identidades de gênero, que muitas vezes faz com que suas demandas sejam tratadas como de menor importância ou superficiais, de “estética”. O presente artigo busca superar a visão geral sobre essas questões e também sobre como o delito é tratado no quadro social contemporâneo, uma vez que para as travestis e transexuais a presença do estigma é dupla: a da identidade de gênero dissidente e a do crime realizado, tratado como opção e como coisa de gente vagabunda, que não presta, que possui menor valor na (re)produção da sociedade.

2. DIREITOS EM TRANSFORMAÇÃO E QUESTÕES TRANS

Qual olhar é direcionado à população trans? Como seus direitos estão resguardados pelo saber médico, saber jurídico e saber social? A definição sobre a transexualidade está presente na Classificação Internacional das Doenças (CID-10), editada em 1993 pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Em 2015, a OMS publicou uma versão beta do CID-11, propondo um novo olhar sobre a transexualidade e na qual os grupos de estudo sugerem duas novas categorias, como “incongruência de gênero de adolescentes e adultos” e “incongruência de gênero da infância”. Elas integram o novo capítulo do CID-11, nominado “Condições relacionadas à saúde sexual”.

Tal mudança coloca as questões trans em um capítulo separado daquele em que residia anteriormente, “Transtornos mentais ou comportamentais”. Estas alterações são um passo importante para o horizonte da despatologização desta questão, embora o caminho para que isso ocorra no “caldo cultural” da sociedade seja ainda maior. Apesar disso, a reformulação não está aprovada, uma vez que o CID-11

somente será votado na Assembleia Mundial de Saúde em 2017 (já agendada). No entanto, demonstra que a OMS está conseguindo visualizar e acolher, ainda que minimamente, os debates trazidos pelos movimentos sociais, compreendendo suas reivindicações históricas.

Ainda há, portanto, a noção patológica que considera a transgeneridade como disforia de gênero e até mesmo como transtorno de identidade de gênero (nomenclatura já retirada do CID mas que permanece no vocabulário social). Salo de Carvalho (2012, p. 10) identifica que o saber psiquiátrico se mantém sustentado pela lógica de “um código interpretativo moralizador, que ainda confunde conceitos de doença e pecado”. Já para Jaqueline Gomes de Jesus (2012, p. 10), sujeitos transgêneros “desobedecem” a norma social imposta ao gênero designado no registro de nascimento, de modo que

No Brasil, ainda não há consenso sobre o termo, vale ressaltar. Há quem se considere transgênero, como uma categoria à parte das pessoas travestis e transexuais. Existem ainda as pessoas que não se identificam com qualquer gênero, não há consenso quanto a como denominá-las.

Na seara dos princípios constitucionais de igualdade e dignidade da pessoa humana, são denominados como “direitos fundamentais” aqueles direitos salvaguardados pelo Estado. Ou seja, enquanto tutelados pelo Estado, a população trans está protegida pelo guarda-chuva constitucional. No caso do princípio da Igualdade, está expresso no art. 5º da Carta Magna (BRASIL, 1988): “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”. O tratamento igualitário entre homens e mulheres, previsto no inciso I do mesmo artigo, pressupõe que o sexo não possa ser utilizado como discriminação com o propósito de desnivelar substancialmente homens e mulheres, mas pode e deve ser utilizado com a finalidade de atenuar desníveis social, político, econômico, cultural e jurídico.

A normatização formal entende que o conceito de igualdade está destinado ao cumprimento de lei formulada de modo que não haja privilégios e desníveis julgamentosos. Neste caso, exclusões por raça/etnia, sexo/gênero, classe social, origem econômica, convicções religiosas e políticas também estão expressas no art. 3º, inciso IV da Constituição (BRASIL, 1988). Já a materialidade constitucional demonstra que o caput do art. 5º da Constituição Federal persegue a igualdade entre os indivíduos em situações em que, quando tratados de forma desigual, a lei e o Estado deverão intervir de maneira ativa para sanar possíveis violações aos termos expressos na Carta Magna. Assim afirma, Pedro Lenza (2010, p. 679):

O art. 5º, caput, consagra que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Deve-se, contudo, buscar não somente essa aparente igualdade formal (consagrada no liberalismo clássico), mas, principalmente, a igualdade material, na medida em que a lei deverá tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades. Isso porque, no Estado social ativo, efetivador dos direitos humanos, imagina-se uma igualdade mais real perante os bens da vida, diversa daquela apenas formalizada perante a lei.

2 Desde abril de 2013, o Presídio Central de Porto Alegre (PCPA) possui uma galeria específica para abrigar a população trans privada de liberdade. Trata-se de exceção à regra no país, tendo em vista que o PCPA foi o terceiro presídio brasileiro a desenvolver ala com esta especificidade e que a imensa maioria não possui ainda espaços específicos para acolher as pessoas trans.



Em seus trabalhos orientados em direção a uma "genealogia do sujeito" - sujeito moral e sujeito do desejo, Foucault (1994) enfatiza que, no amor entre os homens da Grécia antiga, o problema consistia que nenhuma das partes se comportasse de forma passiva, tal como uma mulher era designada. O amor entre os homens era naturalizado, mas tornava-se problemático quando um dos sujeitos inseridos nessa relação mantivesse uma atitude tipicamente feminina. Dentro deste recorte histórico, há um reconhecimento doutrinário que versa sobre a condição superior hierarquicamente do homem em relação aos demais sujeitos sociais. Segundo Luiz Roberto Barroso (2013, p. 13), "dignidade representava a posição política ou social derivada primariamente da titularidade de determinadas funções públicas, assim como do reconhecimento geral das realizações pessoais [...]."

Atualmente, a preocupação em garantir condições de vida favoráveis para a pessoa, além do seu pertencimento à condição de ser humano, não necessariamente atrelada à sua condição social, fez com que o princípio da dignidade da pessoa humana torne-se um dos princípios fundamentais de magnitude e importância dentro das constituições de diversos países, nas quais sua marca encontra-se impressa.

2.1 DIREITOS SOCIAIS E AVANÇOS PARTICULARES PARA AS IDENTIDADES TRANS

No contexto social predominante na contemporaneidade, os sujeitos distinguem-se entre homens e mulheres. Nesse cenário, as pessoas que transicionam entre os gêneros ou permanecem transitando entre eles são colocadas à margem, experimentando, em consequência, situações de desigualdade de oportunidades no quadro da produção e reprodução social. A patologização das identidades trans é um exemplo de violência em relação à população travesti e transexual e ainda permanece presente em diversos países, contribuindo para tornar ainda mais lento o processo de afirmação dos direitos e conquista de políticas públicas para este segmento. Bento (2011, p. 78) observa que em um contexto global, esta discussão está longe de ser esgotada:

Atualmente, são mais de 100 organizações e quatro redes internacionais na África, na Ásia, na Europa e na América do Norte e do Sul que estão engajadas na campanha pela retirada da transexualidade do DSM e do CID. As mobilizações se organizam em torno de cinco pontos: retirada do TIG (Transtorno de Identidade de Gênero) do DSM-V e CID-11; retirada da menção de sexo dos documentos oficiais; abolição dos tratamentos de normalização binária para pessoas intersex; livre acesso aos tratamentos hormonais e às cirurgias (sem a tutela psiquiátrica); luta contra a transfobia, propiciando a educação e a inserção social e laboral das pessoas transexuais.

Destaca-se que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, de acordo com a organização Transgender Europe (2016): 845 mortes de 2008 a abril de 2016, seguida do México, em segundo lugar, com um terço

desses crimes (247). De acordo com o Grupo Gay da Bahia (2012), equivale a uma morte a cada 26 horas. Observa-se, logo, a urgência de conscientização social sobre a inclusão das demandas dessa população relativas às necessidades mais básicas, que é a própria possibilidade de viver uma vida não precária. Em recente decisão, as pessoas trans no Brasil poderão fazer uso de seus nomes em todos os documentos oficiais, como crachás, fichas e inscrições, mesmo sem terem adquirido o direito à retificação do registro civil. Além disso, deverá ser disponibilizado nos formulários e sistemas de registro de informações o campo "nome social". O Decreto n. 8.727 de 28 de abril de 2016 é um passo necessário para o reconhecimento da identidade de gênero, colaborando também para o levantamento de dados populacionais, que são essenciais para a implementação de políticas públicas específicas para essas populações³.

No Rio Grande do Sul essa proposta é anterior ao documento federal, uma vez que o Decreto Estadual n. 48.118 de 27 de junho de 2011 já postulava medidas semelhantes, nomeadamente a criação de uma "carteira de nome social", que apesar de suas contradições e muitas vezes inoperância na materialidade da vida cotidiana, contribuiu para o aprimoramento das políticas públicas no Estado do Rio Grande do Sul e inspirou outras ações debatidas em grupo de trabalho criado sob o mesmo decreto, no interior da Secretaria Estadual de Segurança Pública (para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, cabe consultar os trabalhos publicados de Aginsky, Ferreira e Cipriani de 2013 e 2014).

2. CONSTRUÇÃO DO SUJEITO TRANS E SEUS ATRAVESSAMENTOS

As definições de masculino e feminino enfatizam o caráter social e histórico das concepções baseadas nos papéis designados aos sexos. Através das relações sociais, das representações e das práticas vivenciadas pelas pessoas é que elas vão se constituindo enquanto sujeitos. Desta maneira, cabe observar que quando o sujeito não corresponde às normas sociais preestabelecidas de identidade de gênero, investe-se sobre ele toda uma teia de regras sociais, sedimentadas por tradição e impostas por sanções informais que configuram, assim, os sujeitos normais e os desviantes. De acordo com Becker (2008, p. 15-17), o outsider desvia das regras do grupo social vigente, na medida também em que o discurso hegemônico resulta em "fenômenos [...] inerentes aos indivíduos desviantes", criando novas concepções que são utilizadas "para explicar por que estão certos e quem os desaprovam ou punem estão errados".

Quanto a isto, observa-se a artificialidade do gênero, construção performática de todos os sujeitos inscritos numa cultura genericada e que entretanto é pensada muitas vezes como parte da vida somente das pessoas trans. É que esta população realiza transformações corporais (uso de silicone, hormônios, procedimentos cirúrgicos, etc) para materializar no corpo a identidade de gênero diferente daquela imposta pelo conjunto da sociedade, e por isso é tratada como se os usos tecnológicos de modificações corporais fossem particulares e moralmente errados. Segundo Porchat (2010, p. 420) entretanto, a artificialidade de gênero em relação às pessoas

3 A Câmara de Deputados recentemente demonstrou seu conservadorismo ao apresentar o Projeto de Decreto Lei 395/2016 buscando sustar o Decreto 8.727/2016, barrando assim a acessibilidade ao nome social da população travesti e transexual brasileira.



transgênero deve ser considerada semelhante à algumas práticas das pessoas cisgênero⁴:

Assim como as pessoas transexuais, se pensarmos sob a perspectiva de gênero como ato performativo, homens e mulheres [cissexuais] também estão permanentemente refazendo seu gênero através do que falam, através de seus gestos, através de seu vestuário e mesmo através de intervenções em seus corpos. Lembremos, por exemplo, das cirurgias plásticas de embelezamento, ou mesmo cirurgias de alargamento do pênis. Consideremos ainda a atividade de musculação associada a um tipo especial de alimentação para atingir contornos e formas musculares condizentes com determinada ideia de masculinidade.

Para além das modificações corporais, para que as pessoas trans (aquelas que desejam) possam realizar a cirurgia de transgenitalização ou para que sejam reconhecidas juridicamente pelo nome que se reconhecem e não aquele disposto no documento civil, ainda existem entraves institucionais que contribuem com mais violência à vida dessas pessoas

3. VIOLAÇÕES AOS DIREITOS DA POPULAÇÃO TRANS

Historicamente a população trans é caracterizada como vulnerável no cenário social contemporâneo. Suas reivindicações de gênero são diretamente associadas à aspectos negativos sobre a homossexualidade⁵ e a prostituição, por exemplo. Como estes sujeitos são identificados socialmente segundo uma informação biológica, cria-se, segundo Silva e Barboza (2005, p. 41), a percepção de que “[...] travestis fossem anomalias, homens desavergonhados, promíscuos e indignos da vida”. A sociedade hetero-cisnormativa, representada por instituições como escolas, igrejas, hospitais e prisões, produz uma violência simbólica⁶, replica esse discurso e ao invés de acolher as necessidades sociais dessa população, nega direitos e produz discriminação.

É notável a condição de subcidadania das pessoas trans, representada pelo poder que as concepções naturalizadas tendem a (re)produzir, criando situações de marginalização e precariedade. De acordo com Butler (2003), no contexto ocidental moderno, indivíduos “inteligíveis” são aqueles sujeitos que apresentam relações de coerência e continuidade entre o sexo, o gênero, a prática sexual e o desejo. A autora conceituou estes indivíduos como sujeitos estão de acordo

com a heterossexualidade e a cisgeneridade como norma social, excluindo de seu sistema outras possibilidades de leitura dos gêneros e das sexualidades.

A violência de gênero consoma-se em diversos contextos e na execução penal das pessoas trans encarceradas não é diferente, de modo que também há a reprodução destas violações.

3 SISTEMA PRISIONAL SUI GENERIS: A (NÃO) EXECUÇÃO PENAL

A falta de estrutura apresentada atualmente pelo Presídio Central de Porto Alegre (PCPA) tem sido tema de discussão desde a aprovação do primeiro relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário em 2008 (BRASIL, 2009), onde observa-se a institucionalização do crime organizado e a negligência por parte de órgãos fiscalizadores nesta instituição. Em 2013, entidades de Direito, com ênfase em direitos humanos como a Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (AJURIS), a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMPRS), Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (ADPERGS) e ainda outras entidades entraram, junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), com uma representação para que o governo brasileiro interferisse na situação insustentável apresentada dentro dos muros do PCPA.

A superlotação, falta de assistência médica e ambientes insalubres desenham um cenário que remonta aos campos de extermínio nazistas. Apenas observando estes tópicos notam-se graves violações aos direitos humanos. Esta situação encontra-se agravada quando, em março de 2016, o Presídio Central registrou sua maior superlotação desde sua inauguração em 1959, calculada em mais de 4.600 apenados (entre presos provisórios e aqueles que já cumprem pena privativa de liberdade), quando sua capacidade é para apenas 1.800. No texto da representação referida anteriormente, lê-se:

Esses números, todavia, conquanto elevados, em nada representam a gravidade e o nível insuportável de violação aos direitos humanos que assola hoje a maior Casa Prisional do Estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, e levando em consideração a experiência dessa Comissão em questões penitenciárias brasileiras, basta que se diga que o Presídio Central de Porto Alegre é simplesmente **a pior unidade prisional do Brasil**. (AJURIS et. al., [2013], grifo dos autores).

4 Pessoas cisgênero/cissexuais (ou pessoas cis, como forma de abreviação) são todas aquelas que encontram conexão entre seu sexo e o gênero designado ao nascimento. Jaqueline Gomes de Jesus explica (2012, p. 42), dizendo que serve como um “conceito ‘guarda-chuva’ que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento.”

5 A homossexualidade corresponde à orientação sexual das pessoas, diferente da identidade de gênero de cada um. Entre as décadas de 1970 e 1990, o assassinato de homossexuais ocorria em frequência concorrente ao assassinato de pessoas trans. Isto porque não havia consenso e uma compreensão madura da imprensa e da polícia sobre as diferenças entre identidade de gênero e orientação sexual, o que colocava muitas travestis como homens homossexuais (e ainda coloca, com a diferença que o controle dos movimentos sociais sobre a mídia policial é hoje mais intensificado). Sérgio Carrara e Adriana Vianna (2006, p. 236) explicam: “os casos de execução têm como vítimas sobretudo travestis ou homossexuais que apresentavam indicativos externos de cross-dressing, como unhas pintadas, pêlos do corpo raspados ou roupas femininas (10 dos 14 casos analisados). Em dois outros casos, as vítimas são definidas por policiais ou depoentes como ‘homossexuais’, e em mais dois, embora as vítimas sejam classificadas pela imprensa como ‘homossexuais’, isso não aparece de forma clara no inquérito.”

6 Violência simbólica consiste em um conceito social desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu e trata sobre a violência exercida sem coação física. Seu fundamento é construído a partir de crenças sociais e adequações ao discurso dominante e sua legitimação. São traduzidos em aspectos comportamentais, onde a vítima sente-se diminuída em campos sociais onde deveriam ser acolhidas (BOURDIEU, 2002).



Hoje o Presídio Central é grande, dizem que é o maior da América Latina, enfim, né. Mas em vista do que eu escutava falarem antes, em vista do que os meus irmãos, bem mais velhos, também já caíram aqui dentro. Tem dois irmãos bem mais velhos do que eu que já ficaram, um ficou sete anos aqui dentro do Presídio Central, o outro ficou quatro e meio, por aí. E eles diziam que aqui o bagulho não era de brinquedo. Aí, né... nisso eu pensava, dizia "ai, capaz, se fosse o bicho de sete cabeças, não estaria lotado", entendeu? Eu cheguei, eu vi que era ruim, entendeu? É horrível (TP06).⁷

Tendo em vista este quadro, o relatório aponta que com a superlotação a exigência de individualização de pena acaba por não ser respeitada, somando presos reincidentes aos apenados primários. A Lei de Execução Penal (LEP) traz em seu artigo 5º que “os condenados serão classificados segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal” (BRASIL, [1984]). A sanção penal, assim, deve ser individualizada, levando-se em consideração o caráter retributivo da pena e o seu objetivo ressocializador. Conforme aponta Nucci (2010), a classificação se dá de maneira ampla para distribuir grupos de acordo com os critérios de cada instituição prisional, instituindo também a escolha de pavilhão adequado ao sujeito para cumprir sua pena.

O requisito antecedente trata sobre a vida pregressa do apenado, abrangendo inclusive suas relações familiares. Já o requisito personalidade, para Nucci (2010, p. 458), “trata-se de caracteres exclusivos de uma pessoa, parte herdada, parte adquirida”. No PCPA, há a galeria dos trabalhadores, daqueles que são dependentes químicos (possuindo convênio próprio com a Secretaria Estadual de Saúde), dos grupos religiosos (sobretudo evangélicos), dos homens que cometeram crimes sexuais (onde historicamente as travestis estiveram), entre outras; mas há também aquela divisão dos presos por galerias que pode se dar por organização própria - nesse caso, relativamente à divisão das facções. Essas divisões, como dito, servem para aglomerar os “tipos” de presos mas também serve em alguns casos como proteção, uma vez que membros de facções rivais não podem permanecer no mesmo espaço sob o risco de um deles ser assassinado.

Ainda sobre o tema da proteção, o artigo 40 da LEP expressa a necessidade do “respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios” (BRASIL, [1984]). Contudo, observando o relatório apresentado na representação à OEA, os autores narram que

Nas galerias construídas originalmente para cem presos, espremem-se hoje 470 pessoas. Esses presos, na ausência de camas, são obrigados a dormir no chão, em colchões de espuma, ou a improvisar “camas aéreas”, feitas de uma trama de pano e plástico, já que nem mesmo o chão da galeria é suficiente para todos (AJURIS et. al., [2013], grifos dos autores).

Nós morávamos tudo numa cela por galeria, eram onze, quinze, tudo atirada no chão como se fossem um escrotos, os restos, os indivíduos que não tinham

opinião ou direito, e nada. Tinha só que puxar cadeia e servir, de tapa na cara, de saco de pancada, que a hora que desse alguma coisa eles viriam aqui descontar as suas neuroses entre a gente (TP01).

O artigo 41 da LEP trata-se da função ressocializadora da pena, dizendo que constitui direito do preso a “igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena” (BRASIL, [1984]). Nessa seara, cabe expressar o que diz a representação à OEA, ao afirmar que “a defesa de uma existência digna aos presos é, antes e acima de tudo, uma defesa da própria sociedade brasileira, pois é ela a destinatária final desses homens e mulheres que em algum momento serão libertados” (AJURIS et. al., [2013]). Tal afirmação entende que a função ressocializadora da instituição prisional está completamente vilipendiada quando observamos as condições descritas no relatório.

Bom, como réu primário, não é uma convivência muito agradável, há um choque cultural muito grande que a gente tem que enfrentar... a mentalidade que tinha aqui, é repressora. Não existe um consenso, né, de melhoria: aqui é ruim e vamos fazer pior. Tudo que se tenta fazer menos ruim é banido. Então para mim foi muito difícil me adaptar a isso, tendo o convívio social que a gente tinha... não era uma coisa marginal (TP03).

Não tem o fato de liberdade, não tem o fato de se expressar, não existe uma igualdade de todo, cada mente é uma mente, cada pessoa um tipo, um modo de pensar. Então, são vários tipos de mentalidades e de personalidade que tu tem que se adequar. Pra tu não poder se atrapalhar dentro do sistema carcerário é tipo um quebra-cabeça, é tipo um labirinto, só que tu nunca consegue achar a saída (TP01).

As narrativas anteriores demonstram o quanto o discurso de ressocialização é falido, uma vez que “não existe liberdade” e nem “vontade de melhoria”, uma vez que o sistema age de modo repressor, muitas vezes pior do que a sociabilidade do preso antes de ingressar no cárcere. Nesse sentido também cabe o inciso XI da LEP que diz respeito ao direito de personalidade do apenado, diretamente ligado à dignidade da pessoa humana, pois como versa Nucci (2010, p. 484), “o preso conserva todos os direitos não atingidos pela decisão condenatória e o respeito à sua honra e sua à imagem faz parte disso”. Significa que a pessoa presa só deve ser privada da liberdade, mas o que de fato ocorre é que ela passa a ser privada de uma série de outros direitos.

A partir da reflexão sobre os textos legais citados e das narrativas colhidas, observa-se que o Presídio Central de Porto Alegre atua em desacordo aos princípios fundamentais. A instituição encontra-se em uma situação periclitante, tornando inviável a execução penal de modo igualitário, justo e ressocializador.

3.1 A RESOLUÇÃO CONJUNTA N. 1 E A EXECUÇÃO PENAL JUSTA ÀS PESSOAS TRANS

Fundamentada na Constituição Brasileira e na Lei de Execução Penal, em 15 de abril de 2014 foi formalizada a

7 Entrevistas realizadas no período de dezembro de 2012 a janeiro de 2014 por ocasião de um mestrado em Serviço Social. As narrativas foram desidentificadas como forma de proteger as pessoas que concederam suas histórias e por isso são aqui nomeadas de acordo com os seguintes códigos: travestis presas (TP), homens companheiros de travestis (os “maridos”, enquanto categoria êmica) - MT, homens homossexuais (HH) e técnicos penitenciários (TP). O número seguido do código é equivalente à ordem das entrevistas, cujo universo foi de 22 sujeitos de pesquisa.



Resolução Conjunta n. 1, assinada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) e pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT (CNCND/LGBT). Tal documento determinou novos parâmetros para o acolhimento de pessoas do grupo LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) em privação de liberdade no Brasil. Expressando forte preocupação em relação a atos de violência e discriminação, a resolução também considera instrumentos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), a Convenção Contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

Entre as diretrizes de tratamento para a população travesti e transexual privada de liberdade está a garantia do direito ao nome social, a liberdade de expressão de gênero, espaços de convivência seguros, visitas íntimas, etc. A resolução também delimita, para execução da pena que “as pessoas transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para as unidades prisionais femininas. [...] Às mulheres transexuais deverá ser garantido tratamento isonômico ao das demais mulheres em privação de liberdade”. De pronto essa afirmação já mostra a distância mais uma vez entre o texto legal e a vida material, uma vez que historicamente no Brasil as travestis e mulheres transexuais têm sido presas em presídios masculinos, nas alas dos homens que cometem crimes sexuais.

[...] era uma questão de segurança. Como elas não podiam, porque elas não podem circular normalmente sozinhas por ali porque poderia existir violência, os caras pegam no pé, falam bobagem. E os que cometem crimes sexuais também não podem circular [...] Então juntava e ficavam numa galeria né. Mas o chefe da galeria, o plantão da galeria não era nunca uma travesti, sempre foi naquela época um homem, um autor de crimes sexuais, nessa galeria também ficavam outros presos que não podiam ficar em nenhuma outra galeria por questões de segurança mesmo não tendo cometido crime sexual mas que tão sofrendo muitas ameaças e vão ter que ficar muito tempo aqui dentro e não tem como ficar no brete, por exemplo... (GT01)⁸.

Ainda de acordo com a resolução conjunta, os homens transexuais seriam encaminhados à unidades prisionais femininas em razão da vulnerabilidade sexual que poderiam experimentar caso fossem conduzidos à unidades prisionais masculinas. Por outro lado, e ainda nesta esteira, percebe-se no artigo 5º da resolução uma possibilidade de escolha e de relativa liberdade para a população trans presa:

À pessoa travesti ou transexual em privação de liberdade serão facultados o uso de roupas femininas ou masculinas, conforme o gênero, e a manutenção de cabelos compridos, se o tiver, garantindo seus caracteres secundários de acordo com sua identidade de gênero (BRASIL, [2014]).

Essa possibilidade, entretanto, não é realidade para a imensa maioria dos presídios brasileiros. O próprio PCPA, antes da

criação da ala para travestis, impossibilitava, em razão do preconceito da Brigada Militar (que faz a gestão da casa prisional) e dos presos, o uso de roupas e acessórios femininos: “eles olhavam uma bicha com uma roupa apertada já era motivo de tomar um baile ou de levarem lá pra cima e te dar até uma tocada, bater no rosto da gente e tal. Coisas que a família da gente nunca fez na rua, aqui dentro acontecia muito” (TP06). Também sobre o uso do cabelo comprido, “as punições das bichas o que eram? Raspar a cabeça das bichas. Raspa a cabeça e passa a gilete [...] Imagina, da noite tu ter o cabelo comprido. Tu chegar no dia, tu estar careca” (TP06).

[...] a travesti também, ela se sente mais mulher... ela não precisa ter peito, ter nada. Peito ela bota umas esponjinhas ali, umas coisinhas, bate todo mundo, ninguém vai tirar a roupa dela [risos]. Mas o cabelo ela bota no rosto, faz charme. Então aquilo ali eles tiravam das travestis. Aí muitas, né, entravam em depressão. Inclusive, teve duas que eu conheço - que eu não vi, né, mas eu escutei falar - depois que fizeram isso com elas, raspam a cabeça delas e tudo, elas começaram a entrar em depressão. Aí elas já tomavam remédio pra depressão, essas coisas, acabaram indo pro [Hospital] Vila Nova e não voltaram mais (TP06).

A resolução também determina o direito integral à saúde, garantindo o acesso aos hormônios e acompanhamento específico necessários, observados no artigo 7º:

É garantida à população LGBT em situação de privação de liberdade a atenção integral à saúde, atendidos os parâmetros da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT e da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional – PNAISP (BRASIL, [2014]).

Interessante perceber que a PNAISP não cita nenhum tipo de cuidado à população LGBT, invisibilizando essa parcela da população prisional. A respeito do tópico da saúde é importante dizer que as travestis e mulheres transexuais no PCPA permanecem sem possibilidade de acesso à hormonoterapia e não há cuidados específicos sobre a questão dos silicões, por exemplo. A falta de acesso a essas questões, importantes para produzir o corpo, afetam diretamente a autoestima e a autoimagem das travestis e mulheres transexuais, além do que, o uso de colchões deitados sob pedras de cimentos e os ataques transfóbicos que sofriam (e eventualmente ainda sofrem) faz com que o silicone industrial se desloque pelo corpo, provocando agravos à saúde e expressando também um certo tipo de tratamento degradante.

No mesmo sentido, a resolução expressa a proteção do indivíduo em relação a penas de tortura, tratamento desumano e degradante, não permitindo punição de qualquer discriminação atentatória aos direitos fundamentais. Exemplo disso está expresso no artigo 8º da portaria: “A transferência compulsória entre celas e alas ou quaisquer outros castigos ou sanções em razão da condição de pessoa LGBT são considerados tratamentos desumanos e

8 Atualmente esta não é mais uma realidade, pois o PCPA foi o terceiro presídio brasileiro a implantar uma ala específica para travestis, seus maridos e homens homossexuais. Cabe observar, entretanto, que mesmo com esta separação as travestis e transexuais ainda se encontram em situação de desprivilegio e privadas de atividades como educação e trabalho (e conseqüentemente de remissão de pena) por conta do preconceito dos demais detentos. Silva e Seffner ([2013]) descrevem: “[...] reclamam que outros obstáculos ainda persistem, como a impossibilidade de estudarem na escola do presídio. O motivo seria o preconceito de outros presos que não as aceitam como colegas.”



degradantes” (BRASIL, [2014]). No PCPA é comum que as travestis e mulheres transexuais escolham sua representante, denominada “prefeita”, que tem o poder de escolher quem permanece na galeria das travestis ou quem será “viajada” - termo que significa a transferência de uma travesti ou homem a outra galeria ou a outro presídio.

Essa decisão tem base no comportamento da pessoa - se ela é usuária de drogas, por exemplo, não pode fazer uso dentro da galeria ou será viajada. É uma contradição interessante de ser analisada e também se configura como uma transferência compulsória e uma expressão de poder simbólico. Apesar dos avanços sensíveis nos dispositivos legais ao que tange a execução penal das pessoas trans, observa-se portanto várias contradições entre o texto legal e a vida material e também certa ineficácia em garantir a expressão genuína de uma cultura de tratamento digno às travestis e transexuais, caracterizando a desvalorização do movimento que protege e luta pela atenção às questões de diversidade de gênero.

3.2 RESISTIR NO UNIVERSO INVISÍVEL E PARTICULAR: DADOS SOBRE AS TRANS DO PCPA

Não se pode ignorar que no PCPA abrigam-se identidades diversas. Não obstante a lei que regula a individualização de pena, tendo como critérios o gênero e aspectos relacionados à periculosidade, esta separação é feita pelos apenados, uma vez que sua inclusão em alas de facções rivais colocaria suas vidas em risco. Esta definição garante sua sobrevivência no cárcere, delimitando sua identidade conforme suas afinidades antes da prisão. Encontra-se expresso na representação à OEA que “[...] quando um preso chega ao PCPA, ele é indagado acerca da galeria de sua preferência ou, em outras palavras, acerca da galeria na qual ele não corre o risco de ser executado [...]” (AJURIS et al., [2013]).

Apesar da degradação sabida do PCPA, um universo a parte da realidade dura de más condições de habitação, a “ala terceira do H” (ou “ala das bichas”, “ala das travestis”) mantém características mais humanizadas do que as demais. Rosimeri Aquino e Fernando Seffner ([2013]) descreveram:

A Ala GBT está localizada nas galerias dos novos anexos construídos na instituição. Em visita exploratória ao Presídio Central, foi possível observar que a estrutura física destas galerias está em melhores condições do que os prédios mais antigos. Ainda paira um cheiro de tinta fresca das paredes pintadas há pouco tempo. Ao contrário do caos, da sujeira, do cheiro, relatados no texto de Fernandes citado anteriormente, o que observamos nos novos anexos e, sobretudo na Ala GBT, é um espaço bastante diferente: com cheiros de limpeza, sabonete, shampoo, quartos bem arrumados, galerias organizadas, limpas, quadros coloridos pendurados nas paredes, móveis pendendo do teto, cortininhas de renda nas passagens, colchas de cores fortes cobrindo as camas.

A ala direcionada às travestis e mulheres transexuais, seus companheiros e homens gays do PCPA mantem a identidade dos sujeitos inseridos nesta realidade. Antes da criação da ala específica, as pessoas trans, como já referido, permaneciam

encarceradas junto aos ofensores sexuais, mesmo que seus delitos correspondessem majoritariamente ao tráfico de drogas e quase nunca tivessem nada que ver com os crimes sexuais, colocando o cumprimento de suas penas em risco e suas integridades em constante ameaça (FERREIRA, 2015). Atualmente, a ala conta com cerca de 28 pessoas⁹ (trans e cis) cumprindo penas por crimes que variam entre homicídio, furto, estupro e pornografia infantil. Roubo e tráfico de drogas compreendem o maior número de delitos registrados (10 ocorrências cada um deles).

Observa-se, à medida que os dados se apresentam, que o tempo de pena para cumprimento, em sua grande maioria, não ultrapassam quatro anos (25 ocorrências), enquanto penas superiores são relatadas apenas em três ocorrências. As idades desse grupo atual de 28 pessoas presas demonstram que são, na maioria, jovens (12 sujeitos ocupam a faixa dos 22 aos 30 anos), concentrando a maior ocorrência de delitos, ou seja, pessoas cumprindo penas relativas à mais de um crime. Na outra ponta, pessoas trans com 41 anos ou mais tem a menor concentração de delitos, chegando a apenas duas ocorrências. Essa interseção entre geração e o “mundo do crime” é importante para pensar como o marcador da identidade influencia no processo de seletividade penal dessas pessoas, sendo um reflexo do conjunto da população prisional brasileira que é composta majoritariamente por jovens e negros.

A informação quanto à identidade de gênero descortina-se de forma complexa. Os dados obtidos para pesquisa deste artigo apresentam a declaração de orientação sexual e não de identidade de gênero. O binarismo de gênero acaba por instaurar uma confusão no sistema: em uma instituição prisional direcionada ao sexo masculino, as pessoas trans são submetidas à lógica vigente, na qual se uma pessoa possui um pênis, logo ela é designada homem. Goffman (2001, p. 25), em seus estudos sobre as instituições totais, aponta que em determinados casos há a supressão da “concepção de si mesmo” que parte do sujeito. A imposição de novas regras de conduta e despojamentos de “bens” faz com que o indivíduo se torne apenas mais um interno, perdendo sua identidade pessoal, profanando seus direitos de autonomia e liberdade e sendo inserido em uma rotina que mascara ausência de privações.

Dito isso, entre os 28 indivíduos da galeria estudada, apenas três foram identificados nos dados obtidos como pessoas trans. Os outros 25 sujeitos dividem-se entre “homossexuais” e “bissexuais”, em um evidente descolamento de realidade, demonstrando, por um lado, desconhecimento por parte da equipe prisional sobre as diferenças entre identidade de gênero e orientação sexual (muitas vezes porque as travestis presas podem não tem “passabilidade” e suas estéticas confundirem os técnicos, que as leem como homossexuais), e por outro lado, que também possa haver desconhecimento dos próprios sujeitos sobre suas identidades, uma vez que são necessárias condições concretas de vida antes que a reflexão acerca da identidade de gênero seja consolidada.

Para Bento (2006, p. 97), o discurso médico afirma “que as pessoas transexuais têm uma completa abjeção em relação aos seus corpos, o que as transforma imediatamente em seres assexuados”. A partir desta prerrogativa, podemos observar que as pessoas trans encarceradas são moldadas e diferenciadas para satisfazer o critério masculino exigido na

9 Esse número é sempre flutuante porque a realidade prisional é dinâmica e as pessoas costumam entrar e sair das alas frequentemente. Aliás, nem sempre as travestis e mulheres transexuais figuram como a hegemonia da galeria, uma vez que geralmente seus crimes tendem a ser de menor potencial ofensivo e muitas vezes progridem de regime antes dos seus companheiros, que permanecem na galeria (porque não são mais aceitos nas suas galerias de origem) e precisam constituir novos relacionamentos lá dentro, com homens gays ou travestis novatas.



instituição prisional. O atravessamento de gênero fica no nível do não-dito: a pessoa não se manifesta como mulher trans e a instituição não questiona sua posição, constituindo tanto as travestis quanto os seus companheiros e os homens gays a categoria da “bicha” - apesar de que, nas suas relações, existam diferenças de gênero bem marcadas, especialmente entre as travestis e seus maridos. Percebe-se também que questões de orientação sexual dissidente ainda são, predominantemente, mais aceitas dentro da sociedade.

Olhando pra mim na rua, a única coisa que tu não pode dizer sobre mim é que eu sou um homem. (TP08).

Eu acho que no fundo eu ainda sou homem. Quer dizer, eu sou travesti, mas eu também sou homem. (TP08).

Uma coisa que eu sempre falo pro meu marido: “Tu não esquece que eu também sou homem”. (TP08).

Quando ela me fala que é pra eu ter cuidado com ela porque ela ainda é homem, eu fico maluco! (MT03)

Cabe comprovar que a prisão anula a capacidade cultural das pessoas trans, negando-lhe a possibilidade de exercer livremente suas personalidades em face dos demais apenados. Nota-se que os princípios constitucionais da Igualdade e da dignidade da pessoa humana são ofendidos de maneira irreversível pelo preconceito intramuros, fortalecendo uma cultura de intolerância ao diferente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de contestada pela cultura hegemônica da heterocisnormatividade, a transgeneridade resiste em diversos espaços. Enquanto sua existência encontra-se asfixiada pelo discurso e a violência simbólica, seu signo de resistência busca a superfície para se consolidar. O presente artigo pretendeu apresentar as diversidades de inserção das pessoas trans em lugares pouco comuns, como o Presídio Central de Porto Alegre, observando as violações particulares reservadas aos sujeitos que fogem da regra. Os princípios constitucionais da igualdade e da dignidade da pessoa humana encontram-se preservados apenas àquelas pessoas que pouco desviam das margens sociais vigentes, colocando os sujeitos transgressores totalmente a parte de uma sociedade justa e igualitária. Os direitos fundamentais preconizados pela Carta Magna deveriam ser garantidos a todos indivíduos tutelados pelo Estado brasileiro, mas ainda engatinham para sua totalidade.

Avanços sociais em nome dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) vão ao encontro de luta e resistência para que políticas públicas a estas populações sejam efetivadas. No meio deste caminho, ainda encontramos corpos e direitos violados, além de uma cultura dilacerada por preconceitos. É notório que o Presídio Central de Porto Alegre reserva aos seus apenados um cumprimento de pena completamente destituído de humanidade, tornando-se um depósito de pessoas, perdendo-se na função da pena e esquecendo que a Lei de Execução Penal busca a ressocialização destes sujeitos. Dentro destes cenários se descortinam universos únicos, culturas ímpares barradas pelas celas do desconhecimento das nuances de gênero.

Este trabalho se oferece como uma ferramenta de pensamento sobre as questões de gênero intramuros e extramuros. A comunicação do saber não se finda com o conhecimento acadêmico, deve insurgir-se a partir dos anos escolares iniciais como forma de abrandamento de conceitos pré-moldados em estranhamento ao diferente e reconhecimento das culturas que fogem do padrão normativo-social. Diante dos dispositivos legais demonstrados,

observamos que a execução penal para a população travesti e transexuais ainda engatinha. De encontro, vemos também que a instituição prisional que abriga estas pessoas precisa de um olhar urgente para transformação da pena privativa de liberdade em ressocialização.

Quando presas, travestis e transexuais não estão encarceradas apenas como criminosas, mas a sua liberdade de ser humano e sua dignidade é reduzida a mais um número em cadeias superlotadas. Suas construções de gênero são negadas, quando, em alguns casos, suas características mais específicas são retiradas como forma de castigo. Cortam-se cabelos, mudam-se roupas e exige-se uma postura mais brutalizada, aproximando-as de um ideal de gênero imposto atribuído no nascimento. Nestes casos é notável o quanto ainda o assunto está longe de ser encerrado, exigindo uma aproximação maior para que seu entendimento seja eficaz na aplicação da Lei de Execução Penal.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Beatriz Gershenson; FERREIRA, Guilherme Gomes; CIPRIANI, Marcelli. Travestis e segurança pública: as performances de gênero como experiências com o sistema e a política de segurança no Rio Grande do Sul. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 47-54, jan./jun. 2013.

_____. Vidas (hiper)precárias: políticas públicas penais e de segurança face às condições de vida de travestis e transexuais no Rio Grande do Sul. *Sistema Penal & Violência*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 292-304, jul./dez. 2014.

AJURIS – Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul et. al. Representação à OEA, violação dos direitos humanos no Presídio Central de Porto Alegre, 2013. Disponível em: < <http://www.ajuris.org.br/sitenovo/wp-content/uploads/2016/06/representacao-pcpa-oea-2013.pdf>>. Acesso em: 13 ago 2016.

BARROSO, Luiz Roberto. A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial. Belo Horizonte: Editora Forum, 2013.

BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos da sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 2008.

BENTO, Berenice. *A (re)invenção da transexualidade: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.

_____. Resistência globalizada contra o diagnóstico de gênero. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.) *Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos*. Brasília: CFP, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Presidência da República. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília: Diário Oficial da União, 1984.

BRASIL, Congresso Nacional. Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009.

BRASIL, Ministério da Justiça. Resolução Conjunta n.1 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária de 15 de abril de 2014. Estabelece parâmetros para o acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil. Brasília: Diário Oficial da União, 2014.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.16, n. 2, p. 233-249, jul./dez. 2006.



CARVALHO, Salo. Sobre a criminalização da homofobia: perspectivas desde a criminologia queer. RBCCrim, Porto Alegre, n. 99, p. 187-211, 2012.

FERREIRA, Guilherme Gomes. Travestis e prisões: experiência social e mecanismos particulares de encarceramento no Brasil. Curitiba: Multideia Editora, 2015.

FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade II: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). Brasil tem uma morte de homossexual a cada 26 horas, diz estudo. UOL Notícias. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/01/10/brasil-e-pais-com-maior-numero-de-assassinatos-de-homossexuais-uma-morte-a-cada-26-horas-diz-estudo.htm>>. Acesso em: 6 mai. 2016

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado: igualdade formal e material. São Paulo: Saraiva, 2010.

NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

PORCHAT, Patrícia; SILVA, Gláucia Faria da. A peste: revista de psicanálise, sociedade e filosofia. São Paulo: EDUC, 2010.

SILVA, Alessandro Soares da; BARBOZA, Renato. Diversidade sexual, gênero e exclusão social na produção da consciência política de travestis. Athenea Digital, São Paulo, n. 8, p. 27-49, out. 2005.

SILVA, Rosimeri Aquino da; SEFFNER, Fernando. A ala GBT do Presídio Central de Porto Alegre. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10: DESAFIOS ATUAIS DOS FEMINISMOS, 2013, Florianópolis. Anais eletrônicos. Universidade Federal de Santa Catarina, p. 1-12.

TRANSGENDER EUROPE – TGEU. Trans murder monitoring (TMM) idahot update 2016. Disponível em: <<http://tgeu.org/tmm/>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

Recebido em: 29/08/2016

Aprovado em: 09/12/2016



ABSTRACT: The key aim of this study is to overcome preconceptions deeply rooted in society towards the population of transgender and transsexual women who are imprisoned, observing if their fundamental rights are warranted inside prisons. The whole of this discussion is based on two distinct researches, carried out in the scope of a Bachelor of Laws and a master's degree in Social Services and it will be done using information from an exploratory stage, via a documental and literary study, and an empirical stage, both having the Porto Alegre Central Prison as the location. Possible violations which took place on prison grounds are sought in this study, along with their impact on the singularity of the trans population restricted from freedom. Among these specific experiences, this article presents itself as a thinking tool in several ways for the solution of possible conflicts between reality and the laws in the Brazilian judicial system. The main results of this research unfold a universe of 28 inmate trans people and having as reference the specificities that led them to prison, such as social data of age, race and social class and their ties to drug trafficking and the so called "crime world". The article observes the conditions of these specific inmates and the offenses to the constitutional principles of equality and human dignity, presenting relevant results in the study of sexual and gender diversity.

KEYWORDS. *Gender. Transgender. Law Enforcement. Fundamental Rights. Prison.*



A PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA POLÍTICA: ENTREVISTA COM CRISTINA GONÇALVES¹

Felipe Bruno Martins Fernandes*

Bárbara Silva da Fonseca**

Shirlei Santos de Jesus Silva***

* Docente do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade (UFBA).

** Graduanda do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da UFBA e Bolsista Permanecer (UFBA) no projeto “Manifestações de Sexualidade e Religião nas Eleições 2016: Observatório Feminista da Política”.

*** Graduanda em Biologia (UFBA) e Bolsista de Extensão (UFBA) no projeto “Discutindo Gênero, Sexualidade, Raça e Religião com comunidades de Salvador/BA”.



Foto: Felipe Bruno Martins Fernandes



(((AUDIODESCRIÇÃO)))

Esta fotografia foi captada na residência de Cristina Gonçalves. Um grupo de onze pessoas, a maioria assessores e apoiadores, está atrás de uma mesa de jantar. Cristina Gonçalves, de camisa preta, sorri abraçada com dois de seus assessores. Na fotografia, de autoria de Felipe Fernandes, se encontram as duas entrevistadoras, Bárbara Souza e Shirlei Santos. Todos sorriem.

Em comemoração ao dia 21 de Setembro de 2016, Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, a Rádio WEB Gira conversou com a então candidata à vereadora de Salvador/BA pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB/BA), Cristina Gonçalves, cientista social, atriz e ativista dos movimentos de mulheres e das pessoas com deficiência. Cristina Gonçalves abordou as barreiras e os desafios da inserção das pessoas com deficiência nos processos e disputas da política formal.

A entrevista aconteceu no horário do almoço, às 12h30min do dia 22 de Setembro de 2016 na residência da candidata no bairro de Brotas, em Salvador. Fomos recepcionados pelo companheiro e assessores de Cristina Gonçalves. A entrevista foi realizada no quarto do filho da candidata, pois ali, segundo ela, seria “*mais silencioso*”.

Rádio WEB Gira: Cristina, conte-nos um pouco de sua trajetória, como você chegou na militância?

Cristina Gonçalves: Bom, eu comecei na militância assim, tudo se emparelhou muito, porque assim que eu passei na UFBA para fazer Ciências Sociais, três meses depois eu perdi a minha visão. E então foi todo aquele estágio de tristeza e de luto. Depois fui para o Instituto dos Cegos, mas comecei a ver que a forma como a gente era tratada não era do jeito que eu queria. Eu não morri porque passei a ser uma pessoa com deficiência. Eu entrei mesmo na militância quando a gente começou a pensar a Associação Baiana de Cegos. Nos reunimos, eu e alguns outros colegas e companheiros, e aí surgiu a ideia da associação. A Associação Baiana de Cegos foi fundada e eu me afastei do movimento, porque nesse meio tempo eu voltei para a universidade, engravidei, casei, e aí as coisas foram meio que rolando... Eu levei um tempo bom afastada do movimento. Só que chegou uma hora que aquilo gritava muito alto em mim. Eu não queria mais ser só aquilo, eu não queria ser uma pessoa estudiosa de uma doutrina, mãe... Aquilo já não me satisfazia. Não satisfazia algo dentro de mim. Então eu conheci o Manoel Lopes Pontes e a Maria Luiza Câmara que me levaram para o projeto *Todos ao Teatro*, do Teatro Castro Alves. E então ali fomos fazer uma peça em

¹ Link da entrevista na Rádio WEB Gira: <http://generoesexualidade.ffch.ufba.br/?attachment_id=893>. Rádio WEB Gira: <<http://cidadaniaeouso.ufba.br/>>



comemoração ao Dia de Luta das Pessoas com Deficiência, que inclusive foi ontem, e lá as coisas foram surgindo e acontecendo na minha vida como uma grande avalanche.

Eu me apaixonei pelo teatro, porque naquela época eu ainda não fazia teatro. Hoje eu já tenho 12 anos de teatro! Ai eu comecei a entender que a cultura não era favorável para todos. Nós como atores, porque se nós tínhamos feito um curso de teatro nós éramos atores, mas a gente não era reconhecido como atores. Porque quando se via atores cegos o que acontecia? Era aquele olhar de assistencialismo, e esse olhar era tudo que nós não queríamos.

Em 2011 eu comecei a participar da Conferência [de Cultura]². Fui para a conferência municipal, fui eleita para a conferência estadual. Fui a primeira delegada com deficiência do estado da Bahia. A partir daí, dessa atuação e também dessa conquista da época, é que vi claramente a postura equivocada da elite cultural do nosso estado sobre a pessoa com deficiência. Era inexistente a política de cultura inclusiva, qualquer que fosse, voltada para a pessoa com deficiência. Foi assim que comecei na militância forte mesmo pela cultura. E a gente sabe que as pessoas ainda não encaram a cultura como um direito humano. E a gente vê que uma coisa leva a outra, eu era uma mulher, negra, eu estava no movimento... E a mim falta muitas outras coisas, eu continuo a ser uma mulher, e naquela época eu continuava a ser uma pessoa com deficiência... Então eu tinha que agregar valor a essa cultura, porque as pessoas têm identidade. Como diz Vilma Reis: “*identidade, nome e sobrenome*”, entendeu?

Rádio WEB Gira: Gostaríamos de te perguntar sobre teatro e acessibilidade. Participamos da Comissão de Acessibilidade do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 em 2013 sob a coordenação da pesquisadora Anahi Guedes de Mello. Novamente assumimos esse desafio para a próxima edição do evento que ocorrerá em 2017 juntamente com o 13º Congresso Mundos de Mulheres. Tivemos uma dificuldade enorme de implementação dos princípios do Desenho Universal na universidade. Quais as principais barreiras enfrentadas hoje pelas pessoas com deficiência na sociedade?

Cristina Gonçalves: A principal barreira é a falta de acessibilidade. Primeiro porque a sociedade tem uma visão de acessibilidade voltada para pista tátil e rampa. E acessibilidade é muito além disso! Contabilizadas hoje, oficialmente, nós temos oito dimensões de acessibilidade. Comunicacional, ergométrica, atitudinal, etc. E o que acontece? Hoje para mim as três principais faltas de acessibilidade que nós temos são a arquitetônica, a atitudinal e a comunicacional. Se eu cega vou ao teatro, eu ouço. Mas tem cenas que não tem fala, então eu fico excluída. O teatro não possui audiodescrição. Se eu chego junto de uma pessoa, de um amigo, seja lá quem for, e pergunto o que está acontecendo logo ouço todo mundo “*shhh, shhh, shhh*”, pedindo silêncio. Lógico! Mas aí, entra o fato de que alguém está fora do contexto, e esse alguém sou eu, que no caso, sou cega. Se você levar um surdo para esse mesmo ambiente, ele vai sofrer a mesma questão. É a dimensão comunicacional da falta de acessibilidade, porque ele vai entender de alguma forma a história, mas ele não sabe o que está se passando realmente, o que estão falando.

Além da comunicacional temos outra barreira que para mim é a principal: a atitudinal. Na realidade uma barreira é ligada a outra. É necessário que o gestor daquele teatro tenha a atitude de entender que todo teatro tem que ter acesso para todos. Porque a cultura não é só cultura, é emancipação social. A cultura, ela não faz só parte de um contexto de alguns, nós todos, nesse momento, estamos fazendo cultura. Nesse momento você está tendo acesso a uma cultura que você não tem, que é a cultura de uma pessoa com deficiência, entendeu? Uma identidade cultural que nos faz ser atores, músicos, artistas plásticos... Tenho um amigo que é cego e é artista plástico, tem quadros expostos no Canadá, e aí? Ele deixa de ser artista por ser deficiente visual? O talento dele se constrange ou se omite por ele ser deficiente visual? Não. Então falta a atitude até mesmo para que a dimensão da acessibilidade arquitetônica esteja presente, que é por exemplo a necessidade de se ter rampas de acesso, tanto no teatro como no entorno. E, melhor ainda, a gente precisa ter camarins acessíveis! Porque os artistas com deficiência estão gritando por todas as partes. Então eu acho que a falta de atitude é a principal barreira que vivemos hoje.

Rádio WEB Gira: Existe hoje nas teorias sociais, e você fez Ciências Sociais, dois grandes modelos para se pensar a deficiência. Um é o modelo biomédico. Outro é o modelo social da deficiência, que vai focar nessas barreiras (que de biológicas ou naturais, não tem nada!). A partir do modelo social entendemos que essas são barreiras fundadas na exclusão e no preconceito. Quando a gente fala em desenho universal falamos do teatro, de um bem cultural, mas a gente fala também de nossas aulas. Nós temos que produzir aulas que sejam acessíveis para todas e todos. A acessibilidade não é um “*privilégio*” para incluir pessoas com deficiência. A acessibilidade é um princípio que deve guiar as nossas relações sociais e práticas cotidianas. Em relação ao teatro acessível, que é novo no Brasil, que contribuições trouxe para esse campo? Como você acha que os princípios de acessibilidade vão se enraizar na cultura brasileira?

Cristina Gonçalves: Eu acho que isso vai se enraizar com o principal agente que é o ator com deficiência. Enquanto ele não sair e não dizer “*eu estou aqui*”, nada vai mudar. Você tem uma visão biomédica onde as pessoas dizem que a deficiência modela, aquela mesma história! Mas tudo isso vai cair na vala do assistencialismo! Você tem uma visão social que fala da pessoa com deficiência como um ser integrante da sociedade, mas que não é verdade, já que na sociedade impera a invisibilidade. Eu me entristeci muito antes de ontem em um seminário na UFBA que apresentou resultados de uma pesquisa sociológica sobre a participação política de vários grupos excluídos que nós deficientes não estávamos relacionados. Na UFBA existem inúmeras pessoas com deficiência, inclusive há uma comissão de acessibilidade dentro da universidade. Inúmeras pessoas que fazem cursos variados são pessoas com deficiência. Então você vem me falar de estudo ou de uma corrente social? Balela, história... Muito bacana para você fazer um estudo. Eu, jamais seria contra o conhecimento, como já falei com Bárbara e Shirlei lá no evento. Eu não estou sendo contra a graduação, eu não estou sendo contra os estudos acadêmicos, mas está na hora de alinhar os estudos acadêmicos com a realidade, com a vida lá

² No blog institucional da conferência há uma postagem que afirma: “*Cristina Gonçalves tem deficiência visual e representa o movimento das pessoas com deficiência durante a IV Conferência Estadual de Cultura pela Associação para Inclusão à Comunicação, Cultura e Arte (ARCCA). ‘Os artistas deficientes precisam conquistar seus espaços para difundir sua produção criativa’, declarou Cristina.*”. Disponível em: < <https://conferenciadecultura.wordpress.com/2011/12/02/eu-nao-queiro-ser-invisivel/> >. Acesso em 08/12/2016.



fora. Porque esses jovens vão sair, essas pessoas vão sair dessa universidade e vão se defrontar com uma realidade. Eles vivem num conto de fadas! Eu, quando entrei na universidade, foi um choque muito grande. Eu criei uma ideia maravilhosa que a universidade ia abrir todas as portas, ia abrir a minha mente, ia abrir tudo... Não abriu nada! Porque eu vi uma universidade que me enchia muito de conteúdo, mas esse conteúdo não assemelhava com a realidade, ou pelo menos com a minha realidade. Porque, pense você, na década de 1980, 1986 foi o ano que perdi minha visão, eu tinha algum livro em braile? Vocês sabem que um livro de ciências sociais derruba tese, que derruba tese, que derruba tese... Lá vem autor, que corre atrás do outro autor... Um livro, por exemplo de sociologia, digamos que um livro normal tenha três centímetros de espessura, o nosso tinha doze! E você acompanhar isso, e lutar... Para que as pessoas te vissem como uma estudante, que você tivesse a possibilidade de entendimento, de você estar ali aberto ao conhecimento e eu amo, eu amo explorar o conhecimento, adoro, entendeu? Você percebe que em 1980, 1990, 2000, 2016 as coisas não mudaram muito. O que prepondera? A invisibilidade. E aí, a gente fala em representação e eu achei muito interessante quando veio aquele estudo do seminário que mencionei acima que trabalhou os conceitos de representação e de minoria. Nós somos uma minoria que não existe, mas que transversaliza. E eles fizeram a pesquisa com mulheres, negros, LGBT's, indígenas, mas nós deficientes transversalizamos.

Rádio WEB Gira: Vamos falar um pouco da sua campanha política. Você está nesse momento candidata à vereadora em Salvador. Estamos com o seu panfleto nas mãos, Cristina Gonçalves - 40044. O tema da sua campanha é “*Feliz Cidadania*”, porque esse tema Cristina?

Cristina Gonçalves: Porque todos nós merecemos ser cidadãos mais felizes, numa cidade de mentira. Outro dia eu ouvi o prefeito atual dizendo que ele tinha visitado uma cidade de plástico. Salvador inteira é uma cidade de plástico! O que significa uma cidade de plástico? Que ela é mutável! Você muda de acordo com a sua vontade. Enquanto a cidade existe, as pessoas continuam não tendo condições de moradia decente, moram juntos com ratos, com esgoto, com animais. Você vive numa cidade de plástico onde a baianidade, eu não gosto muito dessa palavra que escraviza principalmente a mulher baiana, é uma coisa que explode, é como se fosse só alegria, só felicidade e não é isso. Nós precisamos ser felizes, mas felizes como cidadãos conscientes de quem nós somos.

Rádio WEB Gira: Você está candidata pelo PSB. Por que a escolha desse partido? É a sua primeira candidatura?

Cristina Gonçalves: Sim. É a minha primeira candidatura. Eu relutei bastante antes de aceitar sair para candidata à vereadora. Eu trabalhei dois anos como assessora da Deputada Fabíola Mansur (PSB/BA), na época vereadora. Eu trabalhei muito e percebi que aquela câmara foi uma das piores câmaras de vereadores que nós tivemos nos últimos anos. Porque a mediocridade impera e eu ficava muitas vezes lá ouvindo aquelas coisas. Então eu relutei muito. Eu gosto da articulação, gosto do debate, eu gosto de ir para as audiências públicas e você dizer que está ali e pontuar suas questões. Nós estamos cansados de só ouvir, nós queremos falar! Nós queremos ser cidadãos plenos! A frase “*felicidadania*” é de uma música do Caetano Veloso. É a última frase de *Outras Palavras*. Nós precisamos de uma outra cidade, de uma cidade mais humana, uma cidade para todos, que seja de todos literalmente.

Você sabe quantas pessoas com deficiência nós temos em Salvador? O último censo apontou 449 mil pessoas com deficiência. Não tem como jogar isso para debaixo do tapete. Eu me lembro de um vereador que um dia disse para mim todo feliz e sorridente, “*estamos trabalhando na inclusão! 30 quilômetros de acessibilidade*”. Aí eu disse: “*pois é vereador, mas eu não vivo em gueto, com 30 quilômetros de acessibilidade eu não sairia nem do meu bairro*”. Eu não vivo em guetos. Eu vivo numa cidade declarada para todos. É assim a declaração da ONU, entendeu? Na época da eleição todo mundo é muito bacana, né? Tirar foto com ceguinho, com cadeirante, com surdo, com uma criança com uma deficiência intelectual... Logo ele abraça, depois procura associações, naquele momento o que a associação estiver precisando eles dão. E aí quando eles ganham batem a porta do gabinete, nem abrem para nos atender. Então o movimento de pessoas com deficiência resolveu que sairia uma pessoa como candidata. Uma pessoa que fosse do movimento, que fosse realmente uma pessoa que atuasse aqui em Salvador pela inclusão da pessoa com deficiência. Tem sempre as pessoas que desviam desse caminho, tanto que têm algumas outras candidaturas que tentamos unificar, mas infelizmente é humano. É válido e normal as pessoas quererem sair como candidatas, faz parte da cidadania. Mas o movimento das pessoas com deficiência escolheu a mim para que eu sáisse. Relutei tanto! Primeiro eu ia ,depois não ia e o pessoal me disse “ *você tá fazendo é doce*”. Eu disse que não era, realmente era o impacto de você ser pedra e virar vidraça. Será que é isso mesmo que eu queria? Ser vidraça? Mas como eu não sou de fugir dos desafios eu disse que iria encarar e estou aqui.

Eu escolhi o PSB por dois motivos. Primeiro porque é o partido de Lídice da Mata (PSB/BA) que é uma pessoa que eu acompanhei na minha adolescência. Quando ela era prefeita eu vi o quanto ela foi massacrada. É também o partido de Fabíola Mansur. Aí eu comecei a ir para as reuniões do PSB e vi que realmente era um partido socialista. Dentro do PSB a gente tem uma Coordenação LGBT, uma Coordenação de Mulheres, uma Coordenação de Pessoas com Deficiência, ou seja, pelo menos o esboço do partido faz a gente pensar numa sociedade como um todo e eu gostei disso. O que eu gosto, realmente, e o que eu quero, é uma cidade que pense em todos.

Rádio WEB Gira: Gostaríamos de pontuar o nome de Anahi Guedes de Mello, de quem o GIRA é muito grato por ter nos formado nesse tema. É também o fato de que um dos entrevistadores, Felipe Fernandes, é filho de uma pessoa com deficiência, que teve poliomielite aos 12 anos e que nunca se percebeu como um sujeito político a partir da deficiência. O que você pode dizer para as novas gerações de pessoas com deficiência que estão agora entrando na universidade? Que mensagens você deixa para essa nova geração para que eles possam se perceber como sujeitos políticos e não caírem nas amarras do capacitismo?

Cristina Gonçalves: Primeiro eu quero mandar um grande beijo para a Anahi! Ai, que criatura maravilhosa! Fizemos na última conferência muito barulho. Na 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em abril de 2016, lá em Brasília. Foi muito bom estar com a Anahi, que é uma grande figura, uma grande guerreira, uma grande militante da causa da mulher com deficiência, uma pessoa incrível. O meu afeto por ela é imenso!

A primeira coisa que eu diria aos jovens com deficiência, porque eu tenho 53 anos, mas às vezes eu me pergunto a minha idade, sabe que eu esqueço? Eu acho que tenho um espírito adolescente [risos]. Então, eu tenho alguns *garotos*



pimentinhas, o Marquinho, o Douglas, que são meninos com deficiência que tenho tentado resgatar para a vida da militância. Mas o que eu diria é o seguinte, ser pessoa com deficiência não é fácil! Você falou do seu pai. Eu passei pelas mesmas coisas. A minha família a princípio não aceitou meu marido. Tenho 30 anos de casada com o mesmo marido, entendeu? Brigamos, mas somos casados. Somos parceiros. Nossa primeira filha está hoje com 26 anos. A minha família ficou em polvorosa quando eu disse que estava grávida de Ícaro. Foi uma dupla em polvorosa: “*por que que você quer mais filho, já não basta ter um?*”, ao passo que respondi que “*isso era uma escolha minha!*”.

A sociedade prima em tolher a pessoa com deficiência dos seus direitos. Hoje está um pouco mais fácil, porque vocês podem perceber muito mais pessoas com deficiência nas ruas, não é verdade? Você vê muito mais pessoas com deficiência nas ruas. Elas estão vendo que ser deficiente não é ser uma aberração, não é você ser um ogro, não é você ser um bicho de outro planeta. Você é uma pessoa com uma deficiência. Eu sempre falo isso nas minhas falas, eu não sou deficiente, eu sou uma pessoa com deficiência, que no caso é uma cegueira, entendeu? É uma cegueira. Então eu sou uma pessoa com deficiência. Isso não me transforma em uma pessoa “deficiente”. E o que transforma a pessoa em deficiente? É quando ela não é estimulada, quando ela não tem acesso à escola, é quando ela não tem acesso aos seus direitos, é quando ela não sabe gritar pelo que é seu, é quando ela não sabe que pode ir a uma praia, a um cinema, a um teatro. É isso que as torna deficientes. Não é o seu enquadramento físico ou intelectual. É a falta do acesso, da capacitação, de toda a nomenclatura que você quiser usar, isso o torna um deficiente.

Eu sou do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE/BA). Eu sempre relato isso porque foi um dos piores momentos da minha vida. Foi quando eu conheci um garoto de 22 anos com paralisia cerebral. Ele não caminha, anda no ombro. No caso ele conseguia andar num carrinho de bebê, não sei como. Mora com a tia, pois a mãe tinha morrido há três meses, na época. Ele engoliu todos os dentes. É muito cansativo. Tem hora que dá vontade de você jogar a toalha. “*Não quero mais saber*”. Mas quando você vê um garoto daquele sem nunca ter ido a um neurologista, sem acesso a um BPC³, sem acesso a nada! Nessa hora você diz, “*eu não tenho esse direito, eu tenho acesso a tudo!*”. Então não adianta eu ser só deficiente e ter acesso à universidade ou ter acesso a tudo que qualquer outra pessoa pode ter. Eu tenho que reproduzir isso para o outro! Olhar o outro com o olhar de amor, de solidariedade! Entender que aquele outro pode não ter tudo o que você tem. Isso não é só financeiramente ou plasticamente, ou como seja. É ser naquilo que o ser humano tem de melhor, é ser humano. E a gente não compreendeu isso ainda. As vezes sou muito assim, dura nas minhas palavras, mas é que elas saem mesmo sem eu querer, sabe? Então eu peço, porque sei que essa entrevista vai veicular por toda a UFBA, que vocês mostrem que a deficiência é muito triste, principalmente quando você vê um garoto de 13 anos, cego, que nunca teve nenhum estímulo, ou melhor, que o único estímulo que ele tem é o estímulo auditivo, pois vive sentado dentro de um caixote de madeira e ele já apresenta sintomas de autismo severo, ele vai para frente e para trás, porque ele não tem estímulo. Hoje ele está com 16 anos e tem múltiplas deficiências, inclusive deficiência intelectual, por falta de estímulo. Por falta de dizer a ele que “*você pode!*”. Então eu acho que cada pessoa com deficiência, que tem a possibilidade de ocupar os espaços, tem que dividir esse espaço com o

outro, ela tem que dizer “*você pode*”, venha porque “*você pode*”. Porque somos todos iguais, não existe diferenças. Somos todos iguais dentro das nossas capacidades, somos diferentes talvez esteticamente, talvez intelectualmente, mas somos todos humanos, dentro do seu padrão, dentro de sua vida, do seu contexto. Somos todos humanos.

Rádio WEB Gira: Para a gente concluir a nossa entrevista, qual a importância da participação das pessoas com deficiência na política formal no Brasil?

Cristina Gonçalves: A importância é toda. Minha vovózinha que morreu com 89 anos dizia que “*quem não é visto, não é desejado*”. Filósofa, né? Eu sempre digo o seguinte: quando meu diretor Edielson de Deus foi conversar com a gente que ele pretendia fazer um projeto na escola de teatro da UFBA, ele conversando comigo como coordenadora do grupo e eu olhava para ele durante a conversa e ele não entendia porque uma pessoa cega olhava. Aí eu disse para ele que eu poderia passar a minha vida inteira lhe dizendo o que é ser uma pessoa cega e ele nunca entenderia, porque ele não vive, não vivência uma deficiência. Então por melhor que seja a intenção que os políticos tenham, porque a gente não tem só políticos ladrões e marginais, nós também temos pessoas decentes, mas que nunca vão entender o que é ser uma pessoa com deficiência. Olham para você e dizem assim: “*ah é cega, deixar passar, deixar passar que é cega*”. E você sabe que a sua cegueira é uma questão física e não intelectual. Não é uma questão de entendimento. Uma pessoa que não é deficiente nunca vai entender o que é um motorista de ônibus dizer a um cadeirante, quando ele pede para abrir a porta adaptada, que “*o carro do lixo vem aí atrás*”. Então só quem passa de fato é quem vive. Mas eu fico muito feliz de uma coisa, sabe o que? Eu vejo três jovens lindos aqui na frente sensibilizados e que vão ser agentes multiplicadores dessa boa nova, que é o entendimento! Eu sempre falo nas minhas entrevistas e nas minhas facilitações que eu não sou praticante, sou conversadeira. Eu sempre digo que não é necessário que 50% da população brasileira seja deficiente para que os outros 50% possam entender quais são os direitos das pessoas com deficiência ou quais são os direitos das minorias. Porque, assim, a gente ia ter que ter 50% de gays para que os outros 50% entendam o que é ser gay. Teríamos que ter 50% de mulher, ou melhor, somos mais que 54% da população brasileira e ainda não somos entendidas! A população baiana de mulheres com deficiência é, em sua maioria esmagadora, composta por mulheres negras e pobres, e que não se vêem como mulheres porque não têm acesso aos bens de direitos ou aos bens humanos que retratam a mulher de forma igualitária. O que vemos são as retratações que dizem que “*você não pode*”.

Eu acho que a maior riqueza que a gente tem hoje, nesse século XXI, é o conhecimento. As pessoas ainda acham que é o dinheiro. Não é! É o conhecimento. Que já está bem avançado em relação a outras tantas riquezas, como as tecnológicas. Mas mesmo assim eu continuo dizendo que é o conhecimento. Porque o conhecimento lhe liberta! Eu hoje sou uma mulher liberta! Porque eu fiquei com os meus filhos o tempo que tinha que ficar, na hora que tive de abortá-los para partir para uma vida cidadã, eu o fiz! E digo aos meus filhos e ao meu marido que eu os amo, mas hoje o mote da minha vida é o movimento social, é o movimento cidadão, e que assim seja! E eu sou assim, vou atrás daquilo que acredito e quero.

3 Refere-se ao Benefício da Prestação Continuada, principal política de proteção social para pessoas com deficiência e que contempla também as pessoas idosas, baseada na transferência de renda no valor de 1 (um) salário mínimo pelo governo federal a esses segmentos.



Uma coisa que tem me deixado extremamente feliz e que nunca imaginei que a minha campanha fosse trazer, foi a reverberação da minha atuação na militância social do estado da Bahia. Hoje eu não sei se vou ganhar ou perder as eleições. Eu sempre digo assim, “*ô Deus, se for melhor para mim vai, se não for me deixe*”. Então não sei se vou ganhar ou perder, mas com certeza eu saio ganhadora do reconhecimento de uma militância que com certeza vai me deixar muito mais forte. Você vai ouvir falar de mim como uma mulher muito mais aguerrida, muito mais transversalizada. Porque mais do que nunca eu entendo que o lugar da mulher é onde ela quiser! Mas o meu, vai avante disso!

Rádio WEB Gira: Muito obrigado! Nossa entrevista foi para além da campanha em si. Essa entrevista foi feita para o Observatório Feminista da Política e busca reafirmar o nosso compromisso com as pessoas com deficiência, com a acessibilidade. E não é o compromisso de pessoas de fora, é um compromisso que estrutura nosso pensamento e as nossas práticas.

Cristina Gonçalves: Eu agradeço a vocês a oportunidade de estar aqui. Eu adoro estar com jovens. Eu acho vocês sensacionais e peço a vocês que procurem lá na UFBA o Evangel Vale, o Ednilson Sacramento, a Priscila Isabel, e outros e outras que estão lá. Que entrem nessa luta da acessibilidade na UFBA. Porque, eu estou querendo fazer vestibular no ano que vem e se eu for, a gente vai juntar e pegar fogo naquela universidade e eu vou precisar de soldados [risos].

APOIO





LA DISCAPACIDAD EN EL MARCO DEL PENSAMIENTO INTELECTUAL LATINOAMERICANO: ENTREVISTA CON ANAHI GUEDES DE MELLO¹

María Belén Arvili*

Victoria María Novelli**

María Victoria Tiseyra***

Mario Pecheny****

* Facultad de Ciencias Sociales - Universidad de Buenos Aires (UBA)

** Facultad de Ciencias Sociales - Universidad de Buenos Aires (UBA)

*** Facultad de Ciencias Sociales - Universidad de Buenos Aires (UBA)

**** Profesor Titular en la Facultad de Ciencias Sociales - Universidad de Buenos Aires (UBA) e Investigador Independiente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET).

Tomando como punto de partida entrevistas realizadas en proyecto anterior elaborado junto a Centro Latinoamericano en Sexualidad y Derechos Humanos (CLAM) de Río de Janeiro, se decidió dar continuidad al mismo pero desde una perspectiva que diera cuenta del estado actual de los estudios sobre la discapacidad en el marco de la producción intelectual latinoamericana. Es por ello que seleccionamos a Anahi Guedes de Mello como una de las intelectuales a entrevistar, siendo una de las principales referentes en esta temática en la región, destacando por su amplia producción académica y conocimiento. Anahi Guedes de Mello es una de las más importantes teóricas emergentes de la discapacidad en Brasil. Antropóloga de formación, es diplomada y licenciada en Ciencias Sociales, con maestría en Antropología Social por la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC). Actualmente es estudiante de doctorado en el Programa de Posgrado en Antropología Social de la UFSC, investigadora vinculada al Núcleo de Identidades de Género y Subjetividades (NIGS) del Departamento de Antropología de la UFSC; y al Núcleo de Estudios de la Discapacidad (NED) del Departamento de Psicología de la misma universidad. Es también investigadora asociada de la Anis – Instituto de Bioética, ubicada en Brasilia. Tiene experiencia en Estudios de la Discapacidad, con investigaciones sobre los siguientes temas: el modelo social de la discapacidad en Brasil, género, sexualidad y discapacidad, políticas de la discapacidad, violencia contra mujeres con discapacidad y teoría crip.

En esta entrevista queremos agradecer especialmente su buena predisposición y compromiso con sus respuestas, ya que sus aportes han posibilitado tanto la reflexión académica, siendo fuente de inspiración de nuevas propuestas de investigación, como también ha marcado el inicio de un vínculo de intercambio profesional y humano entre las producciones de países que si bien pertenecen a la misma región, presentan sus matices diferenciales.

1-¿Cómo fue que comenzó a trabajar en temas ligados a la discapacidad y los derechos?

En 1998 yo era estudiante de química en la Universidad Federal de Santa Catarina. Cuando necesité cubrir mis necesidades como universitaria sorda oralizada, no usuaria de lengua de señas, me volví activista de la accesibilidad a la comunicación y a partir de ahí fue un pequeño gran paso rumbo a involucrarme en esos temas. Posteriormente, para unir lo útil a lo agradable, pedí mi desvinculación del departamento de química y mi pase al departamento de ciencias sociales en la misma universidad. Entonces mi trayectoria académica siempre estuvo por decirlo así, bajo una fuerte influencia de un “capital militante”, primero en el campo de los derechos de las personas con discapacidad.

La próxima acción teórica y definitiva adición al campo de los *disability studies* ocurrieron a mediados del 2004. Leí el artículo intitulado “*Modelo Social da Deficiência: a crítica feminista*” (“*Modelo social de la Discapacidad: una crítica feminista*”) de la antropóloga brasileña Debora Diniz, de la Universidad de Brasilia (UnB), publicado en 2013 y considerado un marco introductorio de la difusión del modelo social de la discapacidad y del cruce de esta cuestión con las teorías feministas en Brasil. Ese momento como estudiante de ciencias sociales marcó mi adhesión activista a los movimientos feministas y LGBTI, dándole un marco a cuestiones relacionadas con los derechos de las mujeres con discapacidad y de la población LGBTI con discapacidad. O sea, considerar la transversalidad de la discapacidad en las políticas de género y sexualidades y viceversa.

2-¿Qué corrientes, qué disciplinas, qué autores o profesores/as cree han influido en su formación y en su trabajo actual?

Mi trabajo de formación se orienta a la confluencia de tres áreas de conocimiento que son la antropología, los estudios feministas y de género y los estudios de la discapacidad. Por eso actualmente integro dos grupos de investigación: el Núcleo de Identidades de Género y Subjetividades (NIGS)

1 La entrevista fue realizada con Anahi Guedes de Mello a través de medios electrónicos por María Belén Arvili, Victoria María Novelli y María Victoria Tiseyra, de la Universidad de Buenos Aires, en el marco del proyecto UBACYT 2014-2017 coordinado por Mario Pecheny. La traducción de las respuestas del portugués al castellano es de Paula Mariana Maciel Balbinder y Martín Ariel Balbinder.



vinculado al Programa de Posgrado en Antropología Social de la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC) y coordinado por mi directora, la profesora Dra. Miriam Pilar Grossi, y el Núcleo de Estudios sobre Discapacidad (NED). Este último vinculado al Programa de Posgrado en Psicología de UFSC y coordinado por mi co-director el profesor Dr. Adriano Henrique Nuernberg.

Desde el punto de vista del campo de los estudios sobre discapacidad que vienen siendo desarrollados en Brasil, me gusta mucho y siempre fue influenciada por el trabajo de Debora Diniz y casi todo su equipo de investigadores de la Universidad de Brasilia (UnB) que componen su línea teórica. Como ese campo es considerado emergente en Brasil mis referencias internacionales han sido autoras y autores cuyo diálogo se aproxima o permiten una aproximación con la epistemología feminista y las *teorías queer y crip*, como: Eva Feder Kittay²; Martha Nussbaum³; Rosemarie Garland-Thomson⁴; Tom Shakespeare⁵; Fiona Kampbell y Gregor Wolbring para abordar el concepto de *capacitismo*; Ellen Samuels, Alison Kafer y Robert McRuer dentro de las *teorías queer y crip*, sólo por citar algunas y algunos autores. Dentro de las referencias de habla hispana, me gusta mucho Patricia Brogna, Agustina Palacios y Javier Romañach. Estos dos últimos proponen el concepto teórico de *diversidad funcional* en España. Ya en los campos de la Antropología y de los Estudios Feministas y de Género, yo sigo la “Escuela Miriam Grossi”, fuertemente marcada por una antropología feminista crítica y comprometida.

3-¿Cómo fue que comenzó a relacionarse con colegas y compañeros/as de otros países de la región?

Yo participe de la fundación en 2004 del *Centro de Vida Independiente de Florianópolis* (CVI-Floripa), el primero en el Estado de Santa Catarina donde resido, y fui su primera presidente en dos gestiones consecutivas del 2004 al 2008. Con eso, me volví la primera persona sorda en integrar oficialmente el Movimiento de Vida Independiente de Brasil. En 2005 fui una de las dos personas brasileras seleccionadas para representar a Brasil en Bangkok, Tailandia, en una capacitación en políticas del área de discapacidad para jóvenes líderes emergentes de la región de América Latina. Ese proyecto tuvo la participación de un total de 20 jóvenes latinoamericanos con discapacidad, siendo dos de cada país. Fue justamente por ser parte del movimiento de vida independiente que conocí y me relacioné con colegas y compañeros de toda América Latina y Caribe, formando una coalición Sur-Sur que ejercía una fuerte influencia en el escenario internacional de las políticas, acuerdos y tratados respecto de los derechos de las personas con discapacidad. Continué en contacto con algunos colegas dialogando ocasionalmente, pues cada uno sigue su propio camino. En mi caso, yo prioricé y continúo priorizando mi carrera académica y solamente atiendo las demandas del movimiento de personas con discapacidad dentro de mis posibilidades. Es importante destacar que el Movimiento de Vida Independiente nació en los Estados Unidos en Berkeley y posteriormente se formalizó a través de los más de 600 Centros de Vida Independiente

(CVIs) esparcidos por diversos lugares del mundo mayoritaria e históricamente constituido por personas con discapacidad física. La importancia del movimiento de vida independiente se justifica por la conexión histórica de su nacimiento en el campo de los Estudios de la Discapacidad (*Disability Studies*), porque los activistas con discapacidad del movimiento de vida independiente de los países anglosajones fueron los responsables por la construcción y consolidación de ese campo de estudios como un proyecto político y académico.

4-¿Cuáles son los temas que está trabajando actualmente?

Actualmente estoy investigando temas que incluyen género, sexualidad y discapacidad, teoría *crip* y la constitución del campo de estudios de la discapacidad en Brasil. Esos son temas que desembocan en otra temática que también investigo, que son las relaciones entre investigar y militar y sus implicancias éticas en el trabajo de campo antropológico. En el doctorado, hago un estudio etnográfico multi-situado de los conflictos morales en torno de ideas que permean el lugar del sujeto en el proceso de movilización política en las conferencias municipales, estatales y nacionales sobre políticas para mujeres y personas con discapacidad, en el sentido de reflexionar de qué manera operan en las políticas públicas la intersección género-discapacidad entre sí y con otros marcadores sociales de la diferencia.

5-¿Cómo ve la evolución de dichos temas desde los años ochenta?, ¿Y en los últimos cinco años?

Mi respuesta a la pregunta anterior incluye estudios de temas que necesariamente tienen relación directa con el campo de la discapacidad. El tema de la discapacidad es central en mi investigación. El campo de estudios sobre discapacidad es considerado emergente, aún hoy, tanto en Brasil como en la mayor parte de los países de América latina. Puedo hablar mejor del caso de Brasil. No podemos hablar exactamente de una “evolución” de sus temas desde los años 1980, pues el inicio de ese campo en Brasil sucede tardíamente en los años 2000 con el grupo de investigación de la Universidad de Brasilia. Hoy en día, las universidades brasileras que tienen grupos o temas de investigación esencialmente en estudios sobre discapacidad son, además de la Universidad de Brasilia, la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC), la Universidade Federal de Bahia (UFBA), la Universidad del Estado de Rio de Janeiro (UERJ), la Universidad de São Carlos (UFSCar), la Universidade de Campinas (Unicamp) y la Universidad de São Paulo (USP), no necesariamente en todos los temas que mencioné anteriormente. Son universidades brasileras con grupos de investigación en estudios de la discapacidad, o a falta de estos, con un número ínfimo de investigadores, generalmente estudiantes de posgrado, que actúan no sólo en algunos de los temas aludidos, sino también en algunos temas diversos que podrían ser clasificados dentro de los estudios de la discapacidad (*Disability Studies*).

2 La entrevistada hace alusión al trabajo sobre el cuidado, dependencia y discapacidad (Kittay, 1999, 2011).

3 La entrevistada hace alusión a la *teoría de las capacidades* de Nussbaum (2007).

4 La entrevistada hace alusión al trabajo *Extraordinary Bodies: Figuring Physical Disability in American Literature and Culture; The Politics of Staring: Visual Rhetorics of Disability in Popular Photography; Staring: How We Look*.

5 La entrevistada hace alusión al trabajo *Sexual Politics of Disability: Untold Desires*.



6-Desde un punto de vista teórico, ¿cuáles son a su criterio los aportes más enriquecedores, más críticos, más innovadores, en materia de discapacidad y derechos? ¿y cuáles piensa que “han cumplido su ciclo”?

Como dije anteriormente, el campo de estudios de la discapacidad en Brasil es emergente⁶. Los aportes teóricos producidos en Brasil aún usan referencias teóricas internacionales, principalmente anglosajonas y por eso en mi país no hay ningún aporte teórico que haya cumplido su ciclo.

Me gustaría citar la innovación de la teoría *crip*, por su potencial de descolonizar la canonización de las teorías feministas y teorías queer por ejemplo. Pero también será preciso provocar un giro decolonial en la teoría *crip*, a fin de que ella incorpore la perspectiva crítica del pensamiento latinoamericano, paso que todavía no fue dado en Brasil. Hay investigadores e investigadoras como yo y Marco Antonio Gavério (UFSCar) que están primero interesados en importar la teoría *crip* para acá, para de esta manera poder promover ese giro con los estudios pos-coloniales producidos en el contexto latinoamericano. Por otro lado, también hay investigadores/as que vienen cuestionando la ausencia de la teoría *crip* en el pensamiento queer latinoamericano, como Eliana Ávila (UFSC), desde los estudios de la interseccionalidad.

7-¿Cuál es su expectativa de lo que se viene en este campo?

Tengo dos expectativas. La primera es que nosotros todavía precisamos superar la hegemonía del modelo biomédico de comprensión de la discapacidad dentro del propio campo de los estudios de la discapacidad producidos en Brasil. Hemos tenido una dificultad enorme en comprender la diferencia entre *disability research* y *disability studies research*. El primero enfatiza la perspectiva del tratamiento médico y de la noción de la discapacidad como tragedia personal o de una condición anómala que debe ser corregida; el segundo ofrece una perspectiva de la discapacidad como parte de la condición humana. Resumiendo, el primero ve la discapacidad de acuerdo con principios biomédicos, psicológicos y educacionales. El segundo, se basa en una concepción sociocultural. Claro que esto no es exclusividad de la realidad brasileña, pero por el hecho de que este campo es emergente, acaba dificultando en mayor grado esa percepción. Entonces hay de todo un poco y en exceso: la voz del sufrimiento, historias de vida marcadas por el rótulo de las narrativas de tragedia personal, muchos silencios, pocos análisis sociales, mucha fuerza biomédica. En ese cuadro pueden verse las disputas y tensiones entre distintos saberes que reivindicar para sí la autoridad sobre los cuerpos con impedimentos, destacando la hegemonía de los saberes médicos.

La segunda expectativa es consecuencia de la primera y refiere a la perspectiva *queer* y *crip*. No me interesan los estudios sociales que focalizan de modo hegemónico en el concepto de estigma de Goffman, cuando analizan los procesos sociales que crean a las personas con discapacidad como estigmatizadas o “desviadas”, porque este análisis se encuentra muy entrelazado con la perspectiva normalizadora de la discapacidad, vista como un problema a ser corregido. Desde mi punto de vista, así como la teoría queer lo hizo con respecto a la sexualidad, también en la discapacidad la

perspectiva interaccionista de Goffman basada en el estigma es un debate superado, en el sentido de que podemos y deberíamos ampliar el alcance del concepto de estigma, transponiendo su contenido convencional por otro sentido, especialmente pensando desde *La política de la apariencia* de Rosemarie Garland-Thomson, donde refiere a las “abominaciones del cuerpo” descritas por Goffman como una “jerarquía de estigmas” que comienza con la discapacidad. Hay aquí una relación entre el concepto de *estigma* (cuerpos estigmatizados) de Goffman y la idea de *abyección* (cuerpos abyectos) de la teoría *queer*. Esto es porque la jerarquía de las corporalidades, incluidas las *abominaciones del cuerpo* y todos los contrastes entre los *cuerpos ordinarios* y *cuerpos extraordinarios* organizan la corpo-normatividad de nuestra estructura social poco sensible a la diversidad corporal/funcional. De hecho, la teoría *queer* es queer-fóbica en relación a la discapacidad, puesto que todavía no lo incorporó en sus análisis. Lennard Davis tradujo bien ese sentimiento, al señalar que es “un silencio extraño y realmente inexplicable cuando la cuestión de la discapacidad es tomada. Ese silencio es extraño, también, una vez que gran parte de las críticas de la izquierda se han dedicado a la cuestión del cuerpo, de la construcción social de la sexualidad y el género. Cuerpos alternativos, personas y discursos: gay, lesbica, intersex [...] y así. Pero detrás de esas imágenes de transgresión y desvío hay otra figura más transgresora y desviada: el cuerpo discapacitado.”⁷

Así es acertado decir que este silencio tiene que ver con el sentido hegemónico dado a la discapacidad como un estigma negativo asociado a la falta y a la pérdida, prevaleciendo el modelo biomédico de comprensión de la discapacidad en el pensamiento queer. También hay divergencias internas en cuanto al uso de la categoría *discapacidad*⁸. Muchas personas legalmente reconocidas como personas con discapacidad por la legislación brasilera prefieren no ser llamadas de esta manera o identificadas como tales, como es el caso de las personas que se autodenominan Sordas, o los integrantes del movimiento de lucha anti manicomial. Eso nos muestra que la discapacidad también es una categoría relacional.

Es por eso que, ante el silencio del pensamiento queer, vengo apostando a la subversión de la teoría *crip*. La teoría *crip* es la teoría queer de la discapacidad. Como lo *crip* subvierte lo queer, va más allá de lo queer. Si el principal axioma de la teoría queer es que la sociedad se rige por la heteronormatividad, el de la teoría *crip* es la de *corponormatividad obligatoria*. Este es un término subversivo de *cripple* - traducido como lisiado o tullido en español - que revela como abyecto el cuerpo discapacitado. La teoría queer necesita ser contestada y rescatada por el proyecto emancipatorio *crip*. Por cuestionar toda una jerarquía de cuerpos y revelar el potencial subversivo de las corporalidades disidentes la teoría *crip* necesariamente abre la dimensión de las sexualidades no hegemónicas más allá del segmento LGBTI. Por lo tanto, los teóricos queer deben o deberían conocer la teoría *crip* ya que la teoría queer se refiere a una “jerarquía *crip*” de cuerpos o *multitudes queer*.

8-Hay ciertas cuestiones que nos preocupan en torno a la discapacidad y derechos, queríamos conocer (mejor) sus perspectivas al respecto. Por ejemplo, si bien tras la vuelta

6 Por ejemplo, véase Mello, Nuernberg & Block (2014); y Mello, Block & Nuernberg (2016).

7 Davis (1995).

8 En portugués de Brasil *discapacidade* es traducida como *deficiência*.



a la democracia se abrió un proceso de demandas y ampliación de Derechos Sociales en general. ¿Qué es lo que sucedió en el caso de la discapacidad? ¿Cuáles demandas puede mencionar?

En el caso brasileño, el movimiento de personas con discapacidad, mayormente liderado por mujeres, nació en 1979, durante el gobierno del General João Baptista de Oliveira Figueiredo, último presidente del régimen militar en Brasil. Ahí surgieron las principales asociaciones de personas con discapacidad, iniciando un movimiento político como protagonistas para no ser más tutelados por el Estado, familiares y especialistas de las áreas de salud y rehabilitación. Participaron de la campaña "Diretas Já!" exigiendo elecciones directas presidenciales y participando de la Asamblea Constituyente de 1987, cuyos primeros capítulos de la actual Constitución refieren a la defensa de los Derechos específicos y difusos de los ciudadanos con discapacidad. En esta legislación, como en casi todo el mundo, este tema siempre estuvo relegado al campo biomédico, centrada en los impedimentos corporales. Era preciso politizar el lenguaje sobre discapacidad y mostrarla como no centrada en el individuo, sino en la sociedad. O sea, transitar del modelo médico al modelo social, apuntando a analizar las barreras sociales. Por ejemplo, no es la discapacidad la que impide entrar a un aula ni un comercio, sino la falta de accesibilidad.

El primer documento internacional que incorpora los principios del modelo social de la discapacidad fue la *Clasificación Internacional del Funcionamiento, de la Discapacidad y de la Salud*, CIF, publicado en 2001 por la organización mundial de la salud OMS. El problema es que este documento también incorpora, y de modo privilegiado, los modelos médico y psicológico, resultando un modelo biopsicosocial de la discapacidad. Como argumenta Colin Barnes⁹, este modelo comienza primero con la biología, después a la salud y a la psicología y por último incorpora lo social. Lo biológico viene primero, lo que es negativo, porque para los gobiernos es más fácil enfocarse en lo biológico que en la dimensión social. En otras palabras, políticos y gestores aceptan el modelo biopsicosocial y por detrás de esa preferencia se ve que en el contexto de la relación costo-beneficio, evalúan erróneamente que es más fácil enfocarse en la discapacidad del individuo que cambiar la sociedad. El otro documento es la *Convención sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad* de la Organización de las Naciones Unidas (ONU). El mismo incorpora integralmente los principios del modelo social de la discapacidad, situándola en el contexto general de la diversidad humana. Tanto Brasil como Argentina son firmantes. Como Barnes ha explicado, la convención en algunos países sólo es buena en el papel porque no tiene fuerza de ley para procesar a los gobiernos. No es el caso de Brasil porque aquí la convención y su correspondiente protocolo tienen equivalencia constitucional, lo que significa que los brasileños y brasileñas pueden procesar a sus gobiernos federal, estatales y municipales que no la cumplan.

Con relación a las demandas, la accesibilidad ha sido un reclamo constante de los movimientos sociales de las personas con discapacidad, desde la década del '70 hasta nuestros días en lo que respecta a la accesibilidad en el espacio físico, en el espacio digital y en las comunicaciones. Así como también a la accesibilidad en la educación, en la salud y en el trabajo. En la perspectiva de la discapacidad eso hizo que cuestiones como la sexualidad o el papel de los cuidadores y asistentes quedasen olvidadas durante mucho tiempo y que aún hoy sean excluidas de las políticas públicas.

Por eso, destacaría especialmente dos demandas actualmente en efervescencia: 1) La formación de un programa de asistentes sexuales para personas con discapacidad, especialmente a aquellas con graves impedimentos físicos y 2) Implementación de políticas de cuidado para mujeres, especialmente madres, que cuidan a sus hijos/as con discapacidad. Estas demandas han generado debate en los países de América Latina.

9-¿Quiénes son los que llevan a cabo estas demandas (grupos, activistas, ong's, etc)? ¿Ante quién se reclama? ¿Percibe cierta fragmentación o integración de las agendas de derechos en torno a la discapacidad?, ¿Qué demandas cree que no se están haciendo?

Son siempre los grupos de personas con discapacidad las que demandan ante el Estado. Existe una cierta fragmentación dentro del sector, pues cada tipo de discapacidad tiende a priorizar sus demandas y definir y reivindicar una agenda propia, sin prestar atención a la unicidad de las luchas políticas. En Brasil, el movimiento fue liderado mayormente por personas con discapacidad física y eso ha provocado "rachas" dentro del movimiento, porque cada área de la discapacidad optó por formar sus propias organizaciones. Por fortuna, hay varias personas de todos los tipos de discapacidad que tienen conciencia de la importancia de pensar las cuestiones de la discapacidad de manera transversal.

10-Particularmente en el tema de discapacidad y políticas públicas, ¿cómo ve esa tensión en el escenario contemporáneo brasileño en la última década?, y ¿en Latinoamérica?

Este escenario no solamente ocurre en Brasil, sino que es global. Hay una tensión permanente entre el modelo médico y el modelo social de la discapacidad. Entre las fuerzas asistencialistas y las fuerzas inclusivas. Entre los que ven la discapacidad como una cuestión caritativa objeto de políticas especiales y los que la ven como un modo de vida, una posibilidad digna y constituyente de la condición humana y objeto de políticas públicas generales.

11-Además de las organizaciones sociales y el Estado, hay un tercer actor que interviene sobre los temas de discapacidad que es la academia. ¿Cómo ve los vínculos realmente existentes y los vínculos deseables entre academia, movimientos sociales y Estado?

Como en los movimientos feministas y LGBTI, aquí también hay tensiones entre academia y militancia. De la base activista de donde vengo, percibo ciertas tensiones en los debates en relación a determinados conceptos. Por ejemplo, el término "cuidado" que es ampliamente trabajado por las teorías feministas y que constituye una categoría de análisis central en la teoría feminista de la discapacidad. Para ellos, el cuidado está asociado a enfermedad y, por lo tanto, al modelo médico. Por ello, en vez de hablar de cuidadores, recomiendan un término más neutro como el de "asistentes personales".

Otro ejemplo de esa tensión está en la categoría *capacitismo* que vengo proponiendo en Brasil desde 2011 para calificar y dar nombre a toda conducta discriminatoria por motivos de discapacidad. Es un debate abierto entre mis pares académicos del campo de estudios sobre discapacidad, pero dentro del movimiento de la discapacidad hay quien lo desaconseja, por considerarlo un eufemismo. Esto muestra la relatividad del

9 Véase Diniz (2013).



foco acadêmico, a partir de la oposición de activistas del movimiento de la discapacidad a la utilización de categorías de investigación para referirse a la experiencia vivida de la discapacidad. Así como algunas feministas activistas, vinculadas a movimientos sociales, acusaron a feministas teóricas, vinculadas a universidades de “generólogas”. En mi caso, además de ser llamada generóloga, también me llaman “deficientóloga”. Considero importante que se mantenga un diálogo fructífero entre la academia, los movimientos sociales y el Estado, porque la formulación de políticas públicas no solamente depende de las demandas, reivindicaciones y control social de los movimientos sociales, sino también de las investigaciones desarrolladas o a desarrollar en las universidades.

12-Respecto a los derechos sexuales y reproductivos, ¿qué es lo que sucede en el caso de la discapacidad?, ¿piensa que repercute la falta de autonomía en la sexualidad para las personas con discapacidad?

De la misma forma que en relación al movimiento LGBTI, hay una gran intolerancia social respecto de la sexualidad de las personas con discapacidad. De hecho, las personas con discapacidad enfrentan muchos problemas relacionados con la falta de autonomía para ejercer de forma plena su sexualidad. Las formas de opresión sexual que operan contra las personas con discapacidad parten de la percepción social de que los cuerpos discapacitados son repulsivos, feos, asexuados o hipersexuados y desprovistos de *sex appeal*, no pueden ser deseantes, provocar deseo o tener relaciones sexuales.

Por eso, podemos perfectamente extender al campo de estudios de las sexualidades disidentes las experiencias y prácticas eróticas y sexuales de las personas con discapacidad, a la luz de las teorías antropológicas, feministas, queer y crip.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPBELL, Fiona K. “Exploring internalized ableism using critical race theory.” *Disability & Society*, v. 23, n. 2, p. 151-162, 2008.
- DAVIS, Lennard J. *Enforcing Normalcy: disability, deafness, and the body*. London; New York: Verso, 1995.
- DINIZ, Debora. Deficiência e Políticas Sociais – entrevista com Colin Barnes. *SER Social*, Brasília, v.15, n.32, p. 237-251, 2013.
- GARLAND-THOMSON, Rosemarie. *Extraordinary Bodies: figuring physical disability in American Culture and Literature*. New York: Columbia University Press, 1997.
- GARLAND-THOMSON, Rosemarie. The Politics of Staring: Visual Rhetorics of Disability in Popular Photography. In.: SNYDER, Sharon L.; BRUEGGEMANN, Brenda J.; GARLAND-THOMSON, Rosemarie (Eds.). *Disability Studies: Enabling the Humanities*. New York: MLA, 2002.
- GARLAND-THOMSON, Rosemarie. *Staring: How We Look*. New York: Oxford University Press, 2009.
- KAFER, Alison. *Feminist, Queer, Crip*. Bloomington: Indiana University Press, 2013.
- KITTAY, Eva F. *Love’s Labor: Essays on Women, Equality, and Dependency*. New York: Routledge, 1999. 238 p.
- KITTAY, Eva. F. The Ethics of Care, Dependence, and Disability. *Ratio Juris*, v. 24, n. 1, p. 49-58, 2011.
- McRuer, Robert. *Crip theory: cultural signs of queerness and disability*. New York: New York University Press; 2006.
- MELLO, Anahi G.; NUERNBERG, Adriano H.; BLOCK, Pamela. Não é o corpo que nos discapacita, mas sim a sociedade: a interdisciplinaridade e o surgimento dos estudos sobre deficiência no Brasil e no mundo. In.: SCHIMANSKI, Edina; CAVALCANTE, Fátima G. (Org.). *Pesquisa e Extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares*. 1ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014. p. 91-118.

MELLO, Anahi G.; BLOCK, Pamela; NUERNBERG, Adriano H. Occupying Disability Studies in Brazil. In.: BLOCK, P.; KASNITZ, D.; NISHIDA, A.; POLLARD, N. (Orgs.). *Occupying Disability: critical approaches to community, justice, and decolonizing disability*. Dordrecht, The Netherlands: Springer, 2016.

NUSSBAUM, Martha C. *Las Fronteras de la Justicia: consideraciones sobre la exclusión*. Barcelona: Paidós, 2007.

SAMUELS, Ellen. Critical Divides: Judith Butler’s body theory and the question of disability. *NWSA Journal*, v.14, n.3, p. 58-76, 2002.

SHAKESPEARE, Tom; GILLESPIE-SELLS, Kath; DAVIES, Dominic (Eds.). *The Sexual Politics of Disability: Untold Desires*. London: Cassell, 1996.

WOLBRING, Gregor. The politics of ableism. *Development*, n.51, p. 252-258, 2008.



ADOLESCENTES TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM CONFLITO COM A LEI: A EMERGÊNCIA DE NOVAS REIVINDICAÇÕES

Camila Silva Nicácio*

Júlia Silva Vidal**

* Professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenadora da Clínica de Direitos Humanos da UFMG. Doutora em Antropologia do Direito pela Université Paris I. Ex-subsecretária de Estado para as Medidas Socioeducativas; email: camilanicacio@hotmail.com.

** Graduanda em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais; estagiária da Clínica de Direitos Humanos da UFMG; email: jusvidal@gmail.com.

No momento de comemoração de 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/1990), especificamente no que toca à seara da infância e juventude autora de ato infracional, tanto o sistema de justiça – Varas Infracionais, Ministério Público e Defensoria Pública especializados – quanto as instituições estaduais e municipais responsáveis pela execução das medidas socioeducativas, veem-se confrontados a questões complexas, que demandam ao mesmo tempo um olhar sensível sobre o direito e o agionamento das políticas públicas de referência.

Se é sabido que o Brasil figura em primeiro lugar no ranking mundial de homicídios de travestis e transexuais adultos¹, vítimas de preconceito, ódio e intolerância, pouco se falou, até aqui, das crianças e adolescentes que, desde a mais tenra idade, são obrigados a abandonarem casa, família, amigos, escola, entorno sociocomunitário, em razão da não-aceitação e repulsa de uma identidade de gênero reivindicada e tida como patológica.

O destino dessas crianças e adolescentes se conhece “em negativo”, quer dizer, pelas pesquisas realizadas sobre a travestilidade e transexualidade adultas² é que se infere que foram, em grande parte, crianças e adolescentes abandonados ou expulsos dos seus lares pela não aceitação da reivindicação que traziam, índice de vergonha familiar e social. A levar-se em conta a tese dos direitos dos “mais e menos humanos”, defendida pelos antropólogos Cláudia Fonseca e Andrea Cardarelo (1999), estaríamos, sem dúvida, diante de uma humanidade de “quinta categoria”.

Ocorre que, na longa marcha da reclamação, aquisição e consolidação dos direitos, alguns casos surgem no Brasil que deixam augurar novas perspectivas para o público trans³, sobretudo aquele composto por adolescentes em conflito com a lei. Intervenção recentemente realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), via sua Clínica de Direitos Humanos (CdH), é objeto da presente restituição, que aponta tanto para os desafios a serem enfrentados nos diversos âmbitos institucionais concernidos, quanto para a necessidade

premente de mudança de habitus para a promoção e defesa de direitos humanos largamente desrespeitados.

LEGISLAÇÃO E PRÁTICAS À PROVA DO CASO CONCRETO

A experiência de uma adolescente marcada pela sua reivindicação identitária como travesti ilustra aludida situação e leva o sistema socioeducativo de Minas Gerais ao contato de um percurso banal. A família não aceita que a experiência social da adolescente, reconhecida social e biologicamente como menino, seja pautada pelo flerte com o universo tipicamente feminino. Tão logo a adolescente insiste em (trans)vestir-se de garota, é expulsa de casa e ganha as ruas aos dez anos de idade. A partir de então, o périplo – uns dirão o calvário – é conhecido e comungado por todas essas pessoas invisíveis que vemos nas avenidas das grandes cidades: evasão escolar; ausência de formação básica para o trabalho formal; exposição a violências de toda sorte; exploração sexual; baixa expectativa de vida... Ao mesmo tempo, a adolescente travesti faz sua vida como uma adulta. Livre para decidir, inicia um processo de auto-hormonização que só terá fim quando do acautelamento, quatro anos mais tarde.

Quando de sua apreensão, a adolescente tem seus cabelos cortados, suas roupas femininas trocadas por vestimentas masculinas e sua maquiagem e acessórios retirados. Em seguida, é levada a um centro de acautelamento provisório reservado ao público adolescente masculino, cuja lógica para definição do tratamento dispensado aos adolescentes é, via de regra, a do sexo biológico. Ali permanece algo como 40 dias, marcados por um quadro de vulnerabilidade e inadequação.

Esse acautelamento é o ponto de partida para uma intervenção que gerará consequências imprevisíveis e reveladoras. Notificada pelo ambulatório da Faculdade de Medicina da UFMG – onde a adolescente é recebida para cuidados e denuncia seu “desmonte” por parte de policiais militares – a Faculdade de Direito daquela mesma universidade, via sua CdH, interpõe uma provocação à Vara infracional, reclamando o tratamento conforme ao sistema

1 Segundo dados da ONG internacional Transgender Europe, de janeiro de 2008 a outubro de 2014, foram registradas 644 mortes no país, 467 a mais que no México, segundo país com mais casos. Transgender Europe: TDOR Press Release October 30 2014, Transgender Europe's Trans Murder Monitoring project reveals 226 killings of trans people in the last 12 months, acessado em 10 dez. 2015, <http://transrespect.org/wp-content/uploads/2015/10/TvT-TDOR2014PR-en.pdf>.

2 Para uma incursão no tema, verificar: Kulick, (2008), Pelúcio, (2009) e Duque (2011).

3 Utilizou-se da expressão trans em referência às pessoas transgêneros, transexuais e travestis, consideradas “experiências identitárias que negociam e transitam na ordem de gênero” (Bento, 2008, p.76).



nacional e internacional de proteção dos direitos humanos. Ao menos dois textos normativos estão no fundamento de tal provocação: o Tratado Internacional de Yogyakarta (2007), do qual o Brasil é signatário, prevendo o respeito à orientação sexual e identidade de gênero das pessoas em situação de detenção (art. 9º), e a Lei 12.594/2012 que, em sua parte principiológica, afirma o primado da individualização das medidas socioeducativas, que leve em conta as capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente (art. 35, inciso VI). Mais específico, e também constante da fundamentação, o Plano Nacional de Atendimento socioeducativo (2013) vai dispor em suas diretrizes e eixos operativos sobre a garantia do direito à sexualidade dos socioeducandos, além do respeito à sua identidade de gênero e orientação sexual.

O sistema de justiça, ao receber a provocação, viu-se sensível ao desafio que se lhe impunha: a adolescente travesti foi transferida para uma unidade de acautelamento feminina. Tratou-se, no Estado, de uma primeira decisão nesse sentido e a segunda no país. Outra etapa se iniciava e apontava para o despreparo do sistema de execução das medidas de socioeducação para implementá-la.

UMA ADOLESCENTE TRAVESTI EM UM CENTRO SOCIOEDUCATIVO

A chegada da adolescente altera sobremaneira a rotina da unidade. O estranhamento é marcante e constrangedoramente típico da invisibilidade e preconceito que circundam as identidades de travestis e transexuais. Nota-se, de início, a preocupação em recolhê-la em alojamento individual, utilizado, no entanto, apenas excepcionalmente – e não coletivo, como no caso das demais adolescentes – sob o temor de relações sexuais e gravidezes não desejadas. A supervalorização do pretensão apetite sexual da adolescente travesti causa perplexidade e parece reafirmar um preconceito antigo: travestis e transexuais vivem do desejo e para ele, somente. No caso da experiência trans vivenciada pela acautelada, faz-se abstração da condição de “adolescentes” de todas as demais socioeducandas, em que a vivência sexual se alia à descoberta de si e de um mundo novo.

Posteriormente, coloca-se a questão sobre a recusa de algumas das agentes socioeducativas femininas em fazer as revistas, sejam minuciosas ou superficiais, nas adolescentes. A presença de um órgão reprodutor masculino incomoda, a despeito dos jeitos e trejeitos tipicamente femininos. Ao passo que o tratamento pelo nome social é respeitado sem maiores dificuldades, não tardam queixas por parte da equipe de que a acautelada reclama para si um tratamento de “privilégios”. Até então não reclamado ou levado até as últimas consequências, o direito ao pleno reconhecimento da identidade de gênero da adolescente confronta, constrange e confunde. Sobretudo porque se trata de uma adolescente em conflito com a lei, a quem o Estado confisca parcela importante de liberdade e autodeterminação.

Técnicos, agentes, gestores sabem, contudo, que a adolescente travesti não se trata de um caso único e último. Já receberam outros tantos nas unidades socioeducativas, sem que, todavia, fosse lhes endereçado tratamento semelhante pelo sistema de justiça. E, para além de resistências de toda ordem, muitos querem, decididamente, mudanças, pelo que aceitam a proposta da CdH/UFMG para um trabalho comum

de sensibilização das equipes ao acolhimento de pessoas trans. Um projeto de formação é posto em prática, endereçado tanto às agentes e aos agentes socioeducativos quanto aos técnicos e técnicas do sistema, em que são abordadas pautas sobre identidade de gênero e orientação sexual; sobre a abordagem das transexualidades por parte do setor de segurança pública no Brasil e em Minas Gerais e, sobretudo, sobre as dificuldades futuras a serem enfrentadas, para que o acolhimento do público trans em unidades socioeducativas tenda a ser menos excepcional e desafiador.

UM PASSO À FRENTE NA PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS

A formação ocorreu durante o segundo semestre de 2015 e valeu-se das pautas referidas acima para abordar as práticas e ocorrências concretas percebidas como mais problemáticas pela equipe da socioeducação, tais como a revista pessoal e o dormitório individual, anteriormente mencionadas.

Quanto à revista, assim se expressou um agente: “(...) a primeira pergunta que eu faço diante dessa situação é: isso é legal? (...) Gostaria de ter uma oportunidade para refletirmos sobre isso. Acredito que a questão é colocar a agente feminina no seu devido lugar de respeito. Ela tem marido e tem filho e eu, como marido, sei que eu não ia querer que minha esposa revistasse um homem (...)”. (sic).⁴ Em outros depoimentos, a hipersexualização das identidades trans aparecia mascarada pelo temor aos desdobramentos possíveis da revista: “Já presenciei um masculino fazendo a revista parcial nela e ela chamando o agente de gostoso. Nessa hora chamei a atenção dos dois. Então assim, em relação a superficial, ela se contradiz, e já falou: amo que o X bota a mão em mim, eu fico excitada”. (sic)⁵.

Quanto à permanência da adolescente em alojamento individual, por sua vez, o coordenador da unidade socioeducativa afirmou que: “Nós temos um histórico de todas as adolescentes namorarem. As adolescentes frequentemente tem relações sexuais dentro dos alojamentos. No caso de X, isso foi discutido e achamos melhor mantermos no alojamento individual, pois ela como qualquer outra pode se relacionar e no caso, ela tem um órgão masculino”. (sic)⁶.

As falas destacadas demonstraram o quão polêmica é a questão e o quanto ela desvela dos preconceitos e das percepções estereotipadas sobre as identidades trans. Tais visões foram confrontadas, quando da formação, pela presença em se dispor de dinâmicas e normativas que assegurassem a garantia e a promoção de direitos.

À questão do alojamento individual, por exemplo, opôs-se a importância da socialização como princípio básico de adesão à medida socioeducativa. Ou seja, em contraponto à privação de um convívio com as demais, justificada segundo uma perspectiva hipersexualizante da adolescente, atinou-se para a possibilidade em se pensar outras alternativas, vide a disponibilização e a utilização de preservativos, hoje proibidas nas unidades. Vale ressaltar que a permanência em alojamento individual é algo que incomoda a adolescente, havendo a mesma afirmado muitas vezes, durante entrevistas realizadas por estagiárias da CdH/UFMG, que gostaria de ir para o coletivo, uma vez estar sentindo isolamento e solidão. Já no que toca à revista, notou-se a existência de várias agentes mulheres que não se sentiam constrangidas com a realização

4 Júlia S. Vidal, “Caderno de campo: fala de agente socioeducativo do gênero masculino”, (Belo Horizonte, 09/10/15).

5 Júlia S. Vidal, “Caderno de campo: fala de agente socioeducativo do gênero feminino”, (Belo Horizonte, 09/10/15).

6 Júlia S. Vidal, “Caderno de campo, fala do coordenador do Centro de internação”, (Belo Horizonte, 09/10/15).



das mesmas, evidenciando a possibilidade de um manejo dos e das agentes de acordo com sua disposição para tal realização. Referido manejo tenderia a atenuar os gravames do acautelamento, evitando os desconfortos, principalmente na região dos seios, constantemente apontados pela adolescente quando da realização do procedimento por agentes masculinos.

Embora os participantes tivessem reagido com aparente tranquilidade em relação ao uso do nome social na unidade socioeducativa, reforçou-se a necessidade de uma proposição normativa que garantisse a devida utilização do mesmo nos formulários e fichas, uma vez tratar-se de um dos mecanismos de reconhecimento da identidade de gênero reivindicada, cuja observância garante a não exposição a situações vexatórias⁷.

Durante toda a formação, a não particularização da experiência da adolescente travesti acautelada foi pautada como necessária, a fim de fomentar a discussão não sobre aquele caso específico, mas sobre um tema carente de reflexão. Concluiu-se que o acautelamento de outras adolescentes travestis e transexuais é uma realidade e que o confronto com a questão pode perpassar tanto a negação do tema e suas dificuldades inerentes, quanto o reconhecimento das particularidades com vistas ao aprimoramento da prática diária da equipe técnica e dos agentes.

Ao longo dos encontros com as equipes, além desses pontos, outros foram levantados e apresentados como desafios ao sistema socioeducativo, vide a questão da distribuição de preservativos, da abordagem da questão da lesbianidade e do acautelamento de homens trans. Tais desafios, pesquisas posteriores estarão aptas a afirmar, parecem se estender à maior parte das instituições de socioeducação no Brasil. Embora o relato se refira à experiência ocorrida em Minas Gerais, no ano de 2015 foram noticiados pela mídia nacional outros quatro casos semelhantes⁸, em que, a partir de decisões judiciais favoráveis, o público trans infanto-juvenil teve, pela primeira vez, acesso a abordagens conformes ao respeito à sua identidade de gênero. Tais experiências tendem a não somente promover visibilidade à questão, como igualmente representar avanço para a consolidação dos direitos de adolescentes travestis e transexuais.

A experiência aqui preliminarmente relatada pretendeu demonstrar dificuldades atuais a que a proteção de crianças e adolescentes parece estar submetida. Ao desafio de rever as dinâmicas sociais e institucionais geralmente apontadas por emperrarem a realização das políticas de cuidado para a infância e juventude infratora, soma-se a necessidade de ampliá-las, vez que, ainda que tendo representado um passo à frente, não cuidaram necessariamente de compreender e abordar a integralidade do público infanto-juvenil, haja vista a dificuldade no que concerne às travestis e transexuais. Vale lembrar aqui e alhures o chamado de Gabriela Mistral: la humanidad es todavía algo que hay que humanizar...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Poder Executivo. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Diário Oficial da União. Brasília, DF, 19 de jan. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

BENTO, Berenice. O que é transexualidade? São Paulo: Brasiliense, 2008.

DUQUE, Tiago. Montagens e desmontagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescente. São Paulo: Annablume, 2011.

FONSECA, Cláudia; CARDARELLO, Andrea. Direitos dos mais ou menos humanos. Horizontes Antropológicos. Ano 5, n.10, mai/1999. pp. 83-121.

KULICK, Dom. Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

OS PRINCÍPIOS de Yogyakarta: Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Yogyakarta, Indonésia, 2006.

PELÚCIO, Larissa. Abjeção e Desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

Recebido em: 08/04/2016

Aprovado em: 05/12/2016

7 Registra-se que tal procedimento já foi adotado pelo sistema socioeducativo do Distrito Federal, via Portaria nº 12 de 2015 da Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude. “Adolescentes travestis e trans em medidas socioeducativas poderão usar nome social”, acessado em 10 dez. 2015, <http://www.jornaldebrasil.com.br/noticias/cidades/599110/adolescentes-travestis-e-trans-em-medida-socioeducativa-poderao-usar-nome-social/>.

8 “Justiça manda menor infrator travesti para centro feminino”, acessado em 28 dez. 2015, <http://www.paranaonline.com.br/editoria/pais/news/862186/?noticia=JUSTICA+MANDA+MNOR+INFRATOR+TRAVESTI+PARA+CENTRO+FEMININO>; “Justiça transfere transexual da Fundação Casa para unidade feminina”, acessado em 28 dez. 2015, <http://www.ebc.com.br/noticias/2015/10/justica-transfere-transexual-da-fundacao-casa-para-unidade-feminina>; “Justiça concede direito a adolescente transexual de aguardar julgamento em unidade feminina”, acessado em 28 dez. 2015, <http://seculodiario.com.br/26394/12/justica-concede-direito-a-adolescente-transexual-de-aguardar-julgamento-em-unidade-feminina>; “Justiça garante à transexual nome social e unidade feminina”, acessado em 28 dez. 2015, <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/justica-garante-a-transexual-nome-social-e-unidade-feminina/>



CONNELL, RAEWYN; PEARSE, REBECCA. GÊNERO: UMA PERSPECTIVA GLOBAL. SÃO PAULO: NVERSOS, 2015.¹

Bárbara Elcimar dos Reis Alves

Graduada em Administração pela Faculdade Fundação Visconde de Cairu, Pesquisadora do GIRA: Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação (UFBA) e militante do LesbiBahia.



Gênero: uma perspectiva global é fruto de uma parceria entre Raewyn Connell e Rebecca Pearse. Connell, socióloga transexual de origem australiana e professora emérita da Universidade de Sidney, é bastante conhecida no Brasil por sua contribuição no campo dos estudos das masculinidades, tendo cunhado o conceito de masculinidade hegemônica, um dos principais operadores dos estudos sobre homens no mundo. Já Pearse é pesquisadora associada da mesma universidade e seus trabalhos tematizam as mudanças e desigualdades socioecológicas. Voltada para o campo de estudos de gênero e feminismos, a obra utiliza um espectro amplo das ciências humanas, desde a psicologia à ciência política, passando pelos estudos culturais, educação e história para se pensar o gênero em perspectiva global. Nesse sentido, as autoras dialogam com extensas agendas políticas e teóricas

que produzem saber com a sensibilidade da igualdade de gênero e das lutas contra o sexismo e o patriarcado.

O livro é complexo e rico em sua estrutura e dialoga com conceitos teóricos nos diversos continentes, ao mesmo tempo em que está alicerçado em exemplos do cotidiano. Incorpora tanto teorias gestadas no Norte Global, ou *metrópole*, como aquelas oriundas de países do Sul Global – classificação central usada pelas autoras. A obra apresenta uma radiografia da revolução que o movimento feminista e gay dos anos 1960 e 1970 provocou em diferentes partes do mundo e na vida das pessoas. Por essa razão, o eixo central de análise é a *política de gênero*, incluindo as pesquisas sobre o tema e alguns problemas e soluções, na perspectiva sociológica, com foco nas relações de poder entre homens e mulheres. Apesar disso, passeia de forma sutil em outras possibilidades de gêneros e separa as categorias *gênero* e *sexualidade*, em suas análises.

Com 336 páginas, o livro é organizado de forma pedagógica, uma vez que há uma temática guarda-chuva em cada um dos oito capítulos, com tópicos que embasam o debate e o percurso feito pelas autoras para elaborar seus argumentos.

O primeiro capítulo, intitulado *A Questão do Gênero* serve como alicerce da proposta das autoras que, no primeiro subitem, buscam auxiliar a leitora desinformada na *percepção do gênero*. De forma singular, descrevem uma gama de fatos sobre a mídia de massas, as famílias, o mundo da política e dos negócios e analisam os *a priori* sobre gênero que são vistos como aleatórios em um primeiro momento e, no segundo momento, já com as contribuições dos movimentos de mulheres no pensamento moderno sobre gênero, passam a ser vistos como um padrão que estrutura o arranjo geral deste conceito. Apontam ainda aquilo que chamam, nas sociedades contemporâneas, de *ordem de gênero*, primeiramente compreendida em uma perspectiva de gênero binário e heteronormativo. Segundo Connell e Pearse, a contribuição central do movimento feminista e LGBT contemporâneo foi o borramento desta perspectiva por meio do impacto cultural intenso exercido nos valores e crenças culturais durante a década de 1970 em todos os espaços. Ainda no primeiro capítulo, buscam definir o gênero segundo as novas percepções e construções políticas e teóricas a partir dos feminismos intelectuais dos anos 1970, em que uma nova terminologia se fez necessária após aproximadamente trinta anos de contradições e sínteses nesse campo, desde a publicação da obra *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir. Com isso, busca-se construir uma definição de *gênero* mais fluida, com vistas a resolver paradoxos feministas sobre a *diferença*.

No segundo capítulo, são apresentadas pesquisas representativas de gênero através de cinco exemplos concretos. Três destes são focados em dimensões do cotidiano em cenários locais; outro sobre a transição histórica tratada

¹ Resenha apresentada como trabalho final da disciplina *Gênero e Sexualidades* no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (PPGNEIM) em 2015.2.



como uma mudança de identidade de gênero e o último, por sua vez, relaciona as questões de gênero com o meio ambiente. No primeiro exemplo, intitulado *Brincando, o Gênero na Vida Escolar*, a pesquisa buscou enxergar além dos padrões descritivos de modelos de gênero convencionais; no segundo, *Ser Homem nas Minas*, há o relato de um caso em que as práticas de gênero foram percebidas como distintas daquelas de casais convencionais na África do Sul, uma vez que trabalhadores migrantes viviam em agrupamentos em que alguns homens cuidavam, eles mesmos, do trabalho doméstico, enquanto outros procuravam mulheres de cidades próximas para exercerem essa função e, ainda, outros criavam parcerias domésticas e sexuais denominadas *casamentos de mina* nas quais os homens mais velhos se relacionavam com rapazes que acabavam fazendo o trabalho doméstico em troca de serviços sexuais, presentes, orientação e proteção.

O terceiro exemplo, intitulado *Flexionando o Gênero*, é um estudo com 20 homens que durou cerca de 9 anos, no ápice da epidemia global do HIV, na década de 1980, em que se demandou uma resposta massiva de pesquisas, desde as biológicas até no campo das ciências sociais e humanas, sobre as práticas sexuais de risco. Cita, especialmente, o clássico *A prática do desejo: o sexo homossexual na era da AIDS*, de Gary Dowsett, resultante de um estudo australiano que evidenciou que não há *caixinhas* que possibilitem a classificação das práticas sexuais, o que implica na necessidade de fuga dos modelos ortodoxos de análise do gênero e da sexualidade. No quarto exemplo analisado pelas autoras, *Mulheres, Guerra e Memória*, buscou-se um diálogo com um ensaio publicado por Irina Navikova que apresenta experiências reais de mulheres em um gênero textual pouco debatido, os memoriais de guerra escritos por mulheres, como *Meninos de Zinco*, escrito por Svetlana Alexievich, sobre a guerra desconhecida da União Soviética contra o Afeganistão. Na pesquisa foram entrevistadas veteranas da guerra que haviam trabalhado como enfermeiras das forças armadas. Desta forma, esse exemplo visou mostrar como os padrões de gênero paradoxais na vida pós-soviética preservou e transformou as imagens tradicionais de gênero na era soviética da aparente *igualdade entre os sexos*.

O último exemplo, *Gênero, Marginalidade e Florestas*, refere-se à obra de Anna Lowohaupt Tsing, que fez uma etnografia no Kalimantan do Sul, parte indonésia da ilha de Bornéu. Em seus primeiros escritos, a autora abordou o gênero do tipo *separados, mas iguais* e, em seus escritos mais recentes, acabou por capturar a dinâmica do Kalimantan como uma região na fronteira do capitalismo em que o gênero não é visto como uma questão central quando, na verdade, meio ambiente e questões de gênero estão altamente imbricadas. A partir disso pode-se chegar à consideração de que a periferia global não é um local estático, mas que contrasta com a dinâmica central da globalização liderada por uma elite. Assim, a política da marginalidade é, de fato, generificada.

No terceiro capítulo as autoras expõem e analisam as diferenças sexuais e os corpos generificados. Aqui se busca desconstruir e analisar, com base nos estudos de gênero, a ideia da existência de uma diferença natural entre mulheres e homens. Para isso, são construídas novas ferramentas para o deslocamento do discurso de senso comum que divide homens e mulheres com base na biologia. Propõem, portanto, a operação de um novo olhar para a diferença reprodutiva, buscando um diálogo com as visões conflitantes no campo sobre a diferença. A partir do avanço das pesquisas sobre similaridade de gênero, refutam a noção de que há uma dicotomia de caráter entre homens e mulheres e rejeitam todos os modelos de gênero que assumam a causalidade entre as diferenças sociais de gênero e as diferenças corporais que,

como se entende no senso comum, produziriam diferenças de caráter. Na visão das autoras, os corpos têm agência e são construídos socialmente.

O quarto capítulo relata as narrativas globais sobre as teorias de gênero, focando tanto no Norte como no Sul Global, considerando as situações onde as teóricas e os teóricos feministas foram se inserindo no contexto social e em períodos históricos específicos. Desta forma, há um diálogo entre a filósofa francesa Simone de Beauvoir e Amina Mama, teórica feminista africana. Simone de Beauvoir explorou como as mulheres se constituíam enquanto *o outro* na consciência dos homens, embora sua abordagem parta de uma crítica política à subordinação das mulheres. Já Amina Mama afirma que uma das maiores violências baseadas no gênero na contemporaneidade está ligada à violência generificada do colonialismo.

No quinto capítulo, as autoras discorrem sobre quatro dimensões da estrutura das relações de gênero, vistas aqui como relações de poder. Buscam compreender como a estrutura social condiciona a prática e como essas estruturas são atualizadas pela atividade humana ao longo do tempo e da história. Então relacionam o poder não são as instituições separadas e sim, a produção, a catexia e o simbolismo para mapear as múltiplas dimensões do gênero e levam em conta o fato de que as ferramentas que constroem nos servem para pensar e avançar nas análises da vida concreta das sociedades.

É nesse entrelaçamento que hoje trabalhamos com a dimensão interseccional do gênero, termo que foi cunhado pela advogada feminista norte-americana Kimberlé Crenshaw, para tratar das experiências das mulheres negras no mercado do trabalho em 1989. O termo foi ampliado em 1991 para todas as mulheres pela feminista negra Patricia Hill Collins, ao argumentar que as relações de gênero sempre operam em um contexto, interagindo com outras dinâmicas da vida social. Tais relações tendem a produzir grandes transformações estruturantes internas nas sociedades e é nesse diálogo que se produzem mudanças nas relações de gênero. Assim, só é possível a teoria de gênero que tenha por objetivo a ação social, fomentando uma política de gênero que informe o movimento feminista e auxilie na libertação LGBT. Esse viés teórico-político é fundamental na medida em que ressalta a importância da dimensão de gênero na vida em sociedade.

O sexto capítulo amplia essa reflexão, ao descrever e analisar de forma mais aprofundada o fato de que *ser homem* e *ser mulher* é, acima de tudo, uma experiência pessoal e íntima que, impacta as vidas das mulheres em geral, mas também de lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans*, com suas interseccionalidades de classe, gênero, raça/etnia, sexualidade, deficiência, etc.

A perspectiva de gênero ambiental, em um diálogo com a abordagem ecofeminista, é abordada no sétimo capítulo. O Ecofeminismo, como apontam, traz conexões com todos os sujeitos vulneráveis, se pensado a partir da construção das noções de *desenvolvimento* e *justiça ambiental*, visando na intenção de contribuir com pesquisas que desloquem a gestão e o gerenciamento ambiental para uma abordagem na qual todos e todas são humanos e não há sujeitos de primeira e segunda classes. Essa última visão, muito reproduzida nos meios empresarial, estatal e na sociedade mundial generificada, sustenta, segundo elas, o sistema capitalista e todas as outras formas de desigualdades que produzem o não-humano, na perspectiva capitalista. Esse não-humano é, dessa forma, objeto do oitavo e último capítulo da obra.

No capítulo que finaliza o livro, as autoras conectam as relações de gênero e sua política em larga escala. Dialogam, assim, com o campo público de produção, particularmente



com o mundo empresarial, estatal e com a economia global. As empresas, instituições chave do capitalismo, são vistas como possuindo uma história generificada. Portanto, tanto no campo fabril como na agricultura, o gênero é uma característica estrutural da vida corporativa que não será transformado apenas por uma mudança de atitude. Para as autoras, apenas com a ampliação dos estudos nesse campo novas perspectivas serão abertas para verdadeiras mudanças nas relações de gênero no mundo do trabalho. Embora tanto nas empresas privadas como nas estatais a generificação seja, ainda, bastante acentuada, o que produz importantes desigualdades para as mulheres em termos de falta de poder e de pouco recrutamento de sua força de trabalho, já existem alguns marcos regulatórios nos níveis internacional e nacional em que há o compromisso desse setor com a igualdade de gênero, embora isso não constitua um sistema global.

As autoras conseguiram mostrar, nesse trabalho, a diversidade das dinâmicas de gênero em perspectiva global, sua complexidade e suas relações de poder nos níveis local e transnacional. Ao abordarem o gênero, Connell e Pearse evocam um campo conceitual ligado às categorias de relações, fronteiras, práticas, identidades e imagens que são ativamente construídas em processos sociais. Com isso, há uma diversidade na composição da ordem de gênero nos níveis locais, em diálogo com instituições transnacionais, o que exige que invistamos, enquanto pesquisadoras e ativistas feministas, no avanço das agendas de gênero em contexto mundial, ainda que nossas reflexões apresentem contradições e conflitos, em especial em temas como aborto, contracepção e lesbianismo.

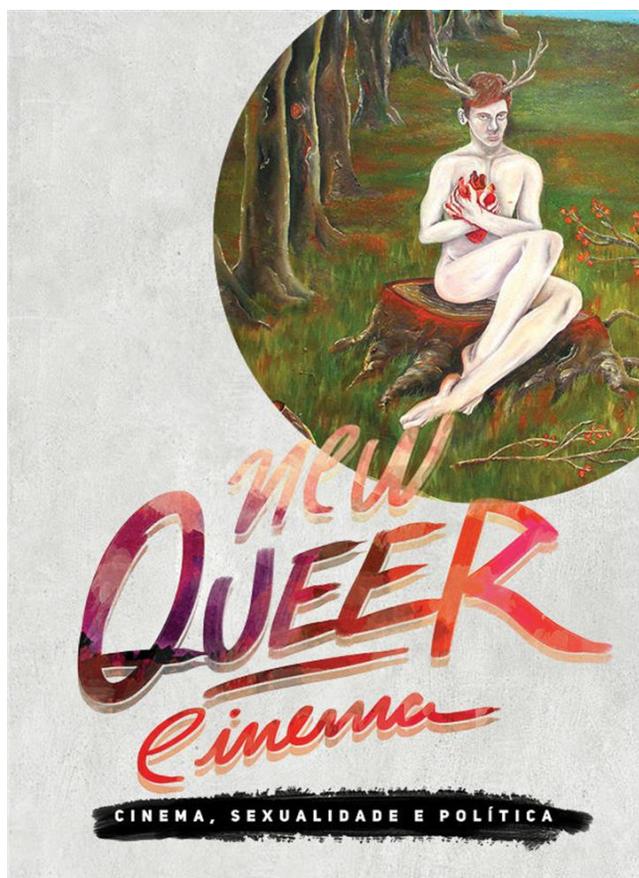
O livro é uma contribuição para quem inicia nesse campo, mas também para quem quer avançar em reflexões do feminismo transnacional. Possui uma linguagem acessível e com bastante conteúdo, com enfoque nas questões do mundo globalizado. Proporciona às leitoras e aos leitores uma ampliação das lentes de gênero para compreender a realidade, refutando os binarismos e a heteronormatividade e, nesta mesma linha, de forma inovadora, dialoga com as questões de gênero no espaço privado – do pessoal em direção ao espaço público. Trata-se de uma excelente leitura, pois traz o debate recente de gênero tanto na academia quanto nos movimentos sociais, focando na globalização de nossas agendas e trazendo de volta à discussão as questões econômicas, centrais para pensarmos as relações de gênero na atualidade.



MURARI, LUCAS; NAGIME, MATEUS (ORGS). *NEW QUEER CINEMA – CINEMA, SEXUALIDADE E POLÍTICA*. SÃO PAULO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2015.¹

Izaura Maria Carvalho da Graça Furtado

Mestre em Educação Especial pela Escola Superior de Educação de Lisboa (Portugal), Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e da Educação pela Universidade de Valência (Espanha), Especialista em Psicologia Forense pela Universidade do Minho (Portugal), Especialista em Gestão de Pessoas pela Faculdade Católica de Administração e Economia (Curitiba-PR), Psicóloga pela UFPR. Trabalhou com psicóloga e docente universitária nos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, 1990-2012). Desde 2013 é docente do curso de Psicologia da Faculdade Social da Bahia (FSBA, Salvador – BA), onde também é Coordenadora do CeMAPP (Centro Multidisciplinar de Apoio Pedagógico e Psicosocial), apoiando estudantes com necessidades educativas específicas.



Este livro foi publicado com o objetivo de divulgar a produção cinematográfica *queer* nacional e internacional, acompanhando a mostra *New Queer Cinema (NQC) – cinema, sexualidade e política*, exibida em Fortaleza (CE), Salvador (BA), Curitiba (PR), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ). A mostra de filmes (com entrada franca nas instalações da Caixa Cultural) teve a curadoria de Denilson Lopes e Mateus Nagime. Foram parceiros da Caixa Cultural, neste projeto, a Giro Produções, o Cineclube LGBT de São Paulo, a Link

Digital e a Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo.

O livro possui 24 capítulos, está disponível gratuitamente on-line e apresenta capítulos com conteúdos teóricos e práticos sobre a temática do cinema *queer*. Além disso, ainda contém as biografias dos 24 autores, acompanhadas de fotos, sinopses e fichas técnicas dos filmes de curta metragem (10 filmes, com a duração máxima de 35 minutos), média metragem (3 filmes com a duração máxima de 55 minutos) e longa metragem (14 filmes com mais de 60 minutos de duração).

O movimento *queer* ganhou força a partir dos anos 1960, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, reivindicando direitos civis e denunciando violações de direitos de pessoas que não se enquadravam nos padrões de heteronormatividade impostos por aquelas sociedades na época. Os autores dos capítulos têm formação diversa (críticos e pesquisadores de cinema; doutores e mestres em educação, comunicação e cultura; filósofos, feministas e cineastas). Os capítulos deste livro, todos acompanhados de diversificada bibliografia sugerida, foram organizados em 3 partes, que apresentarei individualmente, a seguir.

PARTE I – INTRODUÇÃO

Os quatro textos desta parte nos explicam o que pretende a teoria *queer* aliada à arte-cinema; os enfrentamentos da teoria *queer* na atualidade; as releituras da estética *queer* e a sua relação com o cinema; as imagens plurais de corpos que expressam gêneros e sexualidades historicamente excluídos e contestados. Nesta parte, compreendemos que o *new queer cinema* se afasta de uma visão maniqueísta, pois não quer apenas mostrar um caminho certo e outro a evitar; não quer produzir verdades absolutas, e sim buscar novos pensamentos e enfrentamentos sócio-políticos, apresentando-se como uma expressão orgulhosa de identidades LGBT historicamente excluídas e menosprezadas.

PARTE II - O NEW QUEER CINEMA (NQC)

Os dez capítulos que compõem esta parte nos falam das tensões dos feminismos no NQC, bem como dos movimentos de vanguarda do cinema *queer*, como o *new queer cinema* negro e o corpo pornográfico no NQC. Debruçamo-nos sobre

¹ Resenha apresentada como trabalho final da disciplina Gênero e Sexualidades do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).



aspectos pedagógicos (partilhas de experiências) narrados em sons e imagens de uma pedagogia das sensações que, segundo os autores nos leva a ver, ouvir, sentir, ser e estar no mundo de uma forma diferente e inovadora. As análises filmicas desta parte do livro nos mostram a potência pedagógica do filme narrativo, que nos abre caminho para uma “pedagogia do desejo”, pois a afetividade e a emoção são aspectos fundamentais dos processos de ensino-aprendizagem. A subversão de identidades é o que nos propõe este percurso do NQC, resistindo, embaralhando e reescrevendo o improvável, fazendo-nos pensar fora de um conjunto de parâmetros impostos pelos sistemas de ensino formais e tradicionais. Os personagens dos filmes são o que são, sem a angústia de existir na contramão do senso comum, do clichê e do politicamente correto. Encontramos também relatos dos impactos da exibição de vídeos *queer* experimentais em ambientes *queer*, mas também em outros circuitos de cinema. As autoras e autores ousam, ao dissecar as expressões “new”, “queer” e “cinema”, bem como as intersecções e os entrelaçamentos entre estes vocábulos. Podemos identificar também produções artísticas que são homenagens a precursores do cinema *queer*, como Sibley Watson, Andy Warhol, Rainer Fassbinder, John Waters e Jim Sharman. O livro também destaca os tempos em que cineastas lésbicas, gays, bissexuais e feministas eram provocantes, enérgicas e incisivas em uma resposta crítica e ácida à crise da Aids e à ascensão política da direita em países ocidentais nos anos 1980.

PARTE III – O CINEMA QUEER ANTES E DEPOIS DO NEW QUEER CINEMA

Nesta parte, conhecemos as principais características do cinema *queer* e do *new queer cinema* latino-americano, com ênfase no NQC no Brasil: abordagens e influências que podem ser descritas como pós-modernas e que ultrapassam a temática LGBT, problematizando outras facetas da nossa sociedade. Os capítulos desta seção nos proporcionam uma reflexão sobre as estratégias de enfrentamento à heteronormatividade através do NQC europeu e norte-americano. São aqui descortinados temas como violência e paixão; homossexualidade, paranóia e crime; a sexualidade como ilegalidade; a expressão do desejo e a luta de classes; a loucura, o submundo e a sublimação espiritual; a memória, a velhice, o sacrifício e a redenção das expressões de gênero dissidentes.

Com o *new queer cinema* vemos uma abordagem nova e desafiadora para a análise da sociedade e de seus padrões heteronormativos, falocêntricos e excludentes. Esta obra, acessível ao público em geral de forma gratuita, pode ser importante fonte de pesquisa para acadêmicos e estudantes não só do ensino superior, pois possui uma linguagem acessível e didática, mostrando o orgulho da condição *queer*, contestando ideias preconceituosas e tecendo importantes desconstruções de visões de mundo normalizadoras e patologizantes da sexualidade do mundo contemporâneo.

Ao abordar o cinema como uma arte que nos faz repensar o mundo, o livro coloca questionamentos pertinentes em um país que ainda se debate com fobias dirigidas à população LGBT, com homicídios e crimes hediondos motivados por LGBTfóbicos, reacionários e violadores de direitos humanos. Este livro nos mostra que o cinema e a arte podem e devem defender a cidadania plena e exigir políticas públicas que combatam preconceitos, atitudes reacionárias e tentativas de retrocessos.

A mostra “New Queer Cinema – a segunda onda” teve continuidade em 2016, mas somente nas cidades de Brasília,

Rio de Janeiro e Fortaleza. Quem não teve o privilégio de assistir, pode e deve aguardar o respectivo livro, que servirá de guia para se garimpar novas preciosidades deste universo do *new queer cinema*.



Fonte: Programação da Mostra *New Queer Cinema*, em Salvador, 2015 (Foto: Caixa Cultural Salvador).



UNILAB
Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

